

Relatório de Gestão
2008

Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e
Abastecimento no Estado de
São Paulo

SUMÁRIO

1.	Identificação	3
2.	Objetivos e Metas Institucionais	3
2.1.	Responsabilidades Institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	4
2.2.	Estratégia de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas	5
2.3.	Programas	8
2.3.1.	Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	8
2.3.1.1.	INSPANIMAL	8
2.3.1.2.	PADCLASSIF	17
2.3.1.3.	IPVEGETAL	21
2.3.1.4.	FISCORGEN	24
2.3.2.	Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária	26
2.3.2.1	FISCPLANTA	26
2.3.2.2.	FISCANIMAL	29
2.3.2.3.	VIGIFITO	34
2.3.2.4.	ERRADMOSCA	37
2.3.2.5.	PCEVEGETAL	39
2.3.2.6.	VIGIZOO	43
2.3.2.7.	FEBREAFTOSA	45
2.3.2.8.	PCEANIMAL	47
2.3.3.	Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	58
2.3.3.1.	FISCINAN	58
2.3.3.2.	FISCGENE	62
2.3.3.3.	FISPROVET	64
2.3.3.4.	FISFECOI	68
2.3.3.5.	FISCALSEM	71
2.3.3.6.	FISAGROTOX	75
2.3.3.7.	FISCAGRIC	77
2.3.4.	Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	80
2.3.4.1.	RASTREAB	80
2.3.5.	Programa: 0750 – Apoio Administrativo	83
2.3.5.1.	MANUTSP	83
2.4.1.	Evolução dos Gastos Gerais	89
3.	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	89
4.	Restos a pagar de Exercícios Anteriores	89
5.	Demonstrativo de Transferências no Exercício	89
6.	Previdência	90
7.	Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	90
8.	Renúncia Tributária	90
9.	Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	90
10.	Operações de Fundos	90
11.	Despesas com cartão de crédito	90
12.	Recomendações do Órgão de Controle Interno	91
13.	Determinações e recomendações do TCU	91
14.	Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	95
15.	Dispensa de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	95
16.	Informações sobre a composição de Recursos Humanos	95
17.	Outras informações consideradas relevantes	96
18.	Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	97

1. Identificação

Dados identificadores da unidade jurisdicionada		
Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo – SFA/SP	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Norma de criação: Lei Delegada nº 09, de 11/10/1962; Norma que estabelece a estrutura: Decreto 5.351 de 21/01/2005 Publicado no DOU de 24/01/2005; Regimento Interno: Portaria Ministerial n.º 300, de 16/06/2005 Publicada no DOU de 20/06/2005; Norma que centraliza a gestão das ações de defesa agropecuária, Portaria Ministerial n.º 184 de 13 de julho de 2007	
CNPJ	00.396.895/0028-45	
Nome e código no SIAFI	SFA/SP - 130067	
Código da UJ titular do relatório	130067	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Endereço completo da sede	Rua Treze de Maio, 1558 – Bela Vista – São Paulo/SP CEP 01327-002 Fone: (11) 3284.6544 - 3284.6344 - 3284.6044 – 3284.2614	
Endereço da página institucional na internet	www.agricultura.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	em funcionamento	
Função de governo predominante	Agricultura	
Tipo de atividade	Execução de ações finalísticas e prestação de serviços	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	SFA/SP/FUNCAFE	130167

2. Objetivos e metas institucionais

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo, SFA/SP, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, tem sob sua responsabilidade primordial as ações de sanidade agropecuária, fundamental para os interesses da produção agropecuária e do agronegócio paulista. Congrega em seu corpo funcional uma equipe multidisciplinar, com destaque para a carreira de fiscais federais agropecuários e de agentes de inspeção federal agropecuária, que juntos exercem um rigoroso trabalho para garantir a qualidade e a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal; a vigilância e o controle do trânsito internacional e interestadual; a inspeção de produtos de origem animal e de origem vegetal; as atividades de combate, erradicação e a prevenção de doenças dos animais e pragas vegetais. Tem como missão institucional - “Contribuir para o desenvolvimento sustentável da agropecuária paulista no sentido de garantir produtos e serviços de qualidade e a segurança alimentar dos consumidores”.

A SFA/SP, por sua posição geográfica, no contexto do agronegócio brasileiro, presta relevantes serviços na interlocução com os responsáveis pelo crescimento sustentável e a competitividade internacional. Para isto, dentre outras, executa ações relacionadas à promoção da exportação, ao atendimento das missões estrangeiras, à promoção da infraestrutura rural, ao controle da mecanização e aviação agrícola e modernização dos sistemas de produção de sementes, ao desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos e do sistema de produção integrada e certificada.

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

É inegável reconhecer a destacada importância do agronegócio para a economia do país e a decisiva participação de São Paulo neste contexto. O ano de 2008, onde até o terceiro trimestre, trouxe grandes perspectivas de preços internacionais para as commodities agrícolas, possibilitando recordes no volume de grãos colhidos, no volume de exportação e de receita cambial além de reduzir a pressão inflacionária no mercado interno.

O MAPA vem contribuindo decisivamente para o crescimento sustentável e a competitividade internacional do agronegócio nacional por meio do: fortalecimento das políticas de crédito rural, apoio a comercialização, melhoria dos instrumentos de gestão do risco climáticos, renegociação de dívidas dos produtores, negociação de acordos internacionais, e principalmente pela ampliação e aperfeiçoamento das ações de sanidade e qualidade agropecuária.

Ao relatar o papel desempenhado pela SFA/SP como órgão de execução das ações relacionadas com as políticas públicas no ano de 2008 é preciso fazer menção às dificuldades interpostas no ambiente interno, pela convivência simultânea de dois instrumentos legais, de natureza conflitante, quais sejam: a Portaria Ministerial de nº 300, de 16/06/2005, que define a estrutura organizacional da SFA e a Portaria Ministerial de nº 184, de julho de 2007, que cerceia a gestão local, ao centralizar em Brasília a direção integral das ações operacionais.

Além disso, merece também ser mencionado as dificuldades interpostas pelo enxugamento do número de cargos de chefias na sede, concentrando responsabilidades pela execução de programas bastante distintos, por uma chefia especializada em apenas uma das áreas, ocorrida a partir do ano de 2005, quando houve a transformação da antiga Delegacia Federal da Agricultura no Estado de São Paulo, DFA-SP em Superintendência, SFA-SP, por força do Decreto nº 5351 de 2005.

Em que pese o pressuposto relevante da concepção da nova estrutura, qual seja: oferecer uma maior autonomia, descentralização e agilidade nas decisões locais, a nova estrutura regimental tem se mostrado incompatível com a dimensão territorial, importância econômica, e volume de trabalho gerado no Estado de São Paulo, que em algumas atividades específicas chega a 80% do volume produzido no País.

O processo de adaptação à nova estrutura incluiu: uma fase complexa de ajustes, adaptações e treinamento do corpo técnico; reformas das estruturas físicas na sede; aluguel e reforma de instalações no interior; compra de móveis e equipamentos para novas áreas, instalação de sistemas de comunicação, rede de informática e aquisição de veículos.

Ao final deste exercício já se alcançou uma situação bem mais favorável para a total reestruturação das unidades remotas, pelo menos em termos de estruturas operacionais qualificadas.

Deve ser mencionado como desafio no cenário interno, de responsabilidade direta do gestor local do programa-ação/PI MANUTSP, está ligado à política de recursos humanos, notadamente do quadro de servidores ligados ao apoio administrativo, cujo quadro tem sido reduzido por aposentadorias, ausência de concursos de admissão e pela inexistência de uma carreira que os coloquem em correlação com os servidores da área fim, e onde não se consegue vislumbrar solução no curto prazo.

O cenário externo, no que concerne ao exame do desempenho da SFA/SP, abrange a avaliação dos resultados obtidos pelos usuários diretos ou indiretos tais como: o setor primário, a sociedade e os consumidores em geral; os organismos públicos e privados envolvidos com o agronegócio. Isto significa uma atuação no maior mercado consumidor do

país, no maior porto e nos dois maiores aeroportos de escoamento de produtos agropecuários da América Latina e junto ao maior parque industrial ligado ao setor agropecuário.

Foi neste macro ambiente que a SFA/SP deu sua contribuição de modo relevante para o crescimento alcançado pela economia brasileira, no ano 2008, bem como no aumento do superávit da balança comercial do agronegócio e para o crescimento alcançado pelos biocombustíveis,

Os resultados apresentados neste Relatório medem o esforço do corpo funcional, como o do Chefe da Divisão Técnica, já que estão sob sua responsabilidade as unidades encarregadas da execução da série de macro processos inerentes às atividades e ações (orçamentárias e não orçamentárias) de inspeção, defesa, vigilância internacional, classificação e fiscalização agropecuária, fomento e desenvolvimento agropecuários, apoio às atividades de melhoria da infra-estrutura, cooperativismo e associativismo rural.

Igualmente merece referência a atuação da Chefe da Divisão de Apoio Administrativo a quem cabe a responsabilidade pelos resultados da administração de recursos materiais, financeiros, humanos e de serviços gerais, além dos resultados da programação orçamentária e financeira dos recursos alocados no PI/MANUTSP.

DESIGNAÇÃO	SIGLA
GABINETE DO SUPERINTENDENTE	GAB
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO	SPA
SEÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL	STC
DIVISÃO TÉCNICA	DT
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	CDA/DT
CENTRO DE MECANIZAÇÃO E AVIAÇÃO AGRÍCOLA	CMAV/DT
UNIDADE TÉCNICA REGIONAL DE AGRICULTURA	UTRA/DT/SFA
SERVIÇO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA	SEDESA/DT
ESTAÇÃO QUARENTENÁRIA	EQ/SEDESA
SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	SIPAG/DT
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	SEFAG/DT
SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENV. AGROPECUÁRIO	SEPDAG/DT
SEÇÃO DO CAFÉ	SECAF/SEPDAG/DT
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA	VIGIAGRO/DT
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA/SANTOS	SVA/SANTOS
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA/GUARULHOS	SVA/GUARULHOS
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA/VIRACOPOS	SVA/VIRACOPOS
UNIDADE DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA	UVAGRO/VIGIAGRO
DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO	DAD/SFA
SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	SEOF/DAD
SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SRH/DAD
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	SAP/SRH/DAD
SETOR DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	SDP/SRH/DAD
SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS	SAG/DAD
SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	SMP/SAG/DAD
SETOR DE TRANSPORTE	STR/SAG/DAD
SETOR DE PROTOCOLO	SPR/SAG/DAD
SEÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	STI/DAD

2.2. Estratégia de atuação

A SFA-SP, sem dotação orçamentária específica, tem exigido de seus gestores, a partir de 1995, uma postura pró-ativa, com utilização do planejamento estratégico e do plano operativo como ferramentas de antecipação e de resposta rápida às mudanças dos cenários. Neste aspecto busca tirar maior proveito das oportunidades de melhoria, atendendo às novas demandas do órgão central e às necessidades dos usuários, otimizando o uso de recursos de forma a maximizar os resultados.

A efetividade das ações tem como suporte a Visão de Futuro do MAPA, seu mapa estratégico, e todo o aparato legal que modula a ação das várias unidades, que de forma participativa elaboram seus planos operativos anuais, com prioridades e estratégias de ação. Como prestadora de serviço, o nível de atividade é variável no decorrer do ano, dependendo da demanda dos usuários, da sazonalidade da safra agrícola e do movimento do mercado interno. O trabalho de auditoria e de fiscalização obedece a periodicidade própria, a critério dos gerentes de programas e também de denúncias de concorrentes, de usuários ou de consumidores.

As estratégias formuladas e disseminadas entre todos os colaboradores orientam os setores técnicos na elaboração dos planos operativos e propostas de trabalho encaminhadas diretamente às áreas responsáveis pela condução dos programas finalísticos. Os recursos para a viabilização das ações dependem do entendimento prévio entre gerentes locais e coordenadores nacionais quanto às ações necessárias, condicionados ao cumprimento do próprio regimento. Cada unidade monitora a execução de seu PO, exercitando, se preciso, os realinhamentos necessários para que se alcancem os indicadores de eficácia e eficiência.

Todos os responsáveis pela execução das ações participam da formulação do planejamento e do detalhamento dos P.O.s, de acordo com as necessidades de cobertura de áreas, dos principais problemas, e das prioridades e os recursos envolvidos, de forma que os planos operativos e de melhoria sejam elaborados em equilíbrio e ajustados de acordo com a historicidade, com os elementos de sucesso, baseados na experiência.

Um importante indicador de acompanhamento dos planos desdobrados das estratégias é o índice de utilização dos recursos financeiros na totalidade do que foi solicitado mês a mês. Quanto à eficácia são avaliadas as metas físicas do plano operativo, cujo cumprimento é associado à pertinência da elaboração deste plano operativo para cobrir as necessidades e expectativa do setor. Na existência de descompasso entre as metas e os resultados, durante o processo de monitoria, e dependendo da avaliação das razões são constituídas equipes multifuncionais para cobrir o aumento da demanda ou solucionar lacunas eventuais e ações emergenciais.

2.2.1 - Divisão de Apoio Administrativo

Por sua natureza intrínseca, qual seja, oferecer suporte ao desempenho institucional, e por sua situação hierárquica, de vinculação operacional com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, a Divisão de Apoio Administrativo, DAD, é regida por uma série de requisitos e normas de conduta em estreita consonância com os subsistemas e coordenações gerais abrigadas naquele órgão da Secretaria Executiva do MAPA. Compete à DAD, anualmente lançar no Sistema Orçamentário, SIOR, um orçamento inicial das despesas obrigatórias de responsabilidade fiscal, tais como aluguel, manutenção de equipamentos, prestação de serviços de segurança e limpeza, fornecimento de energia elétrica, de água e de telecomunicações, custeio das atividades gerais e demais obrigações. Após a discussão dos limites orçamentários, são elaboradas as programações de dispêndios e o plano anual de trabalho. De acordo com as demandas da área fim, a DAD solicita recursos adicionais e realiza as adequações ou realinhamentos pertinentes.

2.2.2. - Divisão Técnica

A Portaria 300 de 16/06/2005 estabeleceu a estrutura da Divisão Técnica (DT/SFA-SP), composta por unidades centrais e descentralizadas, que é responsável pelo desenvolvimento dos Programas do Governo Federal, com ações finalísticas previstas no Plano Plurianual (PPA), e é responsável pela Coordenação e supervisão dos macro processos de fiscalização de insumos agropecuários, inspeção de produtos de origem animal e vegetal e defesa agropecuária, além de ações de política e desenvolvimento agropecuário. Estas ações são executadas pelos seguintes unidades: **Centrais** – Serviço de Sanidade Vegetal Agropecuária (SEDESA/DT/SP); Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT/SP); Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT/SP) e Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO/DT/SP). A Divisão técnica também coordena e supervisiona três Serviços de

Vigilância Agropecuária que funcionam fora da sede da SFA/SP, composto pelos, SVA/Porto de Santos, SVA/Aeroporto de Cumbica em Guarulhos e SVA/Aeroporto de Viracopos em Campinas.

A Divisão técnica conta ainda com 09 (nove) unidades Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA/DT-SP), que foram instaladas no estado de São Paulo através das Portarias da Secretaria Executiva do MAPA 02 a 10, publicadas no DOU em 20 de janeiro de 2006, nos seguintes municípios: Araraquara, Araçatuba, Botucatu, Campinas, Guaratinguetá, Iperó na fazenda Ipanema (local onde também está localizado o Laboratório de Classificação Vegetal), Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto.

Através da Portaria 11 e 12 publicadas no DOU de 20/01/2006, foram criados respectivamente, o Centro de Desenvolvimento Agropecuário (CDA) e o Centro de Mecanização e Aviação Agrícola (CMA) em processo de instalação na fazenda Ipanema no Município de Iperó/SP.

A partir do mês de junho de 2008, o Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos – SISBOV passou a ser executado sob a gestão direta da Divisão Técnica, o que propiciou a realização de dois cursos de capacitação, respectivamente em agosto e setembro de 2008, com a formação de 18 auditores FFAs, Médicos Veterinários, Engenheiros Agrônomos lotados nos diversos serviços da Divisão Técnica. Nos mesmos cursos de capacitação foram treinados 99 Médicos Veterinários da Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Os trabalhos executados sob a supervisão desta Divisão Técnica propiciou em seis meses de atividades auditarem 71,0 % do rebanho bovino dos 344 estabelecimentos Rurais contidos no SISBOV, sendo aprovados para a exportação para a Comunidade Européia 82.474 animais.

Outro trabalho que envolveu FFAs de diversas áreas (SEDESA e VIGIAGRO) e está sob a orientação direta da Divisão Técnica, é a inspeção de frutas cítricas com destino a Comunidade Européia, trabalho este que foi realizado por 10 FFAs, que expediram 1.419 Certificados Fitossanitários Internacional, relativos a 41.127 toneladas de frutas cítricas.

É importante destacar o aumento do volume de trabalhos demandados para todos os serviços técnicos que compõem esta Divisão Técnica, e não está havendo o correspondente aumento no número de FFAs nos quadros da SFA/SP. Neste aspecto foi relevante durante o exercício de 2008, a contratação por concurso público de 118 Agentes Sanitário de Inspeção Industrial de Produtos de origem animal, sendo 90 treinados para tal finalidade.

O modelo de gestão adotado pela Divisão Técnica e respectivos Serviços Técnicos, em consonância com a Alta Administração da SFA/SP tem sido importante instrumento no processo de monitoramento das atividades técnicas da Instituição. Isto tem proporcionado o alinhamento da área técnica da SFA/SP, com a missão institucional do MAPA, com a obtenção de resultados expressivos que serão demonstrados pelos Indicadores de desempenho Operacionais das ações finalísticas.

2.3. PROGRAMAS

Os principais programas desta UJ são:

- 2.3.1. Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
- 2.3.2. Programa 0357 – Segurança na Sanidade na Agropecuária
- 2.3.3. Programa 0357 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
- 2.3.4. Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
- 2.3.5. Programa: 0750 – Apoio Administrativo

2.3.1 - Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Descrição do Programa:

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.
Responsável pelo Programa	Esequiel Liuson - Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários-SIPAG Patrícia Pozzetti – Chefe do Serviço de Sanidade Agropecuária-SEDESA
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidores.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

2.3.1.1. - Ação 8938 – INSPANIMAL3- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, Responsáveis Técnicos – RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Área responsável pela execução	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG
Legislação que rege a ação	Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952, alterado pelos Decretos nº 1.255 de 25/06/1962, 1.236 de 02/09/1994, 1.812 de 08/02/1996 e 2.244 de 04/06/1997 e Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 20/11/1998.
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Artigo 18 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

As atividades de Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/SP) nos estabelecimentos de Produtos de Origem Animal têm por objetivo contribuir para garantir o nível de proteção adequado aos consumidores, assegurando a inocuidade, a qualidade e a identidade desses produtos.

TIPO	DESCRIÇÃO	MNEMÔNICO	FÓRMULA DO INDICADOR
Eficácia	Conformidade de análises laboratoriais de produtos de origem animal	IQ cal =	$\frac{N^{\circ} \text{ de amostras em conformidade} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de amostras verificadas}}$
Eficácia	Achados de cisticercose em bovinos	IQ acb =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de cisticercose em bovinos} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de bovinos abatidos}}$
Eficácia	Achados de pneumonia em suínos	IQ aps =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de pneumonia em suínos} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de suínos abatidos}}$
Eficácia	Achados de ascite em aves	IQ aas =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de ascite em aves} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de aves abatidas}}$
Eficácia	Achados de aerossaculite em aves	IQ aaa =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de aerossaculite em aves} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de aves abatidas}}$
Produção	Processos analisados e tramitados no ano	IP esa 1 =	$\frac{N^{\circ} \text{ processos analisados}}{\text{Ano}}$
Produção	Rótulos analisados e tramitados no ano	IP esa 2 =	$\frac{N^{\circ} \text{ rótulos analisados}}{\text{Ano}}$

Os resultados obtidos nos diferentes processos executados pelo SIPAG são apresentados nas tabelas abaixo.

RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) E ESTABELECIMENTOS RELACIONADOS (ER).

	2005	2006	2007	2008
Matadouros Frigoríficos Bovinos/Suínos e outros	62	61	61	60
Matadouros de aves e coelhos	49	48	48	49
Entrepósitos Frigoríficos	28	29	35	36
Entrepósitos de Carnes e Derivados	113	113	116	101
Fábricas de Conservas	125	118	116	116
Fábricas de Produtos não-comestíveis	31	34	35	36
Fábrica de produtos suínos	1	2	2	2
Triparias	10	10	10	10
Entrepósitos de Mel e Cera de Abelhas	75	76	70	67
Fábricas de Produtos Gordurosos	5	6	6	6
Entrepósitos de Pescados	42	46	36	35
Fábricas de Conservas de Pescados	13	13	13	11
Barcos Fábricas de Conservas de Pescados	2	2	2	2
Entrepósitos de ovos	55	46	54	55
Fábricas de Conservas de Ovos	17	17	13	17
Granjas Avícolas	230	230	230	210
Usinas de Beneficiamento	80	79	41	40
Fábricas de Laticínios	96	93	82	78
Granjas Leiteiras	7	8	2	4
Postos de Refrigeração	18	14	14	17
Estábulos leiteiros	952	952	952	952

Fábricas de Coalho e coagulantes	2	2	2	2
Casas Atacadistas	332	332	332	309
Cestas Básicas	56	56	56	36
Apiários	6	6	4	3
Entrepósitos de mel e Cera de Abelhas (ER)	10	8	8	5
Total	2417	2401	2340	2259

Avaliação laboratorial de produtos de origem animal e água de abastecimento

Um dos indicadores de eficácia das ações desenvolvidas são as informações relativas às análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos de origem animal e da água. As amostras são coletadas na indústria, seguindo uma programação anual divulgada pelo SIPAG, ou no consumo em reinspeções de rotina.

RESULTADOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS DE CARNE, LEITE, MEL, OVOS, PESCADO E DERIVADOS E ÁGUA.					
	2005	2006	2007	2008	Meta
Conforme	8684	8.754	3.134	11.087	
IQ cal %	93	94,9	90	94	90

No SIPAG, no ano de 2008, as inspeções Federais locais (IIFF) avaliaram cerca de 11.776 mil resultados, com 11.087 resultados conformes e 689 resultados não conformes.

O índice de conformidade de produtos representado pelo indicador IQ cal demonstra que no âmbito industrial, os procedimentos de produção e de inspeção de carnes, leite, mel, ovos, pescado e seus derivados apresentam-se dentro do padrão esperado de conformidade.

Inspeção de estabelecimentos

A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal abrange os animais de açougue, o pescado, o leite, o ovo, o mel e a cera de abelhas e seus subprodutos derivados. A inspeção abrange, sob o ponto de vista industrial e sanitário a inspeção *ante e post mortem* dos animais, o recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem, trânsito e consumo de quaisquer produtos e subprodutos destinados à alimentação humana. A inspeção é privativa da Divisão da Inspeção de Produtos de Origem Animal (D.I.P.O.A) do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), sempre que se tratar de produtos destinados ao comércio interestadual ou internacional.

Neste segmento estão as indústrias de pequeno e médio porte que tem papel fundamental, considerando o aspecto social e econômico locais. Também se inserem neste contexto as empresas de grande porte nacionais, que já possuem enorme inserção, inclusive internacional.

Inspeção e Abate de bovinos, suínos e aves

ABATE DE ANIMAIS – NÚMERO DE ANIMAIS (X 1.000 CABEÇAS)					
Espécie	2004	2005	2006	2007	2008
Bovinos	3.104	4.266	3.955	4.005	3.733
Suínos	959	1.300	1.407	1.573	1.590
Aves	474.208	630.341	642.392	671.327	723.269
Caprinos	0	60	124	150	0
Ovinos	3.107	5200	8.790	8.800	7
Total	478.275	635.963	647.764.	676.915.	728.879

Dentre as atividades de inspeção em estabelecimentos de bovinos, suínos e aves os procedimentos de inspeção *ante e post mortem* são importantes não só para o diagnóstico das

doenças relacionadas à saúde animal que pautam as políticas públicas de prevenção e controle sanitários, mas, sobretudo, representam a mais efetiva barreira no controle de zoonoses e preservação da saúde pública.

Inspeção de bovinos e suínos

CAUSAS DA CONDENÇÃO DE CARÇAÇAS BOVINAS												
2005				2006			2007			2008		
1	Causa	Qtde.	%	Causa	Qtde.	%	Causa	Qtde.	%	Causa	Qtde.	%
2	Tuberculose	242	38.6	Tuberculose	138	40.7	Cisticercose	330	24,5	Contaminação	1032	31,71
3	Cisticercose	98	15.6	Cisticercose	74	21.8	Tuberculose	291	21,6	Cisticercose	814	26,85
4	Contusão	72	11.5	Caquexia	31	9.1	Caquexia	6	0,4	Tuberculose	776	23,84
5	Outras	215	34.3	Outras	96	28.3	Outras	720	53,4	Outras	572	17,57
Total Condenado	627			339			1347			3.254		
Total Abatido	4.266.077			3.955.943			4.005.651			3.733.679		
IQ acb	3,19%			1,30%			2,24%			2,97%		

No exercício de 2008, os estabelecimentos sob Inspeção Federal abateram 3.733.679 cabeças de bovinos, sendo que deste montante 111.016 carcaças foram seqüestradas pelo SIF por apresentarem cisticercose, das quais 814 foram condenadas. O índice IQ acb, que avalia os achados de cisticercose bovina, tem se mantido estável ao longo dos quatro anos avaliados.

CAUSAS DE CONDENÇÃO DE CARCAÇAS SUÍNAS											
Causa	2005	%	Causa	2006	%	Causa	2007		Causa	2008	%
Carne Fermentada	1547	43,6	Carne Fermentada	1376	49,64	Carne Fermentada	3350	49,64	Recolhidos mortos	2546	48,68
Recolhidos Mortos	263	7,4	Carnes magras	369	13,31	Pneumonia	856	13,31	Carne Fermentada	1130	21,61
Pneumonia	391	11,0	Pneumonia	212	7,65	Recolhidos mortos	278	7,65	Pneumonia	930	20,4
Outras Causas	1342	22,6	Outras Causas	815	29,4	Outras causas	747	29,4	Outras causas	486	9,29
Total	3543	100	Total	2772	100	Total	5231	100	Total	5229	100
Nº.Total animais Abatidos	1.300.373			1.407.348			1.573.405			1.590.638	
IQ aps	0,03%			0,024%			0,06%			0,07%	

Já em relação aos abate de suínos, em 2008 os estabelecimentos sob Inspeção Federal abateram 1.590.638 animais, sendo que destes, cerca de 1076 carcaças foram seqüestradas pelo SIF por apresentarem pneumonias. Das carcaças apreendidas 930 foram efetivamente condenadas em decorrências das lesões de pneumonia apresentadas.

Inspeção de Aves e Ovos

No exercício de 2008, os estabelecimentos sob Inspeção Federal no Estado de São Paulo abateram 723.269.129 aves, sendo que deste montante 913.532 e 937.293 carcaças foram interceptadas pelo SIF por apresentarem ascite e aerossaculite, respectivamente. Destas carcaças 237.886 foram condenadas por ascite e 135.672 foram condenadas por aerossaculite

CAUSAS DE CONDENAÇÃO TOTAL DE CARCAÇAS DE AVES EM ESTABELECIMENTOS SUBORDINADO AO SIF NO ESTADO DE SÃO PAULO											
2005			2006			2007			2008		
Causa	Quantidade	% total	Causa	Quantidade	% total	Causa	Quantidade	% Total	Causa	Quantidade	% Total
Aspecto Repugnante	433.417	24,3	Outros	515.206	23	Aspecto Repugnante	576.379	20,7	Aspecto Repugnante	1.044.199	24,9
Caquexia	329.722	18,5	Aspecto Repugnante	339.852	15	Outros	572.460	20,6	Outros	958.004	22,84
Outros	199.569	11,2	Contaminação	338.953	15	Caquexia	478.348	17,2	Caquexia	674.519	16,08
Aerossaculite	197.286	11,1	Caquexia	305.235	13	Hepatite	380.857	17,2	Hepatite	575.639	13,72
Hepatite	166.604	9,34	Hepatite	258.810	11	Lesão Traumática	218.235	7,8	Lesão Traumática	258.777	6,17
Síndrome Ascítica	106.601	5,98	Síndrome Ascítica	205.505	9	Septicemia	167.653	6,0	Síndrome Ascítica	237.886	4,5
Septicemia	104.818	5,88	Septicemia	118.417	5,2	Síndrome Ascítica	135.422	4,87	Aerossaculite	135.672	3,84
Lesão Traumática	98.240	5,51	Lesão Traumática	78.421	3,4	Contaminação	133.828	4,81	Septicemia	153.174	3,65
Contusão	88.414	4,96	Aerossaculite	76.248	3,3	Aerossaculite	114.219	4,1	Contaminação	110.068	2,62
Contaminação	58.738	3,29	Contusão	51.189	2,2	Contusão	30.173	1,08	Contusão	68.451	1,63
Total condenado	1.783.409	100	Total condenado	2.287.837	100	Total condenado	2.780.366		Total condenado	4.192.864	100
Total Abatido	630.341.925		Total Abatido	642.392.435		Total Abatido	671.327.381		Total Abatido	723.269.129	
IQ aaa	0,103%		IQ aaa	0,012%		IQ aaa	0,09%		IQ aaa	0,13%	
IQ aas	0,017%		IQ aas	0,032%		IQ aas	0,09%		IQ aas	0,12%	

Inspeção de estabelecimentos de pescados e derivados

Os resultados das inspeções evidenciam que a principal causa de condenação do pescado é odor estranho, fruto da degradação protéica do pescado quando este é mantido fora das condições ideais de conservação. Muitas destas condenações decorrem de não conformidades nas condições de manipulação e armazenamento a bordo, o que nos sugere que ações na ponta da cadeia devem ser priorizadas neste setor.

CONDENAÇÃO TOTAL DE PESCADOS REALIZADA PELA INSPEÇÃO FEDERAL - KG						
Animal / Produto	Motivo de Condenação	2005	2006	2007	2008	
Crustáceo Liofilizado	Odor estranho	545	153	177	25	
File de Peixe Congelado	Odor estranho	9.598	1.458	1.781	5.510	
Molusco Liofilizado	Odor estranho	30	-	-	-	
Outros	Odor estranho	28	7.118	8.838	420	
Peixe Congelado Em Postas	Odor estranho	889	558	226	1.320	
Peixe Eviscerado Congelado	Odor estranho	5.034	2482	613	2.818	
Peixe Inteiro Congelado	Odor estranho	858	132	38	816	
Sevelha	Fora dos Limites Para Peixe Fresco	-	-	-	-	
File de Peixe Congelado Merluza	Aspecto Repugnante	9.598	6.228	-	-	
File de Peixe Fresco	Caracteres Organolépticos	-	-	-	-	
Peixe Eviscerado Fresco	Caracteres Organolépticos	-	-	-	-	
Peixe Fresco Inteiro	Aspecto repugnante	5.034	8.032	13.438	72.082	
Camarão congelado	Odor estranho	-	-	-	1.007	
Lula congelada	Odor estranho	-0	-	-	182	

Tilápia	Caracteres Organolépticos	-	-	-	14.504
Truta	Lesão traumática	-	-	-	31
TOTAL		31.614	26.161	25.111	98.715

Inspeção de Leites e Derivados

No ano de 2008, foi verificada significativa redução em relação à condenação de leite (em Litros) em relação aos anos anteriores. Tal diferença deve-se ao fato de que 17.970.675 Litros de leite cuja destinação condicional foi a desclassificação para tipo de leite inferior ou Industrialização foram contabilizadas nos anos anteriores como causas de condenação.

CAUSAS DE CONDENÇÃO / QUANTIDADE EM LITROS	2005	2006	2007	2008
Acidez	8.623.190	16.140.608	6.208.049	1.945.901
Carga bacteriana acima do padrão	0	3.591.392	10.299.092	661.000
Leite fisiologicamente anormal	3.258	2.405.188	2.240	6.985
Aguagem	184.184	246.589	299.169	445.882
Embalagem Defeituosa	4.500	928.821	1.542.057	1.042.037
Prazo Validade (Comercialização)	115.898	4.087.574	1.100.469	956.572
Outros	18.866.841	9.137.890	5.642.398	1.572.070
Total	27.789.997	22.039.854	25.093.474	6.630.447

Supervisões em Estabelecimentos de Bovinos e Suínos

O SIPAG avalia o desempenho dos estabelecimentos de carne e derivados, através de supervisões dos mesmos e também das atividades rotineiras de inspeção. O objetivo principal das supervisões é verificar a aplicação dos programas de autocontroles dos estabelecimentos. As principais ferramentas de qualidade verificadas são BPF, PPHO e APPCC.

SUPERVISÕES EM ESTABELECIMENTOS DE CARNE E DERIVADOS				
	2005	2006	2007	2008
	20	122	215	417

De acordo com a categoria do estabelecimento e habilitação para exportação, as freqüências de supervisões anuais se alteram, sendo exigidas 06 supervisões anuais para estabelecimentos habilitados para os Estados Unidos, 04 supervisões anuais para estabelecimentos habilitados para a União Européia e 01 supervisão semestral para os estabelecimentos da lista geral de exportadores. Neste ano de 2008 foram intensificadas as supervisões em estabelecimentos cujos produtos se destinam ao mercado interno.

Supervisões em Abatedouros de Aves

Em 2008 foram realizadas 190 supervisões em abatedouros de aves com o objetivo de verificar a aplicação dos programas de autocontroles, bem como reforçar a fiscalização de questões relacionadas à fraude de água no frango.

SUPERVISÕES EM ESTABELECIMENTOS DE AVES				
	2005	2006	2007	2008
	38	50	96	190

Supervisão em Estabelecimentos de Leites e Derivados

No ano de 2008 o SIPAG realizou supervisões nos estabelecimentos de leite e derivados que visaram avaliar as BPF's e o PPHO, classificando os estabelecimentos supervisionados de acordo com o número de não conformidades avaliadas durante o processo, além de reforçar a fiscalização de questões relacionadas à fraude de água do leite.

Dos 89 estabelecimentos auditados em 2008, 66 estabelecimentos obtiveram a classificação A ou B, perfazendo um total de 74,16%. Em contrapartida, 18 estabelecimentos se enquadraram no grupo D, indicando problemas referentes ao atendimento das BPFs e condições de suas instalações. Para acompanhar estes resultados que se apresentaram fora da meta, foram elaborados planos de monitoramento e acompanhamento dos estabelecimentos em questão.

ESTABELECIMENTOS DE LATICÍNIOS SUPERVISIONADOS ENTRE 2005 E 2008 (%)					
Classificação dos estabelecimentos	2005	2006	2007	2008	Meta
A	24,29	35,56	25,80	30,34	
B	42,14	35,56	41,29	43,82	
C	15,00	17,78	8,38	5,61	
D	18,57	11,11	25,51	20,22	
A+B	66,43	71,11	67,09	74,16	70%

Supervisão mel e produtos apícolas

O aumento da produção de mel e seus subprodutos nos últimos anos foi consequência do aumento das exportações. A queda da produção do extrato de própolis é decorrente, em grande parte, ao fechamento do mercado japonês para esse produto.

SUPERVISÃO EM ESTABELECIMENTOS DE MEL E PRODUTOS APÍCOLAS								
Avaliação	2005		2006		2007		2008	
	Estab.(nº)	%	Estab.(nº)	%	Estab.(nº)	%	Estab.(nº)	%
A	9	34,6	8	66,7	14	62,9	22	88
B	11	42,3	4	33,3	3	14,3	2	8
C	1	3,9	0	0	1	4,7	1	4
D	5	19,2	0	0	4	19,4	0	0
A + B	20	76,9	12	100	17	76,2	24	96
Total	26		12		22		25	

Registro de Estabelecimentos

Ao final de 2007, tínhamos um total de 750 estabelecimentos registrados no Estado de São Paulo, em 2008 esse número passou para 722 estabelecimentos. A diminuição observada no número de estabelecimentos é resultado da ação do SIPAG na melhoria na gestão dos resultados dos diversos processos, que levaram as regionais a solicitar o cancelamento de SIF's que estavam paralisados.

REGISTRO /RELACIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO			
	2006	2007	2008
Instalação de SIF	38	12	19
Cancelamento do SIF	45	46	47
Cancelamento do ER	24	25	29
Relacionamento de ER	8	49	38
Revalidação de ER	2	26	94

Aprovação de registro de rótulo de produtos

No ano de 2008 foram analisados 4.525 rótulos conforme apresentado no quadro abaixo. O número de indeferimentos tem sido bastante representativo. Estes elevados índices sugerem desconhecimento da legislação por parte da empresa.

RÓTULOS ANALISADOS	2005	2006	2007	2008
--------------------	------	------	------	------

Leite e derivados	1124	875	791	1047
Deferido %	83,4	73,4	66	70
Carnes, ovos e mel	1938	2534	2073	3347
Deferido %	51,0	54,6	523	55,8
Pescado e derivados	75	243	97	131
Deferido %	93,3	71,6	12	47,3
Total rótulos analisados / ano (IP esa 2) 3.137	3.652	2.961	4.525	

Autuações e demais Penalidades

O SIPAG dispõe de um sistema de controle das autuações aplicadas às empresas inspecionadas, mantendo dessa forma um histórico atualizado das mesmas. Este histórico é considerado no julgamento das infrações à legislação sanitária vigente.

AUTOS DE INFRAÇÃO E AUTOS DE MULTA APLICADOS				
	2005	2006	2007	2008
Nº.de Autos de multa	69	62	133	326
Nº.de Termo de Advertência	61	62	59	128
Nº.de Cobrança Judicial	20	22	11	50
Nº.de Autos de Infração	188	183	203	465
Nº.de Autos de infração em tramitação	28	57	51	10
Nº.de Autos de infração Cancelados	-	03	0	1

As punições em decorrência de infrações à legislação sanitária variam desde a advertência até a aplicação de multa, independente dos procedimentos de apreensão, inutilização do produto, suspensão ou cancelamento do registro do estabelecimento, que podem ser adotados.

A principal causa do aumento nos números de autos de infração e autos de multa, gerados no ano de 2008 foram as irregularidades observadas no programa de controle de absorção de água no frango e supervisões em estabelecimentos cárneos.

Melhoria dos Diversos Processos

Os diversos processos aqui apresentados possuem metas. Na gestão buscam-se indicadores para verificar o alcance ou não das metas e tem como objetivo sempre aplicar o conceito PDCA, de forma a manter a melhoria contínua dos diversos processos, serviços e produtos de inspeção e fiscalização de Produtos de Origem Animal oferecidos à população.

SUPERVISÃO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL			
	Realizado	Meta	Percentual
Supervisão de Estabelecimento de Carnes e Derivados/	413	507	81,5%
Supervisão de Estabelecimento Leite e Derivados/	192	152	126,3%
Supervisão de Estabelecimento de Aves e Coelhos/	207	52	398,0%
Supervisão de Estabelecimento de Pescado e Derivados/	44	68	64,7%
Supervisão de Estabelecimento de Produtos Apícolas/	47	72	65,2%
Supervisão de Estabelecimento de Ovos e Derivados/	7	14	50,0%
Supervisão de Estabelecimento de Produtos Não Comestíveis	41	30	136,6%
Total	951	895	106,2

ANÁLISE DE RÓTULOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL			
	Realizado	Meta	Percentual
Análise de Rótulos e Registros de Carne e Derivados	2868	1813	158,2%

Análise de Rótulos e Registros de Leite e Derivados	1178	791	148,9%
Análise de Rótulos e Registros de Pescado e Derivados	131	97	135,1%
Análise de Rótulos e Registros de Ovos e Derivados	443	486	91,1%
Análise de Rótulos e Registros de Mel e Apícolas	226	100	226,0%
Total	4846	3294	147,1%

APROVAÇÃO DE RÓTULOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

	Realizado	Meta	Percentual
Aprovação de Rótulos e Registros de Carne e Derivados	1638	1038	157,8%
Aprovação de Rótulos e Registros de Leite e Derivados	821	593	138,4%
Aprovação de Rótulos e Registros de Pescado e Derivados	62	29	213,8%
Aprovação de Rótulos e Registros de Ovos e Derivados	225	80	281,2%
Aprovação de Rótulos e Registros de Mel e Apícolas	109	58	187,9%
Total	2855	1798	158,8%

ATIVIDADES DE INSPEÇÃO

	Realizado	Meta	%
Inspeção em Matadouro Frigorífico	12960	12960	100
Inspeção em Fábrica de Conserva de Carnes e Derivados	9.696	9.696	100
Inspeção em Fábrica de Produtos Suínos	96	96	100
Inspeção em Fábrica de Produtos Gordurosos	144	144	100
Inspeção em Entrepósitos de Carne e Derivados	9.888	9.888	100
Inspeção em Fábrica de Produtos não Comestíveis	720	720	100
Inspeção em Matadouro de Aves e Coelhoos	9.120	9.120	100
Inspeção em Entrepósito Frigorífico de Carne e Derivados	2.160	2.160	100
Inspeção em Entrepósito de Ovos e Derivados	648	648	100
Inspeção em Fábrica de Conservas de Ovos	624	624	100
Inspeção em Granja Leiteira	960	960	100
Inspeção em Postos DE Refrigeração de Leite e Derivados	672	672	100
Inspeção de Coalhos e Coagulantes	24	24	100
Inspeção em Usina de Beneficiamento de Leite e derivados	8.400	8.400	100
Inspeção em Fábrica de Laticínios	2.688	2.688	100
Inspeção em Entrepósito de Usina De Leite e Derivados	720	720	100
Inspeção em Entrepósito de Laticínios	192	192	100
Inspeção em Granjas Avícolas	2.448	2.448	100
Inspeção em Entrepósito de Mel e Cera de Abelha	3.264	3.264	100
Inspeção em Entrepósito de Pescado e Derivados	2.0643	2.0643	100
Inspeção em Fábrica de Conserva de Pescado e Derivados	576	576	100

Principais recursos humanos envolvidos

CARGO	NÚMERO
Agente de Atividades Agropecuárias	07
Agente de Inspeção	433
Fiscal Federal. Agropecuário	187
Auxiliar de Laboratório	01
Auxiliar Operações Agropecuarias	02
Pesquisador em Ciências Ex. Nat.	02

Técnico Agropecuário	01
Técnico de Laboratório	03

PROCESSOS ANALISADOS E TRAMITADOS NOS ANOS DE 2007 E 2008		
	2007	2008
Total (IP esa 1)	4.383	27.961

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (RESTOS A PAGAR)
339014	402.299,25	365.442,03	361.656,38	---
339030	69.860,65	45.000,00	37.617,73	---
339033	103.207,20	64.772,94	63.941,64	---
339039	14.126,00	2.763,50	1.370,00	---
339036	0,00	1.221,07	1.097,37	---
339093	3.000,00	15.290,00	10.670,00	---
449052		25.288,98	5.156,00	---
TOTAL	592.493,10	519.778,52	481.509,12	---

RESUMO GERAL				
FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
	592.493,10	519.778,52	481.509,12	92.64
META SIPLAN (estabel.inspecionado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO%
	797	797	797	100

2.3.1.2 - Ação 4746 – PADCLASSIF: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Dados Gerais	
Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG
Legislação que rege a ação	Art. 27, "I" e "g", da Lei nº 10.683, de 2003; Lei nº 8.918, de 1994 e alterações, regulamentada pelo Decreto nº 2.314, de 1997 e alterações, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a produção e a fiscalização de bebidas; Lei nº 9.972, de 2000, que instituiu a classificação de produtos vegetais; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 7.678, de 1988 e alterações, regulamentada pelo Decreto nº

99.066, de 1990 e alterações, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados do vinho e da uva; Decreto nº 3.664, de 2000 que regulamenta a Lei nº 9.972, de 2000; Decreto nº 5.351, de 2005; regulamentada pelos arts. 27-A, 28-A e 29-A do Decreto nº 5.741, de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

Competências
Institucionais requeridas
para a execução da
ação

Artigo 18 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

O SIPAG, em consonância com a Portaria 300/2005, amparado na da Lei 9.972 de 25/05/2000 e do Decreto nº 6.268 de 23/11/2007 executa as seguintes atividades e processos na área de Qualidade Vegetal: Fiscaliza a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados; Credencia e fiscaliza as entidades prestadoras de serviço de classificação vegetal; Subsidiaria a elaboração ou alteração de padrões e especificações destes produtos junto à CGQV. Na execução dessas ações conta com 2 FFAs atuando de modo exclusivo na sede, além de 18 que atuam de modo compartilhado com outros programas, resultando num equivalente técnico em 2008 de 6,15 Fiscais Federais Agropecuários para a execução das ações de fiscalização, além de 8 Agentes de Atividade Agropecuária que apoiam as ações de fiscalização, 6 deles atuando junto ao Posto de Classificação Vegetal na Fazenda Ipanema/UTRA-IPA, na classificação fiscal e pericial das amostras coletadas.

A meta anual definida pelo Órgão Central no Plano Plurianual 2008 -2011 (META PPA 2008-2011) foi atingida em 136%.

As metas definidas na SFA/SP para os indicadores de desempenho operacional na fiscalização de estabelecimentos e coleta de amostra para o ano de 2008 foram menores que a dos anos anteriores, pois foi prevista a redução do tempo de dedicação dos fiscais a esta ação, em função da demanda em outras áreas de fiscalização, e também pela aposentadoria de fiscais. Em decorrência, houve a necessidade de deslocamento de fiscais entre as UTRAS para atividades que nos anos anteriores foram executadas sem a emissão de diária, ocasionando aumento no custo de fiscalização de estabelecimento. A meta de fiscalização de estabelecimentos, (IFE) foi atingida em 64% e o ICF, que representa o custo médio de fiscalização de estabelecimentos, em ficou acima da média anual como consequência desses fatos.

Em 2008 foram intensificadas as ações programadas no “Programa de Monitoramento de Produtos Industrializados”, definido pelo órgão central, cuja metodologia provocou um aumento de amostras coletadas por estabelecimento fiscalizado, em decorrência disso a meta de coleta de amostras foi executada em 101% e o custo de coleta (ICFa) foi de R\$ 23,00, ou seja, 15% menor que a média dos últimos 4 anos, porém maior que o do ano de 2007.

FISCALIZAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO VEGETAL							
ATIVIDADE	Un.	2004	2005	2006	2007	2008	Meta 2008
Produto fiscalizado (PPA)	t	1.227.208	1.440.756	1.810.131	1.916.876	1.534.039	1.132.068
Amostras coletadas	Nº	1.425	1.335	1.169	1.547	1.227	1.213
Estabelecimentos fiscalizados	Nº	1.041	701	422	448	263	414
Auto de infração	Nº	161	201	213	168	162	186*
Análises Periciais	Nº	208	103	60	78	87	112*
Processo Relatado	Nº	203	190	191	133	113	179*
Multa aplicada	R\$	766,1	918.101	312.3000	692.600	875.388	672.275*

* = média dos últimos 4 anos

A fiscalização do feijão foi impactada pela edição do novo Padrão Oficial de Classificação (IN 12) e pela fiscalização de denúncias de outras Superintendências, provocando a fiscalização em embaladores que habitualmente não comercializam produtos no âmbito da SFA/SP. A edição do Decreto Federal 6.268 em novembro de 2007 também interferiu pois aperfeiçoou os mecanismos de Fiscalização de embaladores, permitindo uma ação mais efetiva nestes casos. Esta circunstância deve ser melhor aproveitada em 2009,

permitindo que a fiscalização foque em situações semelhantes, obtendo uma maior produtividade em relação ao quantitativo fiscalizado.

A inclusão de novos produtos na pauta de fiscalização e o foco na fiscalização em produtos da cesta básica provocaram a necessidade de diminuir a coleta de amendoim. Foram coletadas apenas 5 amostras no ano de 2008. Aguardamos a edição em 2009 de norma de Boas Práticas de Produção e Beneficiamento, visando melhorar a efetividade das ações de fiscalização e a qualidade de produtos oferecidos ao consumidor.

Os índices de conformidade do óleo de soja, farinha de trigo, e outros óleos vegetais estão sendo computados pela primeira vez, e não há parâmetros de comparação.

O indicador de conformidade de produto apresentou para arroz uma melhora significativa, atingindo 92% de conformidade.

Alguns indicadores em 2009 deverão ser aprimorados, buscando a comparação entre o volume de produtos fiscalizados e o volume de produtos com disparidade para cada produto.

Os resultados das ações da Classificação Vegetal e seus postos de serviços, credenciados e supervisionados pela Qualidade Vegetal, estão apresentados nos quadros seguintes:

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2004 n=12	2005 n=12	2006 n=7,5	2007 n=7,5	2008 n=6,15	Meta
Eficiência - Custo da Fiscalização (ICF) – Recursos financeiros despendidos / N° de estabelecimentos fiscalizados							
ICF	R\$	65,96	52,39	48,84	68,25	101,77	58,86*
Eficiência – Custo da Fiscalização Amostras (ICFa) – Recurso financeiro despendido / N° de estabelecimentos fiscalizados (amostras coletadas)							
ICFa	R\$	47,44	27,5	17,63	19,76	23,83	28,00*
Eficiência-Produtividade do Serviço de Fiscalização (ICOF) - N° de estabelec. fiscalizados /N° de Técnicos envolvidos							
ICOF	N°	95	62	56,26	59,73	42,95	68,24*
Eficiência-Produtividade do Serviço de Fiscalização Amostras (ICOFa)- N° de Estabelecimentos Fiscalizados (amostras coletadas) /N° de Técnicos envolvidos							
ICOFa	N°	118,75	111,25	155,86	206,26	183,25	148,03*
Produção- Estabelecimentos Fiscalizados (IFE)- N° de estabelecimentos fiscalizados /Ano							
IFE	N°	1.025	701	422	448	264	417
Eficiência-Indicador de amostras coletadas (IAC)- N° de Amostras Coletadas /Ano							
IAC	N°	1425	1335	1169	1547	1227	1215
Eficácia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP arroz	%	89,3	82,7	87,4	90	92	87,3*
Eficácia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP feijão	%	78,9	82,3	85,27	73	76	79,9*
Eficácia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP amendoim	%	100	100	61,11	99	43	90,03*
Eficácia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP óleo soja**	%					92,94	

Eficácia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas

ICP óleo canola **	%	87,10
-------------------------------	---	-------

Eficácia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas

ICP óleo girassol **	%	59,57
---------------------------------	---	-------

Eficácia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas

ICP farinha trigo**	%	96,43
--------------------------------	---	-------

Eficácia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas

ICP geral	%	82,63	85,6	85,37	82,37	85	79,9*
------------------	---	-------	------	-------	-------	----	-------

n = equivalente técnico envolvido na ação.

* média dos últimos 4 anos; ** dados coletados a partir de 2008.

CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS IMPORTADOS – ação direta do mapa

	un	2004	2005	2006	2007	2008
Produto classificado	Nº	24	15	15	17	17
Classificação de produto	t	1.399.000	1.477.000	1.849.000	1.882.000	1.537.676
Taxa arrecadada	R\$	1.399.000	980.000	1.353.000	1.374.000	1.154.005
Taxa recolhida	R\$	293.000	390.000	284.000	300.000	256.189
Taxa recolhida (algodão imp.)	R\$		158.864,00	539.196,00	505.482,00	000,00

Em 2008 cada estado passou a se responsabilizar pela classificação do algodão internalizado em seus postos de fronteira, o que era feito em São Paulo até 2007. Nesse ano o algodão internalizado em nosso estado está contabilizado juntamente com outros produtos na “Taxa Recolhida”.

Com relação às arrecadações proporcionadas pela Fiscalização da Classificação, o quadro abaixo mostra os resultados dos autos de infrações emitidos.

NÚMERO DE MULTAS E VALORES, APLICADOS E RECOLHIDOS

		2006	2007	2008
multa aplicada	número	158	131	151
multa recolhida	número	59	56	63
Índice de recolhimento	%	37,34	42,75	41,72
multa aplicada	R\$	312.000	692.600	875.388
multa recolhida	R\$	173.000	209.000	302.000
Índice de recolhimento	%	55,45	24,56	40,37
valor médio das autuações	R\$	1.974,68	6.496,18	4.953,64

O valor médio da multa aplicada foi reduzido em parte porque houve alterações nos valores das autuações com a edição do Decreto 6268 em novembro de 2007.

A seguir é apresentado o quadro contendo os principais indicadores de desempenho da área de Qualidade Vegetal, que servirão de instrumento de avaliação e de controle e planejamento futuro da atividade.

O maior valor despendido com o elemento de despesa 33.90.14 justifica-se pela necessidade de deslocamento de servidores pelo estado para fiscalização de estabelecimentos e para atendimento às Micro-regiões pertencentes a outra UTRA.

Os recursos recebidos no elemento de despesa 44.90.52 foram empregados na aquisição de equipamentos de informática para a adequação da infra-estrutura dos serviços do SIPAG-VEGETAL .

Os recursos descentralizados no elemento de despesa 33.90.30 foram menores que os solicitados, pois houve a necessidade de realocação no elemento de despesa 3090.93. O pagamento de pedágio e combustível em ações de fiscalização se deu por ressarcimento.

O número de participações de fiscais e agentes em cursos no ano de 2008 chegou a 18 e os cursos foram de Classificação de Mandioca, Classificação de Feijão, de “Boas Práticas na Produção de amendoim” e de APPCC (Análise Perigos, Pontos Críticos e Controle), estes dois últimos objetivando a fiscalização da Certificação Higienístico Sanitário do Amendoim.

Foram descentralizados recursos para a o pagamento de passagens aéreas para a participação 6 de servidores em dois deles. Esses recursos também permitiram a participação em reuniões para a normatização do Decreto 6268, ações programadas pelo órgão central em outros estados.

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 29.02)
339014	56.900,00	48.873,81	48.736,08	
339030	19.800,00	12.180,00	7.898,12	
339033	9.900,00	15.520,00	12.827,43	
339039	1.390,00	9.250,00	9.043,00	
339093	2.000,00	6.488,00	4.295,51	569,04
SUB TOTAL	89.990,00	92.311,81	82.800,14	
449052	446.800,000	89.988,97	3.490,00	86.499,00*
* foram adquiridos equipamentos de informática que ainda estão em fase de entrega e pagamento				

RESUMO GERAL				
FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	89.990,00	92.311,81	83.369,18	90,31
META SIPLAN (prod.fiscalizado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	1.132.068	1.132.068	1.415.034	125

Obs: o numero de produtos fiscalizados em 2008, que consta na tabela referente a este item, difere do número obtido do sistema SIPLAN, pois neste sistema não foi inserido o numero de produtos fiscalizados em dezembro de 2008. Caso tivessem constadas essas fiscalizações o índice de atendimento no Sistema SIPLAN subiria para 136%.

2.3.1.3 - Ação 8939 – IPVEGETAL2: Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar e garantir a qualidade, conformidade e segurança dos alimentos e outros produtos e derivados vegetais, e quebrar barreiras sanitárias, proporcionando competitividade e acesso dos produtos brasileiros ao mercado interno e externo.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle de qualidade de alimentos, bebidas, vinagres, café, açúcar, álcool etílico potável e de outros produtos de origem vegetal, sujeitos a contaminantes químicos e biológicos, baseados nos princípios gerais do sistema APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle e seus pré-requisitos (boas práticas - BP e princípios-padrão de higiene operacional - PPHO) e da rastreabilidade nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, auditorias e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RTs e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários-SIPAG
Legislação que rege a	Lei nº 8.918/1994; Decreto nº 2.314/1997; Lei nº 7.678/1988; Decreto nº 99.066/1990; Lei nº

ação	9.972/2000; Art.27,"I" e "g", da Lei nº 10.683/2003; Decreto nº 3.664/2000 ; Decreto nº 5.351/2005; Lei nº 8.171/1991; Decreto nº 5.741/2006.
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Artigo 18 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

Com a finalidade de assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal ofertados à população efetuamos nossa atividade sob o regulamento das Leis: nº 7.678 de 08/11/88 que dispõe sobre a Produção, Circulação e Comercialização do Vinho e derivados da Uva e do Vinho e nº 8.918 de 14/07/94 que dispõe sobre a Padronização, Classificação, Registro, Inspeção, Produção e Fiscalização de Bebidas, bem como, sobre as disposições de seus Decretos Regulamentares e legislação complementar.

	DEMANDA DE SERVIÇO POR FFA				
	2004	2005	2006	2007	2008
Estabelecimentos Produtores Registrados	862	816	839	732	635
Número de fiscais	10	9	8	15	11
Estabelecimento Registrado / Técnico	86	91	105	48	58

Fiscalização de Estabelecimentos e Produtos

A etapa da fiscalização é considerada o processo mais importante na avaliação do segmento produtivo. Na fiscalização dos estabelecimentos é realizada a avaliação do processo de produção e efetuada coleta de amostra para análises fiscais (físico-químicas e/ou microbiológicas) visando monitorar a qualidade das bebidas e vinagres.

Neste ano de 2008 contamos com o ingresso de três novos fiscais a partir de julho que auxiliaram nos trabalhos de fiscalização, mas também necessitaram um enorme esforço de treinamento. Este treinamento consumiu o tempo de trabalho dos fiscais do setor, bem como, uma grande quantidade de recursos financeiros, tendo em vista os treinamentos terem ocorrido em outras UF.

		ESTABELECIMENTOS PRODUTORES FISCALIZADOS				
		2004	2005	2006	2007	2008
Estabelecimentos	produtores	862	816	839	732	635
registrados						
Estabelecimentos	fiscalizados	567	454	353	551	510

Produtos

Os resultados do desempenho da atividade de fiscalização sobre os produtos durante o ano estão apresentados na tabela a seguir:

		ATIVIDADES RELACIONADAS AOS PRODUTOS				
		2004	2005	2006	2007	2008
Produto amostrado	unid.	397	279	151	229	314
Produto Apreendido	unid.	50	63	24	34	59
Produto Inutilizado	L x 1.000	9	0,018	2,8	23,3	21,2
	Kg	0	295	2.290	2.500	0
Matéria Prima Inutilizada	L x 1.000	10	0	22	0	0
	Kg	23	44	20	70	0

No ano de 2008 houve leve aumento na detecção de “fraudes” e “não conformidades” de produtos nas empresas, o que evidencia a eficácia da fiscalização, pela estratégia utilizada.

Verifica-se que não ocorreram variações significativas na porcentagem de produtos desconformes, ou seja, cerca de 75% das bebidas e vinagres fiscalizados foram encontrados dentro dos seus respectivos Padrões de Identidade e Qualidade.

O serviço obteve uma resposta positiva quanto à manutenção da conformidade dos produtos, que é o objetivo maior.

A meta deste serviço é que pelo menos 90% dos produtos estejam em conformidade com seus “padrões”.

RESULTADOS ANALÍTICOS	2004	2005	2006	2007	2008
Amostras coletadas	397	279	151	229	314
Resultados disponíveis	199	104	167	161	384
Produtos em conformidade	179	77	133	139	290

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Eficiência - Produtividade do serviço na Fiscalização (IPF) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/ Nº de fiscais							
IPF	Nº	57	50	44	44	46	49
Eficiência - Custo da Fiscalização (ICF) - Recurso financeiro despendido/ Nº de estabelecimentos fiscalizados							
ICF	R\$	50,88	65,16	67,84	70,14	99,86	63,50
Eficiência - Estabelecimentos Fiscalizados (IEF) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/ Nº estabelecimentos registrados							
IEF	%	66	56	42	75	81	100
Efetividade - Conformidade de produtos (ICP) - Nº de amostras em conformidade/ Nº total de análises realizadas							
ICP	%	90	74	82	86	76	90

CUSTO UNITÁRIO DAS FISCALIZAÇÕES		2004	2005	2006	2007	2008
Recurso despendido	R\$	28.849	29.584	23.822	38.651	50.933
Estabelecimentos fiscalizados	Unid.	567	454	353	551	510
lcf	R\$	50,88	65,16	67,84	70,14	99,86

A qualidade do trabalho produzido se pauta na realização de roteiros de fiscalização eficientes, objetivando-se uma diminuição considerável do custo de cada fiscalização e no atendimento das necessidades dos clientes no tocante às solicitações de Registro de Estabelecimentos.

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (RESTOS A PAGAR)
339014	56.539,75	62.828,94	54.986,94	---
339030	17.820,00	13.382,68	12.899,88	---
339033	21.510,00	60.138,26	52.169,33	---
339036	---	518,84	518,84	---
339039	7.425,00	21.400,00	17.728,48	---
339093	13.156,00	4.656,38	2.095,42	---
TOTAL	116.450,75	162.925,10	140.398,89	---

RESUMO GERAL DA AÇÃO				
	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO
FINANCEIRO	116.450,75	162.925,10	140.398,89	86,17
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN (estabel.inspecionado)	644	523	436	83,37

Obs: o numero de estabelecimentos fiscalizados em 2008, que consta na tabela referente a este item, difere do número obtido do sistema SIPLAN, pois neste sistema não foi inserido o numero de estabelecimentos fiscalizados em dezembro de 2008. Caso tivessem constadas essas fiscalizações o índice de atendimento no Sistema SIPLAN subiria para 97,5%.

2.3.1.4 - Ação 4745 - FISCORGEN: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Sanidade Agropecuária-SEDESA
Legislação que rege a ação	Lei nº 8.974, de 05/01/1995 (Biossegurança); Decreto Presidencial nº 4.680, de 24/04/2003 (Direito à informação do consumidor); Lei nº 10.814, de 15/12/2003; Decreto nº 4.846, de 25/09/2003; Lei nº 10.688 de 2003.
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Artigo 17 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

O foco desta ação refere-se à fiscalização de atividades de pesquisa efetivamente autorizados/liberados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio em parecer específico. Essa fiscalização objetiva verificar o cumprimento das condições de biossegurança (localização do experimento, espaçamento, bordadura, isolamento físico e temporal, descarte de materiais etc.) determinadas pela CTNBio, conforme estabelecido na legislação. Em caso de decisão técnica favorável sobre a biossegurança no âmbito da pesquisa, a CTNBio remete o processo respectivo aos órgãos e entidades de registro e fiscalização para o exercício de suas atribuições.

As demandas deste tipo de fiscalização são coordenadas e repassadas aos Estados pela Coordenação de Biossegurança de OGM da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de encaminhamento de cópias dos processos de autorização/liberação da CTNBio.

Principais processos

Processo	Atividade	Produto	Execução
Inspeção /fiscalização de campos experimentais de organismos geneticamente modificados	Inspeção em campos experimentais	Termo de fiscalização CTNBio	DIRETA
	Verificação das condições de contenção	Roteiro anexo ao termo – situação de campo	
	Verificação do descarte do produto	Roteiro anexo ao termo – situação de laboratório	
	Avaliação Documental	Auto de infração CTNBio	

Resultados operacionais

Devido às novas autorizações para experimentos com vegetais geneticamente modificados emitidas pela CTNBio, observa-se que o número de liberações planejadas de experimentos em campo, em 2008, aumentou em relação ao ano anterior. Ainda assim, todos os campos experimentais com ensaios de OGM aprovados pela CNTBio, que foram

efetivamente instalados, e que tiveram os respectivos processos de liberação encaminhados a esta SFA/SP, foram fiscalizados pelo SEDESA. A tendência é o número de liberações experimentais aumentarem cada vez mais visto que a emissão de pareceres pela CNTBio vem aumentando. Assim faz-se necessário a contratação de mais FFAs para que o Serviço de Sanidade Vegetal continue dando andamento aos trabalhos de forma satisfatória.

Devido ao trabalho de orientação e ação fiscal deste Serviço nesta área, as irregularidades constatadas mantiveram-se em zero, conservando-se nesta marca desde 2003, o que evidencia a efetividade da ação.

CAMPOS EXPERIMENTAIS DE ORGANISMOS (VEGETAIS) GENETICAMENTE MODIFICADOS						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Nº.de Experimentos fiscalizados	29	14	15	15	36	46
Nº.de Experimentos regulares em relação à fiscalização realizada	29	14	15	15	36	46

Principais indicadores

O PPA 2008 – 2011 define como indicador o nº de fiscalizações realizadas. Em virtude de a meta PPA refletir basicamente demanda de fiscalização emanada por parte da CTNBio, não amparando nenhuma análise do desempenho do sistema liberação, a SFA- SP lança mão dos seguintes indicadores de desempenho no processo de Gerenciamento dessa ação:

Mnemônico	2004	2005	2006	2007	2008
Capacidade anual de fiscalização de ensaios com OGM (IOC) - Nº de ensaios fiscalizados/ Ano					
IOC	14	15	15	36	46
Produtividade de fiscalização de ensaios com OGM (IOP) - Nº de ensaios fiscalizados/ Nº fiscais envolvidos					
IOP	3,5	3,75	7,5	18	15,3
Conformidade de ensaios com OGM segundo a legislação (IOQ) - Nº de ensaios regulares x 100/ Nº ensaios fiscalizados					
IOQ	100%	100%	100%	100%	100%

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)	A EXECUTAR
339014	10.617,24	9.876,39	6.981,65	---	
339030	2.130,00				
339033	7.320,00	5.000,00	4.801,94	---	
339093	2.200,00	3.760,00	1.254,84	90,38	
SUB TOTAL	22.267,24	18.636,39	13.038,43	90,38	
449052		117.490,96	2.639,98	1.393,00	113.457,97*

* foi adquirido um veículo que já foi entregue, porém a empresa ainda não enviou a nota fiscal para pagamento

RESUMO GERAL				
FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	22.267,24	18.636,39	13.128,81	70,45
META SIPLAN (fisc.realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	52	48	43	89,58

2.3.2 - Programa 0357 - Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Patrícia Silvia Pozzetti Chefe do Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA Augusto Luis Billi Chefe do Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO
Público Alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Principais ações do programa:

2.3.2.1 - AÇÃO 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos- FISCPLANTA2

Dados gerais	
Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada no país de pragas de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional e certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e análise de risco e quarentena vegetal.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO/DT-SP)
Legislação que rege a ação	Decreto nº 24.114, de 12/04/1934, e sua legislação complementar
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Artigo 22 e 23 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

Principais Indicadores

<i>Tipo</i>	<i>Indicador</i>	<i>Mnemônico</i>	<i>Formula</i>
Capacidade	Capacidade de fiscaliz no trânsito internacional da área vegetal	IC Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}{\text{ano}}$
eficácia	Conformidade no trânsito internacional da área vegetal	IQ Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ de ocorrências. X } 100}{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}$
eficiência	Produtividade do FFA no trânsito internacional da área vegetal	IP Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ fiscalizações.}}{N^{\circ} \text{ FFAs}}$

Desempenho operacional

O quadro abaixo apresenta o Desempenho Operacional da Vigilância Agropecuária no Estado de São Paulo nos últimos 5 anos.

	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008
FISCPLANTA2					
IC – Total de Fiscalizações (PPA)	176.629	178.050	158.309	205.909	370.915
Nº Fiscalizações (exportação)	48.674	52.338	41.856	55.441	38.415
Nº Fiscalizações (importação)	127.955	125.712	116.453	150.468	332.500

Nº de Ocorrências	23.693	20.525	13.404	11.481	19.232
Nº Certificados Fitossanitários	16.940	18.039	14.289	44.339	31.048
Nº FFAs (engenheiros agrônomos)	58	56	69	70	63
Servidores Nível Médio	8	7	7	8	8
IP – Nº Fiscalizações / FFA	3.045	3.179	2.294	2.942	5.888
Nº Certificações / FFA	292	322	207	633	493
Iq – Nº Ocorrências / Fiscalizações	13%	12%	8%	6%	5%

Resultados da Ação

O principal indicador assumido para esta ação é o Indicador de Capacidade (IC) Total de Fiscalizações que está previsto no PPA. Em anos anteriores este indicador era denominado de Partida Inspecionada, e seu cálculo está definido na IN MAPA nº 36/2006 pela somatória dos seguintes documentos: Termos de Fiscalização Emitidos; Requerimentos de Fiscalização de Embalagem de Madeira despachados; Termos de Fiscalização do Trânsito Internacional de Passageiros emitidos; Termos de Retenção de Mercadoria/Produto; e Termos de Fiscalização de Bagagem/Encomenda emitidos.

O número de fiscalizações apresentou incremento muito forte em 2008, influenciado diretamente pelo aumento da fiscalização de embalagens e suportes de madeira e, provavelmente, pela inclusão de todas as parcelas que compõem este somatório estabelecido no dispositivo legal. Conforme legislação vigente, todas as mercadorias importadas acondicionadas em embalagens ou suportes de madeira devem ser submetidas à fiscalização da Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO. Encontra-se em estudo o “Projeto Linha Azul” que tem como objetivo reduzir o número destas fiscalizações através do comprometimento dos importadores com a utilização de embalagens sem risco fitossanitário, submetidos regularmente a auditoria da Vigilância Agropecuária.

Na exportação houve redução deste indicador em 22% em relação à média dos quatro anos anteriores, cuja explicação passa obrigatoriamente pelas condições de mercado internacional, taxa cambial desfavorável às exportações na maior parte de 2008. Este indicador é diretamente dependente da variável demanda, que foi atendida em 100%.

O indicador de Produtividade, influenciado pelo incremento no total de fiscalizações, apresentou forte evolução, atingindo 5.888 fiscalizações por FFA-EA. Comparando-se com a Vigilância Agropecuária em outras unidades da federação, certamente esta média de produtividade é a maior alcançada.

O número total de ocorrências acompanhou o aumento das fiscalizações, de modo que o indicador de eficácia (IQ) apresentou certa estabilidade em relação a 2007, de 6% para 5%. Em 2004 este indicador atingiu 13%, e tem sido reduzido ano a ano pela melhora nos instrumentos de informação aos usuários: internet, manuais e folhetos institucionais.

Fator de preocupação para o gestor é a pouca capacidade da instituição para reposição ou ampliação dos recursos humanos. Apesar da realização de concursos públicos nos últimos anos, o número de servidores contratados não foi suficiente para superar, nem tampouco igualar, o número de servidores que se aposentaram no período. Dos 63 fiscais federais agropecuários com formação em engenharia agrônoma (FFA-EA), 12 (doze) já possuem condições de aposentadoria, ou obterão condições nos próximos 2 (dois) anos.

Unidades Executoras

O quadro a seguir apresenta comparativamente o desempenho operacional das unidades executoras localizadas no Porto de Santos (SNT), Aeroporto de Guarulhos (GRU), Aeroporto de Viracopos (VCP) e a soma das unidades regionais (UVAGROS) que atendem nos Portos Secos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

2008 - FISCPLANTA2	SNT	GRU	VCP	UVAGROS	TOTAL
IC – Total de Fiscalizações (PPA)	155.172	150.106	34.576	31.061	370.915

Total de Ocorrências	8.469	6.391	3.870	502	19.232
Total Proibições Despacho	-	17	-	-	17
Fiscalização (importação)	140.269	134.290	28.134	29.807	332.500
Fiscalização Prod. Vegetais	9.023	19.231	5.339	4.418	38.011
Fiscalização Embal. Madeira	131.246	115.059	22.795	25.389	294.488
% Fiscalização Embal. Madeira ⁽¹⁾	94%	86%	81%	85%	89%
Autorização de Trânsito Aduaneiro	198	197	166	-	1.944
Ocorrências Importação	8.459	6.341	3.766	490	19.056
Proibições de Importação	-	17	-	615	632
Fiscalizações (exportação)	14.903	15.816	6.442	1.254	38.415
Certificados Fitossanitários (CF)	10.151	13.988	5.823	1.086	31.048
Ocorrências Exportação	10	50	104	12	176
Proibições de Exportação	-	-	-	-	-
Nº FFAs (engenheiros agrônomos)	22	18	15	8 ⁽²⁾	63
IP – Nº Fiscalizações / FFA	7.053	8.339	2.305	3.883	5.888
Nº Certificados / FFA	461	777	388	136	493
Iq – Nº Ocorrências / Fiscalizações	5,5%	0,1%	11,2%	1,6%	5,0%

⁽¹⁾ Refere-se à participação percentual das fiscalizações de embalagens e suportes de madeira no total de fiscalizações na importação de mercadorias. O indicador médio encontrado de 89% reforça a necessidade de modernização da legislação referente à fiscalização destes itens. Encontra-se em estudo o Projeto Linha Azul, para diminuir a demanda desta fiscalização.

⁽²⁾ FFA-EA com dedicação compartilhada com outras Ações da SFA-SP.

A Certificação Fitossanitária (CF) é atividade de grande relevância, pois é o documento oficial brasileiro que visa assegurar a condição fitossanitária dos produtos vegetais, conferindo credibilidade para ingresso das mercadorias brasileiras em território dos países importadores. Em 2008, cada FFA-EA emitiu, em média, 493 Certificados Fitossanitários. Este indicador alcançou seu valor máximo no SVA-GRU, com 777 CF/FFA-EA.

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)
339014	20.022,80	37.700,00	32.941,62	---
339030	38.490,00	89.477,19	42.454,91	16.609,00
339033	41.200,00	26.713,13	23.142,72	---
339039	125.000,00	8.000,00	7.285,00	---
339093	-	1.000,00	1.000,00	---
449052	287.150,00	-	-	---
TOTAL	511.862,80	162.890,32	106.824,25	16.609,00

RESUMO GERAL				
FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO
	511.862,80	162.890,32	123.433,25	75,78
META SIPLAN (fiscalização .realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO
	141720	200000	345744	172,87%

2.3.2.2 Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produto - FISCANIMAL2

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população. Inspeccionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional e certificar a sanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – Vigiagro
Legislação que rege a ação	Decreto 24.645 de 1934; Decreto 38.983 de 1956
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Artigo 22 e 23 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

Principais indicadores

<i>Tipo</i>	<i>Indicador</i>	<i>Mnemônico</i>	<i>Formula</i>
Capacidade	Capacidade de inspeção de partidas no trânsito internacional da área animal	IC Anim	$\frac{\text{Nº Fiscalizações}}{\text{Ano}}$
Eficácia	Conformidade no trânsito internacional da área animal	IQ Anim.	$\frac{\text{Nº Ocorrências} \times 100}{\text{Nº. Fiscalizações}}$
Eficiência	Produtividade por Fiscal Federal Agropecuário (FFA) no trânsito internacional da área animal	IP Anim.	$\frac{\text{Nº. Fiscalizações}}{\text{Nº. FFAs}}$

Desempenho operacional

FISCANIMAL2	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008
IC – Nº Fiscalizações (PPA)	67.046	64.211	59.016	40.146	76.265
Número total de Ocorrências	825	1.379	2.071	1.078	5.484
Número de Fiscalizações (importação)	8.642	9.892	13.596	16.063	23.495
Número de Fiscalizações (exportação)	58.404	54.319	45.420	24.083	52.770
Certificados Zoossanitários	396	1.065	1.931	4.022	5.352
Certificados Sanitários	4.603	19.056	25.398	7.197	6.727
Nº DE FFA (médicos veterinários)	24	25	25	25	38
Agentes de Inspeção	4	8	8	6	6
IP – Nº Fiscalizações/FFA	2.794	2.568	2.361	1.606	2.007

Nº Certificados / FFA	208	805	1.093	449	318
IQ – Ocorrências / Fiscalizações	1,2%	2,1%	3,5%	2,7%	7,0%

Comparando-se com o desempenho operacional no ano anterior (2007), observa-se um crescimento de 96% no número de fiscalizações desta Ação, ocorrido tanto nas importações (46%) como nas exportações (119%). Nas importações destacaram-se o movimento de Produtos Biológicos (62%) e Material de multiplicação animal (119%), além de que nos anos anteriores não foram computadas as fiscalizações de Terminal de Passageiros de vôos internacionais, que em 2008 foi de 5.567. Nas exportações o aumento foi impulsionado pelo endurecimento da fiscalização sobre os exportadores de produtos de origem animal, que os obrigou a submeterem suas mercadorias à fiscalização da Vigilância Agropecuária no ponto de egresso, destacando-se o SVA-Santos. Além disso, foi implantada a modalidade de reinspeção de produtos de origem animal comestíveis, fruto de acordos sanitários com a República da Rússia.

Na ação FISCANIMAL2, intensifica-se a preocupação do gestor com relação a pouca capacidade da instituição em repor os recursos humanos. Apesar dos concursos públicos nos últimos anos e de 05 (cinco) remoções para o SVA-Guarulhos em 2008, o número de servidores contratados e removidos não foi suficiente para acompanhar a demanda pelo serviço veterinário. Dos 36 fiscais federais agropecuários com formação em medicina veterinária (FFA-MV), cerca de 14 (quatorze) já possuem condições de aposentadoria, ou obterão condições nos próximos 2 (dois) anos. A situação no SVA-Viracopos é ainda mais preocupante, pois possui apenas 04 (quatro) FFA-MV para suportarem toda a demanda do segundo maior aeroporto de carga do país, que tem apresentado crescimento anual de 15% no movimento geral e com previsão de estatização da administração e ampliação para dobrar sua capacidade.

Para suportar o aumento da ação fiscalizatória em 2008, concentrado fortemente no SVA Santos, a Coordenação Geral da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO/SDA instituiu força-tarefa durante todo o segundo semestre de 2008, com o apoio semanal de 05 a 07 FFAs médicos veterinários de outras unidades. A continuidade deste apoio é imprescindível ao desempenho das atividades naquele SVA, e somente poderá ser suspenso após contratação ou remoção de FFAs médicos veterinários para exercício definitivo no SVA Santos.

Esta Ação opera por demanda, e está sujeita às oscilações do mercado internacional de produtos e insumos pecuários, influenciado por taxas cambiais, fiscais e outras variáveis. Em 2008 todos os requerimentos de fiscalização foram atendidos (100% de atendimento).

Unidades Executoras

O quadro a seguir apresenta comparativamente o desempenho operacional das unidades executoras localizadas no Porto de Santos (SNT), Aeroporto de Guarulhos (GRU), Aeroporto de Viracopos (VCP) e a soma das unidades regionais (UVAGROS) que atendem nos Portos Secos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

FISCANIMAL2	SNT	GRU	VCP	UVAGRO	TOTAL
IC – Nº Fiscalizações (PPA)	40.548	15.840	19.317	560	76.265
Nº Certificações	4.560	5.957	1.377	185	12.079
Ocorrências	4.237	339	889	19	5.484
Proibições	-	6	-	-	6
Número de Fiscalizações (importação)	7.165	9.431	6.528	371	23.495
Ocorrências importação	1.746	261	752	15	2.774
ADTA	169	178	-	2	349
CTPI	7.136	2.409	-	2	9.546
Proibições Importação	-	6	-	-	510

Número de Fiscalizações (exportação)	33.383	6.409	12.789	189	52.770
Certificados Sanitários (CSI)	4.560	1.772	259	136	6.727
Certificados Zoossanitários (CZI)	-	4.185	1.118	49	5.352
Número total de Ocorrências	2.491	78	137	4	2.710
Proibições Exportação	-	-	-	-	-
Nº DE FFA (médicos veterinários)	14 ⁽¹⁾	14 ⁽²⁾	4	6 ⁽³⁾	38
IP – Nº Fiscalizações/FFA	2.896	1.131	4.829	93	2.007
Nº Certificados/FFA	325	425	344	31	318
IQ – Ocorrências / Fiscalizações	10%	2%	5%	3%	7%

⁽¹⁾ Média mensal de FFA-MV incluindo força-tarefa no 2º semestre/2008.

⁽²⁾ Média mensal de FFA-MV incluindo 3 contratações e 5 remoções durante o ano de 2008.

⁽³⁾ FFA-MV com dedicação compartilhada com outras Ações da SFA-SP.

A Certificação Sanitária e Zoossanitária é atividade de alta importância desempenhada pela fiscalização federal agropecuária, pois trata do documento oficial brasileiro que visa assegurar a condição sanitária dos animais e dos produtos de origem animal exportados, conferindo credibilidade internacional para ingresso das mercadorias brasileiras em território dos países importadores.

Em 2008, cada FFA-MV emitiu, em média, cerca de 318 Certificados Sanitários ou Zoossanitários. No SVA-Guarulhos foram emitidos 4.185 Certificados Zoossanitários que, na sua maioria, viabilizaram as viagens internacionais de animais de companhia (cães e gatos); uma demanda que aumenta dia após dia. Já no SVA-Viracopos os Certificados Zoossanitários são emitidos majoritariamente para outros animais (eqüinos, bovinos, suínos, etc.). No SVA-SNT predomina a Certificação Sanitária de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis. Outro documento emitido com frequência é o CTPI – Certificado de Transporte de Produtos Importados, que em 2008 atingiu o volume de 9.546 certificados, sendo a maioria emitida no SVA-Santos.

A proibição de importação encontrou sua maior ocorrência na UVAGRO Metropolitana-SP, localizada na CEAGESP, onde os FFAs fazem a fiscalização das encomendas que chegam ao país através da ECT – Empresa de Correios e Telégrafos, muitas vezes sem autorização ou trazendo produtos de importação proibida.

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)
339014	75.835,08	48.800,00	46.566,45	---
339030	10.510,60	96.575,44	33.182,45	---
339033	21.200,00	28.700,00	19.568,17	---
339039	33.500,00	8.000,00	3.077,02	---
339093		2.500,00	1.851,87	648,13
449052	207.810,00			---
TOTAL	348.855,68	184.575,44	104.245,96	648,13

RESUMO GERAL				
FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO %
	348.855,68	184.575,44	104.894,09	56,83
META SIPLAN (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	37732	70445	103202	146,50

Fiscalização de Passageiros de Vôos Internacionais

Uma das atribuições da Vigilância Agropecuária, comum às Ações FISCANIMAL2 e FISCPLANTA2, é fiscalizar as bagagens de passageiros oriundos de vôos internacionais que, não raramente, costumam trazer produtos de origem animal ou vegetal, que apresentam risco de veicularem pragas ou doenças. Nacionalmente, esta atuação é mais intensa no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, por onde desembarcaram em 2008 mais de 4,4 milhões de passageiros de vôos internacionais. Através dos escâneres de raio-x do Ministério da Agricultura, operados com o apoio da Receita Federal do Brasil, foram fiscalizadas quase 900 mil bagagens – equivalente a 20% do número de passageiros. Entendemos que este indicador ainda é insuficiente para garantir efetividade a esta ação. Isto porque, dentre outras razões, o fluxo de passageiros de vôos internacionais é superior a capacidade fiscalizatória em face dos recursos humanos disponíveis, a concentração de vôos em determinados horários e a ampla área de abrangência a ser coberta pela equipe de FFAs (dois terminais de passageiros, terminais de carga de importação e de exportação, “duty-free”, bagagem desacompanhada e empresas de remessas expressas - Courier). Dessa forma, a fiscalização tem sido intensificada em vôos considerados de maior risco sanitário.

	ALA	GRU	VCP	TOTAL
Nº Passageiros Internacionais		4.420.825	2.560	4.423.385
Nº Fiscalizações de Bagagens (Nº)		895.985	1.719	897.704
Nº Termos de Apreensão		5.539	28	5.567
Apreensões (kg)		13.674	177	13.851

Sistema Informatizado

Visando controle, gerenciamento de dados e emissão de relatórios que deverão proporcionar uniformidade e confiabilidade na coleta e armazenamento de dados estatísticos, permitindo uma melhor gestão estratégica das Ações da Vigilância Agropecuária, foi dado início a uma fase de testes de um sistema informatizado (SISVIGIAGRO), em dezembro 2008, ação de grande relevância tendo em vista que a coleta dos dados estatísticos no Sistema Vigiagro ainda é manual.

Treinamento

Em 2008, foram realizadas Reuniões Técnicas e de Harmonização de Procedimentos, assim como Cursos de Treinamento, de Auditoria, de Classificação Vegetal, entre outros. Ao todo, 22 FFA-MV e 22 FFA-EA foram beneficiados. Destacaram-se o Curso Intensivo de Processamento de Couros no SENA I - Estância Velha/PR do qual participaram 13 FFA-MV e o Curso de Identificação de Madeiras e de Pragas Quarentenárias de Madeira pela EMBRAPA Florestas em Curitiba/PR, do qual participaram 9 FFA-EA.

Instrução Normativa MAPA Nº 40/2008

Em 31 de julho de 2008 entrou em vigor a Instrução Normativa MAPA Nº 40/2008, estabelecendo a obrigatoriedade de utilização do SISCOEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior para importação de produtos e insumos agropecuários. A implantação dos novos procedimentos foi bastante difícil pois houve demora na atualização dos tratamentos administrativos daquele sistema, em grande parte fruto de comunicação irregular entre os órgãos responsáveis do MAPA e do MDIC. Os problemas que, no início, apresentavam-se

diariamente, foram sendo reduzidos. Em dezembro/08 foram poucas as ocorrências geradas por falhas na operacionalização dos procedimentos definidos pela IN 40/2008.

Trânsito Internacional de Animais e Produtos de Origem Animal - SEDESA

O Serviço de Sanidade Agropecuária no Estado de São Paulo – SEDESA/SP atua segundo a Portaria Nº. 300/2005 que trata das competências das SFAs e seus Serviços. O controle do trânsito internacional é realizado através da fiscalização da importação e exportação de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genéticos animal em interface com VIGIAGRO.

Para esta finalidade são instruídos processos, emitidos pareceres e autorizados previamente o embarque, inclusive no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, os pedidos de importação e exportação de animais vivos, seus materiais genéticos, produtos e derivados de origem animal.

Na execução destas atividades, no que tange às exigências de natureza sanitária é assegurando o cumprimento da legislação específica.

Para fins de exportação de animais de interesse zootécnico e material genético destinado a multiplicação animal a emissão dos certificados é realizada, mediante parecer prévio do SEDESA, nos postos de egresso do país, uma vez que se faz necessário uma verificação “in loco” dos animais ou materiais que estão sendo exportados.

O SEDESA desempenha um papel importante nas ações de defesa sanitária animal que são barreiras para evitar a entrada de doenças exóticas ou não ao rebanho brasileiro e como pode ser observado na tabela abaixo, o estado de São Paulo devido às suas características, tem apresentado ao longo dos anos um grande volume de solicitações de autorizações de Importação de animais vivos e produtos de origem animal.

CONTROLE DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS E DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (POA)						
Atividade	un	2004	2005	2006	2007	2008
Certificado Zoossanitário Internacional (CZI)	Nº.	2.939	2.433	*	--	--
Certificado Sanitário Internacional	Nº.	316	289	--	--	--
Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação	Nº.	706	689	658	727	**
Autorização de importação de animais vivos, material de multiplicação e produtos de origem animal não comestíveis **	Nº	--	--	--	--	1392
Autorização de Importação de outros estados c/ desembaraço em SP	Nº.	150	171	165	211	259
Anuências Prévias para Import. POA	Nº.	11.491	11.049	12.273	12601	13720
Fiscalização em Collis Postaux	Nº.	8	*	-	-	-
Parecer sanitário nos requerimentos de importação de produtos para alimentação animal (RIPAA)	Nº.	--	--	514	780	819
Autorizações de exportação de animais vivos e materiais de multiplicação animal	Nº.	--	--	1.019	1086	1.600
Autorizações de importação de produtos de origem animal, não comestíveis, e autorizações de embarque no SISCOMEX	Nº.	--	--	562	384	**

* Com a publicação da Portaria nº. 300/05 Atribuição do VIGIAGRO

** Devido a alterações de procedimentos do serviço, as autorizações de Importação de Animais Vivos, Material de Multiplicação e de Produtos de Origem Animal não Comestíveis foram unificados no ano de 2008

Principais indicadores

Mnemônico	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Indicador da capacidade anual de análise de solicitações de Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação (<i>laia</i>) - N° de solicitações analisadas / Ano						
<i>laia</i>	706	689	658	727	1.392	Demanda
Eficiência - Indicador da produtividade de emissão de Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação efetuadas por técnico (<i>lpai</i>) - N° de solicitações analisadas / N° de técnicos do serviço						
<i>lpai</i>	353	344,5	329	181,75	348	Demanda
Eficácia - Indicador de eficácia na análise de solicitações Anuências Prévias para Import. POA efetuadas em até 5 dias (<i>leapoa</i>) - N° de solicitações analisadas em até 5 dias x 100 / N° de solicitações						
<i>leapoa</i>	100%	100%	100%	100%	100%	Demanda

No ano de 2007 houve o ingresso de mais 3 FFAs Médicos Veterinários no SEDESA/SP provenientes de concurso, no entanto entendemos ser necessário que o esse número seja aumentado devido ao grande volume de atividades desenvolvidas especialmente no estado de São Paulo.

2.3.2.3 - Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - VIGIFITO

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária-SEDESA
Legislação que rege a ação	Lei nº 9.712, de 1998; Decreto nº 24.114, de 1934; Decreto nº 5.478, de 1943
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Artigo 17 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

Em 2008, algumas metas dessa ação, bem como da ação PCEVEGETAL, não foram cumpridas, devido ao aumento da demanda de serviço a ser executada frente ao programado (o que pode ser observado nos resultados de cada macroprocesso), além do quadro reduzido de Fiscais Federais Agropecuários, tendo em vista a aposentadoria de 2 FFAs e remanejamento de um terceiro.

Houve ainda grande demanda não programada em ações de defesa (reuniões técnicas, instalação de armadilhas, estudo de medidas sanitárias para prevenção e controle da praga, auxílio na elaboração de normativas, entre outros), tais como: levantamento das pragas *Syrex noctilio* em pinus; nematóide da galha e bacteriose da goiabeira; *Leptocybe invasa* e *Gonipterus scutellatus* em madeira; broca gigante da cana-de-açúcar (*Telchin licus licus*); ácaro da lichia (*Eriophyes litchii*); e também a implantação do Grupo Técnico de Trabalho do Bicudo do Algodoeiro; inspeções “in loco” e reuniões sobre interceptação de pragas em bulbos de lírios importados da Holanda. Além da implantação, a partir do segundo semestre de 2008, do Programa de Educação Sanitária; da participação de FFAs do SEDESA no programa de aplicação na SFA/SP do novo Sistema de Concessão de Diárias e Passagens-SCDP e nas ações do SISBOV.

Resultados Operacionais

Esta ação objetiva o cumprimento das normas fitossanitárias que disciplinam a entrada e a saída de sementes, mudas, bulbos, rizomas e tubérculos, além da realização de supervisões periódicas do trânsito interestadual, realizadas através do acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, através da

Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) nos postos de fronteira e também nos postos de fiscalização volantes.

Outra ação do SEDESA/DT-SP é a emissão de pareceres fitossanitários em processos de importação de produtos destinados à alimentação animal (RIPAA) e destinados a fertilizantes e corretivos, sendo emitidos em 2008, respectivamente, 1092 e 27 pareceres.

Macroprocesso: Intercepção de Pragas

As intercepções de pragas quarentenárias ou limitantes às culturas são ações de extrema importância para a agricultura nacional, pois previne a entrada de pragas que poderiam comprometer o desempenho do setor.

Observa-se que em 2008 o número de intercepções permaneceu alto, sinalizando que a vigilância em material de propagação deve estar sempre se aperfeiçoando. O aumento do número de análises de laudos de Diagnóstico Fitossanitário deve-se à contribuição de funcionários administrativos da UTRA-IPA que organizaram os documentos, montaram processos para análise e alimentaram o banco de dados, permitindo o atendimento de toda a demanda desde 2006.

SOLICITAÇÕES DE IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO VEGETAL RECEBIDAS					
	2004	2005	2006	2007	2008
Nº Amostras de Diagnostico Fitossanitário	515	429	773	881	893
Nº laudos analisados	1345	1093	2276	2203	3072
Nº Intercepções de pragas	8	17	13	12	24
Nº Amostras dentro do padrão	507	412	760	869	869

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Capacidade anual de análise de laudo de diagnostico fitossanitário de material de propagação vegetal (ILDQ) - N° de Laudos analisados/Ano							
ILDQ	N°	1345	1093	2276	2203	3072	demanda
Efetividade - Conformidade do material de propagação vegetal importado livre de pragas quarentenárias ou limitantes à cultura (ILDQ) - N° amostras dentro do padrão x 100 / N° amostras analisadas							
ILDQ	%	98,4	96,0	98,3	98,6	97,3	90

Principais recursos humanos envolvidos

Cargo	Número
Fiscal Federal Agropecuário	05

Macroprocesso: Material de propagação vegetal

O material de propagação vegetal tem grande risco de disseminação de pragas de importância agrícola e por isso é feita análise, conforme a legislação vigente, de solicitações de exportação e importação de material de propagação.

Observa-se que o número de exportação e importação, em geral, são equivalentes, sendo que mais de 90% são deferidos. O prazo para análise estabelecido pela legislação, que é de 5 (cinco) dias, foi cumprido em 78,5% das solicitações, tendo em vista a falta de documentos a serem apresentados pelo interessado e ao aumento da demanda de serviço, já comentado anteriormente.

SOLICITAÇÕES DE IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO VEGETAL RECEBIDAS					
	2004	2005	2006	2007	2008
Nº Solicitações de Importação recebidas	1084	953	1025	994	1241
Nº Solicitações de Exportação recebidas	1646	1821	1597	1275	1159
Nº Solicitações analisadas em até 5 dias	2512	2721	2577	2203	1883
Nº Solicitações Deferidas	2652	2768	2600	2241	2328

Nº Solicitações Indeferidas	78	6	22	42	72
-----------------------------	----	---	----	----	----

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Capacidade anual de análise de solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal (IMVCs) - N° de solicitações analisadas/Ano							
IMVCs	N°	2730	2774	2622	2269	2400	demanda
Eficácia - Eficácia na análise de solicitações de importação/exportação material de propagação vegetal efetuadas em até 5 dias (IMVEs) - N° solicitações analisadas em até 5 dias x 100 / N° solicitações							
IMVEs	%	92,01	98,08	98,3%	97,1%	78,5%	90%
Eficiência - Produtividade de análises de solicitações de importação/exportação material de propagação vegetal efetuadas por técnico. (IMVPs) - N° solicitações analisadas/N° de Técnicos envolvidos							
IMVPs	N°	341,2	462,3	859	756	800	
Efetividade - Conformidade das solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal (IMVQs) - N° de solicitações deferidas x 100 / N° solicitações analisadas							
IMVQs	N°	97,1%	99,8%	99,1%	98,8%	97,0%	99%

Principais recursos humanos envolvidos

Cargo	Número
Fiscal Federal Agropecuário	03

Macroprocesso: Supervisão de quarentena de Material de Pesquisa Científica

O Instituto Agronômico de Campinas-IAC é um dos dois quarentenários oficiais do país. O outro quarentenário (CENARGEN) está passando por reformas administrativas e grande parte da demanda foi desviada para São Paulo. Em 2008, observamos um aumento de 173% no número de quarentenas instaladas em relação ao ano anterior. O que deve se repetir em 2009.

Do total de quarentenas instaladas, foram supervisionadas 52% em função do aumento no volume de serviço em outras ações executadas por este SEDESA/DT-SP, conforme já comentado.

SUPERVISÃO DE QUARENTENA DE MATERIAL DE PESQUISA CIENTÍFICA			
	2006	2007	2008
Nº Quarentenas instaladas	53	64	175
Nº Quarentenas supervisionadas	19	27	91
Nº Interceptações de pragas	0	0	0
Nº Quarentenas dentro do padrão	19	27	91

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Capacidade anual de supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVC) - N° quarentenas/ Ano					
IQVC	N°	53	64	175	demanda
Eficácia - Eficácia na supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVE) - N° quarentenas supervisionadas x 100/ N° quarentenas instaladas					
IQVE	%	36	42	52	100
Eficiência - Produtividade de supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVP) - N° quarentenas					

supervisionadas /Nº técnicos envolvidos					
IQVP	Nº	9	13	45	--
Efetividade - Conformidade na quarentena de material de pesquisa científica. (IQm) - N° de quarentena conforme x 100 / N° total de quarentena					
IQVQ	%	100	100	100	99

Principais recursos humanos envolvidos

Cargo	Número
Fiscal Federal Agropecuário	02

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)
339014	2.783,16	69.617,72	48.433,89	---
339030	1.200,00	7.800,00	3.683,66	2.568,39
339033	800,00	18.000,00	9.189,95	
339039	0	5.400,00	5.399,98	
339093	3.000,00	5.600,00	3.913,18	387,05
TOTAL	7.783,16	106.417,72	70.620,66	2.955,44

RESUMO GERAL

FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO
	7.783,16	106.417,72	73.576,10	69,14
META SIPLAN***	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %

*** o órgão central desta ação, Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA, não estabeleceu meta no Sistema de Planejamento – SIPLAN, inviabilizando o acompanhamento dos resultados desta ação através deste Sistema. Porém pode-se constatar, nas tabelas de indicadores dos três macroprocessos que compõem esta ação, os bons resultados obtidos em 2008, prejudicado somente pela escassez de funcionários e excesso de atividades desenvolvidas.

2.3.2.4 - Ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola - ERRADMOSCA

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da "Bactrocera carambolae" e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Sanidade Agropecuária-SEDESA
Legislação que rege a ação	Decreto nº 24.114, de 1934; Lei nº 9.712 de 1998; Decreto nº 5.741, de 30/03/2006; Decreto nº 5.351, de 21/01/2005 e art. 27, I, "e", da Lei nº 10.683, de 28/05/2003; Decreto 2.226 de 19/05/1 997; Portaria nº 026 de 01/06/2001; Portaria nº 21 de 25/03/1 999; Acordo de Cooperação Técnica Brasil/França implementando o monitoramento Bilateral. Portaria nº 124 de 18/04/1997; Portaria nº 37/07 de 22/02/07 da SFA-PA.
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Artigo 17 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

Resultados Operacionais

Em 2004, após a ocorrência da *Bactrocera carambolae* no Amapá iniciou-se o programa de Erradicação da Mosca da Carambola em todos os Estados da Federação. Atualmente, o Estado de São Paulo possui o status de “Estado sem ocorrência da praga”. Para que este status seja mantido são realizados quinzenalmente monitoramento de detecção da praga, em pontos de entrada de produtos vegetais, possíveis veiculadores de *Bactrocera carambolae*.

O monitoramento é realizado através da instalação de armadilhas do tipo Delta nos aeroportos internacionais de Guarulhos e Viracopos, no porto de Santos e nas Centrais de Abastecimentos (CEASAs) de Campinas e de São Paulo, os quais são considerados pontos estratégicos, devido ao grande fluxo de mercadorias oriundas de outros Estados e Países. Até o momento não foi encontrado nenhum exemplar desta praga no Estado.

As supervisões das armadilhas são realizadas mensalmente pelo SEDESA e sua distribuição esta de acordo com orientação do órgão central. A efetividade desta atividade é importante para o atendimento de acordos internacionais e da fruticultura nacional, garantindo a exportação de frutas e o abastecimento interno, uma vez que esta praga tem muitos hospedeiros.

MONITORAMENTO DA MOSCA DA CARAMBOLA						
	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Área controlada (ha) - (SIPLAN)	24860000	24860000	24860000	24860000	24860000	24860000
Nº armadilhas instaladas	21	17	15	8	22	
Nº Supervisões programadas nos pontos de monitoramento	4	4	4	4	4	4
Supervisões realizadas nos pontos de monitoramento	5	1	1	4	3	4
Nº de FFA envolvidos na supervisão da ação	2	2	2	2	2	2

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Índice de Capacidade de Monitoramento (ICm) - Nº de armadilhas instaladas/Ano							
ICm	Nº	21	17	15	8	22	10
Eficácia - Eficácia na supervisão pontos de monitoramento (IEm) - Nº supervisões realizadas x 100/ Nº supervisões programadas							
IEm	%	125	25	25	100	75	100
Eficiência - Produtividade de supervisão dos pontos de monitoramento (IPm) - Nº supervisões realizadas/Nº FFA envolvidos							
IPm	Nº	2,5	0,5	0,5	2	1,5	--
Efetividade - Conformidade fitossanitária para mosca da carambola em SP (IQm) - Nº moscas encontradas/Nº armadilhas x dias							
IQm	Nº	0	0	0	0	0	0

Principais recursos humanos envolvidos

Cargo	Número
Fiscal Federal Agropecuário	02

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (RESTOS A PAGAR)
339014	8.349,48	2.500,00	907,21	
339030	540,00	360,00	358,82	
339093		1.500,00	1.500,00	
TOTAL	8.889,48	2.860,00	2.766,03	

RESUMO GERAL				
	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO
FINANCEIRO	8.889,48	2.860,00	2.766,03	96,71
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN (área controlada)	24.860.000	24.860.000	24.860.000	100

2.3.2.5 - Ação 8572 - Prevenção e Controle de Pragas dos Vegetais e suas partes - PCEVEGETAL

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária-SEDESA
Legislação que rege a ação	Decreto nº 24.114, de 1934; Lei 9.712, de 15/05/2000 que altera a Lei 8.171, de 17/01/91, regulamentada pelo Decreto 5.741 de 31/03/2006; Portaria nº 45 de 22/03/2007
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Artigo 17 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

Macroprocesso: Prevenção, Controle e Erradicação da Sigatoka Negra - SIGATOKA

Este macroprocesso visa o levantamento da ocorrência, incidência e controle do fungo *Mycosphaerella fijiensis* causador da doença conhecida como Sigatoka Negra na cultura da banana, com vista a minimizar a sua disseminação nas unidades da federação consideradas áreas livres.

No Estado de São Paulo, esta praga foi detectada no ano de 2004, através de levantamentos fitossanitários, e se mantém presente nas áreas produtivas. Para manter a comercialização dos frutos entre as UF implantou-se o Sistema de Mitigação de Risco (SMR) de Sigatoka Negra, conforme disposto na Instrução Normativa nº 17/2005, o qual visa à garantia da sanidade do produto comercializado.

A atividade executada pelo Serviço de Sanidade Agropecuária no que concerne a este macroprocesso consiste em auditorias periódicas no SMR implantado no Estado de São Paulo. Atualmente, o SMR está localizado em três grandes regiões, Planalto Paulista, Noroeste Paulista e Vale do Ribeira, englobando 43 municípios e uma área de 7.095,47 ha. No ano de 2008 foram realizadas 4 (quatro) auditorias nas áreas produtoras para verificação de cumprimento da legislação e 2 (duas) auditorias em unidades de comercialização de frutos de bananas oriundos do SMR para verificação de rastreabilidade em conformidade com as legislações vigentes.

Foram realizados ainda em 2008 três cursos, um sobre a legislação do Sistema de Mitigação, o segundo sobre cultura da banana, maçã e suas doenças, com ênfase na Sigatoka Negra e o terceiro sobre monitoramento da praga. Foram realizadas 2 (duas) visitas

técnicas de representantes da Agência de Defesa Agropecuária de Pernambuco - em Registro/SP a fim de conhecer o Sistema de Mitigação de Risco e o monitoramento da doença.

PREVENÇÃO E CONTROLE DA SIGATOKA NEGRA (MYCOSPERELLA FIJIENSIS)						
Atividades realizadas	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Nº Supervisões programadas no SMR	1	3	3	3	6	3
Nº Supervisões realizadas	1	0	2	3	6	3
Nº FFA envolvidos na ação	2	2	3	3	2	3

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Índice de Capacidade de Supervisão (ICsn) - N° de auditorias realizadas/Ano							
ICsn	N°	1	0	2	3	6	3
Eficácia - Eficácia na Supervisão (IEsn) - N° auditorias realizadas x 100/ N° auditorias programadas							
IEsn %	%	100	0	67	100	100	100%
Eficiência - Produtividade de Supervisão (IPsn) - N° auditorias realizadas/N° FFA envolvidos							
IPsn	N°	0,5	0	0,67	1	3	1

Principais recursos humanos envolvidos

Cargo	Número
Fiscal Federal Agropecuário	02

Macroprocesso: Prevenção e Controle da *Anastrepha grandis* - Cucurbitacea

As atividades do SEDESA objetivam o acompanhamento do monitoramento de mosca-das-frutas (*Anastrepha grandis*) em cucurbitáceas (abóbora, melão e melancia) visando o cumprimento de acordos internacionais. A legislação determina que seja feita, no mínimo, 1 (uma) auditoria por cadastro.

No ano de 2008 as regiões de Jales e Presidente Prudente foram monitoradas através de armadilhas atrativas e posterior análise laboratorial para identificação dos espécimes capturados.

O município de Regente Feijó na região de Presidente Prudente, após seis meses de monitoramento e auditoria conjunta SEDESA/DSV, foi reconhecido para exportação para Uruguai e Argentina. Houve redução da área de plantio na região de Jales pela desistência, neste ano, do maior produtor de abóbora de Paranapuã.

A produção exportada pela Região de Presidente Prudente foi de 226.240 kg de melancia, 71.011 kg de melão e 315.030 kg de abóbora. Enquanto na região de Jales/Paranapuã/São José do Rio Preto exportou-se 2.100.000 kg de abóbora.

PREVENÇÃO E CONTROLE DA ANASTREPHA GRANDIS EM CUCURBITACEA						
Atividades realizadas	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Unidades de Produção inspecionadas	8	7	7	5	7	7
Unidades de Produção cadastradas	8	7	7	5	7	demanda
Armadilhas monitoradas	83	72	100	60	56	1 armadilha / 5 ha
Índice MAD*	0	0,03	0	0,017	0	0
Toneladas inspecionadas**	5480,1	5833,7	7465,2	2961,5	2712,3	

* mosca capturada por armadilha por dia

** toneladas fitossanitariamente aptas a exportar do total inspecionado pelo FFA, na Unidade de Consolidação.

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Índice de Capacidade de Inspeção (IHC) - Toneladas de produto inspecionado/Ano							
IHC	N°	5480,1	5833,7	7465,2	2961,5	2712,3	demanda
Eficácia - Conformidade de cucurbitáceas inspecionadas (IHQ) - Toneladas aptas a exportar x 100/ Toneladas inspecionadas							
IHQ	%	100	100	100	100	100	100
Eficiência - Produtividade de inspeções de cucurbitáceas por técnico (IHP) -Toneladas de produto inspecionado /N°FFA envolvidos							
IHP	N°	1096,0	1944,3	2488,4	987,15	904,1	
Efetividade - Conformidade de cucurbitáceas exportadas para Argentina e Uruguai (IHE) – Toneladas não rechaçadas x 100 / Toneladas exportadas							
IHE	%	100	100	100	100	100	100%

Principais recursos humanos envolvidos

Cargo	Número
Fiscal Federal Agropecuário	03*

(*)Desses 3 FFAs envolvidos nessa ação, apenas 1 é do SEDESA/DT-SP, os demais são da UTRA-Presidente Prudente e da UTRA-São José do Rio Preto.

Macroprocesso: Prevenção e Controle da *Guignardia citricarpa* – Citros

As atividades realizadas nesta ação se referem à implantação de Sistema de Manejo de Risco de Pinta Preta (*Guignardia citricarpa*) visando exportação de frutos cítricos “in natura” para Comunidade Européia.

Para a exportação de citrus, como parte do Sistema de Certificação Fitossanitária, além das medidas fitossanitárias adotadas na produção, há a presença do FFA diretamente nas Unidades de Consolidação para emissão do Certificado Fitossanitário. Esta ação assegura uma melhor rastreabilidade dos frutos, melhor controle da sanidade e atende às exigências fitossanitárias dos países importadores com vistas principalmente a exportação de frutos cítricos “in natura” para Comunidade Européia.

Para medir as atividades realizadas por este serviço nesse macroprocesso, passaremos a utilizar área controlada, que em 2008 foi de 10.544 hectares.

As ações de inspeção de citrus em 2008 foram realizadas em duas unidades de consolidação, sendo elas as empresas Cutrale e Bravis, totalizando 1419 Certificados Fitossanitários emitidos e 41.127 toneladas de frutas cítricas exportadas.

EXPORTAÇÃO DE CITROS PARA CE					
Atividades realizadas	2004	2005	2006	2007	2008
Área controlada (há)	*	*	*	*	10544
N° Unidades de Produção (UP) inspecionadas	28	33	35	47	547
N° Unidades de Produção (UP) aptas a exportar	*	*	*	*	421
N° Unidade de Consolidação (UC) inspecionada	5	3	8	9	2
N° Unidade de Consolidação (UC) cadastrada	4	3	8	7	2

* nos anos anteriores esse macroprocesso era medido de forma diferente.

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008
Capacidade - Capacidade anual de inspeção de UP de Citros para Comunidade Européia (IFCc) - Inspeccionada / Ano						
IFCc	Nº	28	33	35	47	547
Eficácia - Conformidade de frutos cítricos inspecionados (IFQc) - UP apta a exportar x 100 / UP inspecionadas						
IFQc	%	*	*	*	*	77
Eficiência - Produtividade de inspeção de frutos cítricos para exportação para Comunidade Européia. (IFPc) – UP						

Inspeccionadas / NºFFA envolvidos					
IFPc	Nº	*	*	*	*
					547

* nos anos anteriores esse macroprocesso era medido de forma diferente.

Principais recursos humanos envolvidos

Cargo	Número
Fiscal Federal Agropecuário	01

Macroprocesso: Prevenção e Controle de Pragas da Madeira (*Syrex noctilio*)

Este macroprocesso teve início em 2008, tendo sido constituído grupo de trabalho para a elaboração do plano de ação para levantamento de detecção da Vespa da Madeira (*Syrex noctilio*) no estado de São Paulo, envolvendo o MAPA, a CDA/SAA e o pesquisador científico do IAC (Edson Possidônio Teixeira).

De agosto a setembro, foram instaladas 115 árvores armadilhas em 12 municípios (Capão Bonito, Itapirapuã Paulista, Ribeirão Branco, Nova Campina, Itapeva, Itaberá, Barão de Antonina, Bom Sucesso do Itararé, Itararé, Apiaí, Jundiá e São Bento do Sapucaí) previamente selecionados.

A avaliação se dará pela sintomatologia, tipos de galerias e presença de fungos. Pretende-se coletar as larvas e criá-las até a obtenção do adulto para identificação do inseto. As primeiras avaliações serão realizadas no início de 2009.

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (RESTOS A PAGAR)
339014	33.554,62	26.417,51	18.513,37	----
339030	10.930,00	5.876,27	1.824,27	2.429,90
339033	11.210,00	10.892,88	9.067,78	----
339036		3.147,38	3.147,38	----
339093	2.200,00	5.300,00	2.766,82	533,32
TOTAL	57.894,62	51.634,04	31.172,24	2.963,22

RESUMO GERAL

FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
	57.894,62	51.634,04	34.135,46	66,11
META SIPLAN (área controlada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	120.458	120.458	120.458	100

Convênio com o Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS

O Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS – é uma sociedade civil (uma associação de citricultores e indústrias processadoras de frutas cítricas, voltada para a sanidade dos pomares), sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Araraquara/SP. Possui 54 escritórios, todos interligados em sistema informatizado, estando instalados em regiões estratégicas nas principais regiões citrícolas de todo o Estado de São Paulo e áreas adjacentes no Estado de Minas Gerais. Atendendo em sua área de atuação, pomares comerciais em mais de 330 municípios do Estado de São Paulo e 17 de Minas Gerais.

O corpo técnico e o pessoal de campo são experientes na execução do sistema de inspeção e reinspeção, com boa mobilidade de ação na detecção de praga, o que tem levado à diminuição da evolução da instalação das pragas em áreas indenadas.

O FUNDECITRUS vem formalizando convênios com o MAPA desde 1998, com o objetivo de defender os interesses da citricultura paulista, tendo como objeto o

levantamento fitossanitário na ocorrência do Cancro Cítrico e Greening em pomares comerciais.

Com o convênio firmado em 2007, liberação do recurso em 2008 e execução em 2008/2009, a entidade pretende inspecionar pelo menos 18,150 milhões de plantas cítricas, na detecção de plantas com sintomas de Cancro Cítrico e/ou Huanglongbing-HLB (Greening) atendendo a vistoria no mínimo a 30 municípios do Estado de São Paulo.

Essas ações envolvem a sistemática inspeção dos pomares visando deflagrar a ação de erradicação destas enfermidades no Estado de São Paulo, aumentando assim, a competitividade da citricultura paulista com qualidade e produtividade.

Todos os processos de prestação de contas de convênios anteriores foram devidamente aprovados, tendo inclusive havido acompanhamento da CGU, em auditorias regulares realizadas em exercícios anteriores na SFA/SP, sendo considerado regular o atendimento à legislação.

Todos os pareceres da realização física foram aprovados pelos técnicos responsáveis pelo acompanhamento, bem como houve a regular aprovação pelo setor competente da SFA/SP dos demonstrativos financeiros.

ELEMENTO DE DESPESA	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009 (RESTOS A PAGAR)
335039	2.317.953.20	2.316.630.00
335030	182.046.80	177.592.80
TOTAL	2.500.000,00	2.494.222,80

2.3.2.6 - Ação 2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e insumos-VIGIZOO

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; Capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária-SEDESA
Legislação que rege a ação	Decreto 24548 de 1934
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Artigo 17 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

AÇÕES REALIZADAS			
ATIVIDADE	AÇÕES	PRODUTOS	TIPO AÇÃO
Fiscalização do trânsito nacional de animais e produtos	Habilitação de médicos veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal Orientação técnica Recebimento e análise de documentação.	Portarias de habilitação de médicos veterinários para emissão de GTA.	DIRETA/ INDIRETA
Liberação de produtos para exportação	Recebimento e análise de documentação.	Certificado zoossanitário de origem / Declarações Ficha epidemiológica mensal Informes epidemiológicos mensais específicos (doenças aviárias, brucelose, tuberculose, raiva).	DIRETA
Vigilância epidemiológica	Recebimento de dados epidemiológicos, verificação e tabulação.		DIRETA/ INDIRETA

Supervisão das Ações De Defesa Sanitária:

Durante o ano de 2.008, os recursos financeiros foram disponibilizados conforme solicitados, mas maior obstáculo para a plena execução das ações continuou a ser a

deficiência de recursos humanos. No que se refere às supervisões ao órgão estadual de defesa sanitária animal, o reduzido quadro de técnicos do SEDESA/SP foi um entrave para o pleno desenvolvimento desta atividade. Dos 9 (nove) FFAs lotados na sede e 3 (três) os colaboradores das UTRAs somente 3 (três) FFAs estão aptos e com disponibilidade para supervisionar 40 (quarenta) Escritórios de Defesa Agropecuária – unidades regionais do órgão executor, sendo que os mesmos ainda coordenam outras ações e colaboram nos demais macroprocessos do Serviço. Tal realidade não permitiu o cumprimento da meta estabelecida para 2008, que era de 50% do total dos escritórios. No próximo exercício haverá a continuidade dos trabalhos.

Trânsito Interestadual de Animais e Produtos:

Atendeu-se à demanda tanto no que se refere à habilitação de Médicos Veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, assim como no fornecimento de blocos de Certificado de Inspeção Sanitária modelo E (CIS-E).

Dando continuidade à implementação das alterações ocorridas na legislação, foram efetuados treinamentos e habilitações de Médicos Veterinários para emissão de GTAs no estado de São Paulo.

Estão habilitados hoje após 6 treinamentos em 2007 e 9 em 2008

ESPECIES	NUMERO
Aves e Ovos Férteis	120 Médicos Veterinários
Equídeos	54 Médicos Veterinários
Animais Silvestres	3 Médicos Veterinários
Animais Aquáticos	8 Médicos Veterinários
Animais de Laboratório	2 Médicos Veterinários
Suídeos	6 Médicos Veterinários
Egresso de Eventos	107 Médicos Veterinários
Total	300 Médicos Veterinários

Informes Epidemiológicos:

Visando aprimorar o fluxo de informações epidemiológicas foi disponibilizado um novo endereço eletrônico para recebimento dos relatórios mensais agilizando o processo. Entretanto foi notada a necessidade de ações que conscientizem os Médicos Veterinários habilitados sobre a importância do envio dos relatórios mensais.

Declarações Sanitárias:

Para o segmento exportador, destacamos a padronização dos Certificados de Conformidade visando subsidiar principalmente as exportações de alimentos para cães e gatos para a América Latina. O país tem tido um aumento das exportações e das exigências sanitárias dos países importadores, especialmente no que se refere ao status do Estado e do Brasil com relação à Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca) e Febre Aftosa.

Atividades Desenvolvidas

VIGILÂNCIA ZOOSANITÁRIA E CONTROLE DE TRÂNSITO INTERESTADUAL 2005-2008					
ATIVIDADE	Un.	2005	2006	2007	2008
Declarações sanitárias para fins de exportações emitidas	Nº.	251	135	125	334
Notificação de enfermidades a outros SEDESAs	Nº.	50	45	00	00
Informes epidemiológicos mensais elaborados	Nº.	94	84	96	96
Méd. veterinários credenciados para emissão de GTA	Nº.	81	22	286	64
Médicos veterinários descredenciados	Nº.	99	05	816	63
Médicos veterinários credenciados orientados	Nº.	733	524	286	300
Relatórios recebidos e processados	Nº.	4.165	3.720	1.850	9.964
Propriedades atendidas	Nº.	24.355	40.186	54.294	61.925

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Indicador de capacidade anual de habilitação de médico veterinário (ICcrf) – Nº de med.vet.habilitados/Ano						
ICcrf	Nº	81	22	286	64	demanda
Eficácia – Indicador de conformidade de atuação de med.veterinário habilitado (IQcrf)-med. veterinário habilitado inicia/ Nº de med. Veterinário desabilitado no ano x 100						
IQcrf	Nº	87,53	98,07	-65,00%	78,93	100%

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (RESTOS A PAGAR)
339014	11.125,76	8.011,06	4.248,10	---
339030	---	3.000,00	2.994,05	---
339033	39.200,00	13.750,28	1.819,51	---
339036	---	218,23	218,23	---
339039	15.000,00	---	---	---
339093	7.360,00	---	---	---
TOTAL	72.685,76	24.979,57	9.279,89	---

RESUMO GERAL

FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
	72.685,76	24.979,57	9.279,89	37,15
META SIPLAN* (estabel.inspecionado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	46.372	102.000	161.344	158,18

* dados até junho 2008-Em relação às metas previstas no SIPLAN esclarecemos que a execução das ações é de responsabilidade da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, sob supervisão do Serviço de Sanidade Agropecuária, e que apesar de reiteradas cobranças esse serviço encontrou muita dificuldade no recebimento dos dados para serem lançados no sistema. Desta forma não foi possível a prestação de informações nos prazos estabelecidos pelo SIPLAN sendo que somente foram apresentadas informações até o mês de julho de 2008. Para o ano de 2009 será empenhado esforço no sentido de sanar essa dificuldade mediante a restrição de disponibilização de recursos de convênios àquele órgão, caso os informes não sejam entregues nos prazos estipulados.

Pode-se observar que, mesmo com os dados somente até junho de 2008, a meta deste ano foi atingida, considerando 7.729 fiscalizações realizadas por mês, com um total de 92.748 fiscalizações no ano, o que significa que esta meta não está de acordo com a realidade desta ação no Estado de São Paulo.

2.3.2.7 - Ação 4842 – FEBREAFTOSA - Erradicação da febre aftosa

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários norte e nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soropidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Áreas responsáveis pelo gerenciamento da ação	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA
Legislação que rege a ação	Decreto nº 24.114, de 1934; Lei 9.712, de 15/05/2000 que altera a Lei 8.171, de 17/01/91, regulamentada pelo Decreto 5.741 de 31/03/2006; Portaria nº 45 de 22/03/2007

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

O governo estadual, representado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP), através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), responsabiliza-se pela execução do PNEFA no âmbito estadual. As ações de fiscalização da vacinação, controle do trânsito de animais suscetíveis à febre aftosa, cadastramento de propriedades, inquérito sorológico e demais atividades relacionadas são executadas pela CDA sob supervisão do SEDESA/SP que também é responsável por auditar o sistema.

A atividade de execução direta realizada pelo SEDESA é o controle do trânsito interestadual de animais biungulados susceptíveis à febre aftosa regulamentado pela Instrução Normativa nº. 44/07. Para que animais de outros estados classificados como de médio risco para febre aftosa ingressem no Estado de São Paulo, é necessária uma autorização emitida pelo SEDESA após quarentena e sorologia realizadas na origem, seguida de quarentena no destino, e somente após esses procedimentos os animais são liberados para movimentação dentro do Estado.

ATIVIDADES RELACIONADAS AO TRÂNSITO DE BIUNGULADOS PARA RECRIA OU ENGORDA						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Número de fiscais envolvidos com as autorizações de ingresso	1	1	1	1	1	1
Análise de requerimento ingresso/egresso SP	13	18	8	26	27	25
Vistorias em propriedades pedidos/resultados	12	18	43	21	9	8
Autorizações emitidas para ingresso em SP	7	18	4	12	4	3
Encaminhamento de autorizações de outras UFs	-	-	-	-	-	12
Acompanhamento de quarentena pré-trânsito	7	17	2	4	8	11

As ações descritas anteriormente contribuíram para a manutenção da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação alcançada pelo Estado de São Paulo a partir do ano de 1996 quando foi registrado o último caso da doença no estado.

Em maio de 2008 São Paulo recuperou o reconhecimento internacional da sua condição de zona livre de febre aftosa com vacinação e voltou a ser habilitado para exportação para União Européia graças aos elevados índices de vacinação alcançados como pode ser observado na tabela abaixo bem como ao controle do trânsito de animais susceptíveis á febre aftosa, ações de vigilância e educação sanitária.

Propriedades	Mai/05	Nov/05	Mai/06	Nov/06	Mai/07	Nov/07	Mai/08	Nov/08
existentes	156.746	162.024	159.806	156.375	153.349	156.422	151.442	147.814
vacinaram	154.412	160.132	157.272	153.432	151.016	149.460	146.055	139.939
%	98,51	98,83	98,41	98,12	98,48	95,55	96,44	94,18
Bovinos (em 1.000 cab.)	Mai/05	Nov/05	Mai/06	Nov/06	Mai/07	Nov/07	Mai/08	Nov/08
existentes	13.650.	13.714	13.222	12.655	12.001	11.923	11.576	11.444
vacinaram	13.569	13.659	13.157	12.579	11.946	11.827	11.478	11.215
%	99,41	99,60	99,50	99,40	99,54	99,18	99,16	96,49

A meta para 2009 é manter a condição de zona livre de febre aftosa com vacinação visando num futuro próximo pleitear o reconhecimento com zona livre de febre aftosa sem vacinação.

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Indicador de capacidade de emissão de autorização de ingresso de animais em zona livre FA-ZLFA- (IC alzi) – nº autorizações emitidas/ano							
(IC alzi)	Nº	18	4	12	4	3	Demanda
Eficácia – Conformidade das autorizações de ingresso na ZLFA (IQ alzi) – nº autorizações emitidas x 100 / nº autorizações solicitadas							
(IQ alzi)	%	100	50	46,1	14,8	100%	100%
Eficiência – Indicador de produtividade na emissão de autorizações de ingresso de animais na ZLFA (IP alzi) – nº de autorizações de ingresso/nº de fiscais envolvidos							
(IP alzi)	Nº	18	4	12	4	3	Demanda
Efetividade - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (IEe fa) -Nº casos notificados x 100 / Ano							
(IEe fa)	Nº	0	0	0	0	0	0

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)
339014	3.133,41	42.661,06	42.626,52	
339030	3.072,00	67.788,60	39.722,96	10.642,60
339033	4.365,00	10.000,00	9.593,22	
339036		1.712,86	1.712,86	
339037		109.873,4	108.952,80	
339093		5.000,00		
SUB TOTAL	10.570,41	237.035,92	202.608,36	10.642,60
449052*		249.557,50		171.923,10

* inclui-se aí despesas com a Estação Quarentenária de Cananéia, conforme descrito após a ação do PCEANIMAL

RESUMO GERAL

FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	10.570,41	237.035,92	213.250,96	89,97%
META SIPLAN (área livre)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	248.209	248.209	248.209	100%

2.3.2.8 - Ação 8658 – PCEANIMAL- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Dados Gerais

Tipo	Atividade
	Garantir a saúde animal, visando assegurar a saúde do consumidor, o aumento da produtividade do rebanho nacional e qualidade dos alimentos gerados. Essa ação é dividida em cinco macroprocessos, cujas finalidades estão listadas abaixo.
Finalidade	Diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e promover a competitividade da pecuária nacional. Reduzir e controlar a ocorrência da raiva dos herbívoros, prevenir a entrada da doença da vaca louca no Brasil e prevenir, controlar e erradicar as demais encefalopatias espongiformes transmissíveis. Reduzir a incidência de doenças na equideocultura, na ovinocaprinocultura e na criação de pequenos e médios animais. Garantir a sanidade do plantel avícola. Reduzir a incidência de doenças na suídeocultura
Descrição	Atuar aplicando as diretrizes de cada programa sanitário fiscalizando o cumprimento da legislação vigente,

certificando propriedades, habilitando pessoal para atuação junto ao serviço oficial, orientando os produtores, entre outras ações, conforme atividades descritas abaixo:

- Definição de campanha de vacinação obrigatória contra a brucelose; certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose; credenciamento e capacitação de médicos veterinários e laboratórios; padronização de métodos e fiscalização da infra-estrutura laboratorial de diagnose das zoonoses; conclusão de diagnóstico epidemiológico de brucelose e tuberculose em escala nacional, incluindo estimativa de prevalência, identificação de fatores de risco e caracterização dos sistemas de produção; implantação de sistema de vigilância global para brucelose e tuberculose.
- Definição de campanhas de vacinação de bovídeos e eqüídeos; combate aos morcegos hematófagos e a outros transmissores eventualmente identificados nos focos de raiva; educação sanitária em comunidades; análise laboratorial de indivíduos transmissores; verificação do coeficiente de mordedura e da dinâmica das populações; controle e fiscalização de importações e de ingressos no país de possíveis fontes de infecção de Encefalopatia Espongiforme Bovina (bovinos, farinhas de carne e ossos de ruminantes e outros materiais); inspeção e fiscalização das plantas e processos de produção de rações para animais; fiscalização dos processos graxaria; exames clínicos inclusive necropsia) e epidemiológicos; análise laboratorial de material encefálico; interdição de propriedades e declaração de quarentena; sacrifício e incineração de animais; análise de processos de indenização;
- Capacitação técnica dos médicos veterinários oficiais; implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; constituição de Comitê Técnico Consultivo para o Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO); estruturação de sistema de vigilância para doenças exóticas de caprinos e ovinos; definição de pontos de diagnóstico, prevenção e controle de doenças de caprinos e ovinos de maior importância para o PNSCO; visitas à propriedades; vacinação de animais; colheita de material para realização de inquéritos soroepidemiológicos; aquisição de equipamentos de informática para a implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; Educação.
- Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA); registro das propriedades; controle sanitário e certificação de núcleos e estabelecimentos produtores de aves nos estados participantes do PNSA; vigilância e erradicação dos focos suspeitos e confirmados da Doença de Newcastle com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação nacional e da OIE; treinamento e reciclagem dos profissionais em relação as doenças aviárias e as atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, cadastro e registro dos sistemas produtivos diferenciados e outros temas de interesse do PNSA.
- Promoção e participação em reuniões, acompanhamento de estudos epidemiológicos e campanhas de educação sanitária; elaboração de normas e procedimentos técnicos para diagnóstico de enfermidades; criação de zonas livres de doenças para certificação de granjas de reprodutores; controle da utilização de imunobiológicos e demais insumos para a atividade; auditorias e supervisões técnicas em órgãos oficiais de defesa sanitária animal nos estados; fiscalizações de estabelecimentos de produção e reprodução de suídeos.

Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA
Legislação que rege a ação	Decreto nº 24.114, de 1934; Lei 9.712, de 15/05/2000 que altera a Lei 8.171, de 17/01/91, regulamentada pelo Decreto 5.741 de 31/03/2006; Portaria nº 45 de 22/03/2007
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Artigo 17 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

Macroprocesso: Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose

Neste macroprocesso a função do SEDESA é a de atuar a nível estadual no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT). Faz parte das ações o acompanhamento e participação como instrutor dos Cursos sobre Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose Bovina e Noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, a análise da documentação dos Médicos Veterinários que pretendem habilitar-se para atuar no Programa, a certificação das propriedades livres ou monitoradas e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo.

O Curso de Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose Bovina e noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis são ministrados visando à habilitação de médicos veterinários para atuar no Programa como colaboradores nas ações desenvolvidas pelo serviço oficial.

O número de médicos veterinários habilitados vem diminuindo sensivelmente nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, porém pode-se observar que há número expressivo de profissionais habilitados, que quando comparado ao plantel bovino existente no estado, conclui-se que este número está próximo ao desejável para o pleno desenvolvimento do programa.

Em 2008, o número de propriedades com interesse na certificação como propriedades livres ou monitoradas aumentou. Este processo é moroso levando-se em média 10 meses devido ao prazo a ser respeitado entre os exames, atualmente existem 37 propriedades em processo de certificação.

Como ponto de estrangulamento no desenvolvimento do PNCEBT tem que ressaltar;

- Dificuldade no processo de sacrifício dos animais reagentes, visto que os frigoríficos com SIF não querem receber estes animais;
- A falta de recursos para indenização dos animais reagentes, levando em muitos casos os proprietários esconderem os animais;
- A demora na desabilitação dos médicos veterinários que infringem a legislação.

CURSOS MINISTRADOS PELA UG – 2003 – 2008							
	Unid.	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Treinamento de FFAs em brucelose e tuberculose	Nº.	4	0	0	0	0	0
Entidades habilitadas a ministrar Curso	Nº.	2	7	1	0	0	0
Cursos de Brucelose e Tuberculose com supervisão oficial	Nº.	1	39	24	13	10	09
Cursos de Brucelose e Tuberculose no Estado	Nº.	1	52	24	13	10	09
Veterinários treinados p/ habilitação	Nº.	22	772	356	102	178	167
Total de veterinários treinados no Estado	N	22	985	356	102	0	32
Veterinários habilitados	Nº.	0	39	530	148	62	61

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2008
Eficiência - Indicador de produtividade na habilitação de médicos veterinários - (IP hmv) – nº med. veterinários habilitados/nº fiscais		
IP hmv	nº	61
Capacidade – Capacidade de habilitação de med.veterinarios (IQ hmv) – Med. Veterinários habilitados / ano		
IQ hmv	nº	61
Eficácia – Indicador de eficiência de cursos de habilitação de med. veterinários para atuar no PNECBT (IE hmv) – nº de cursos realizados/nº de cursos com participação de FFA		
IE hmv	nº	09

Macroprocesso: Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca)

De acordo com dados do IBGE (2006), o Estado de São Paulo possui 12.790.383 milhões de bovinos e é responsável por 33% da pecuária na região Sudeste. Este patrimônio deve ser preservado com ações voltadas para o controle e a erradicação das principais enfermidades que causam prejuízos e restrições à comercialização e exportações, garantindo a disponibilidade, nos mercados interno e externo, de produtos de qualidade, sanitariamente controlados. Dentre estas enfermidades estão a Raiva dos herbívoros e a Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB (Doença da Vaca Louca).

Raiva dos Herbívoros

As ações de controle da raiva dos herbívoros em São Paulo são executadas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP) sob supervisão da SFA/SP. Os resultados apresentados são referentes às análises de relatórios mensais encaminhados pela CDA/SAA-SP.

AVALIAÇÃO QUANTO ÀS ATIVIDADES PROFILÁTICAS EM RAIVA							
Nº de propriedades com focos de morcego monitorados/ Nº. de animais vacinados/ Nº. de casos confirmados de acordo com a espécie animal							
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007 2008
Espécie Animal	Propriedades monitoradas		Animais vacinados		Nº. Propriedades com casos		Nº Casos
Bovídeos	7.968	8.687	1.401.974	719.800	32	83	41 83

Eqüídeos	782	2.890	8.386	385	07	18	10	18
Caprinos	--	--	--	--	--	01	--	01
TOTAL	8750	11577	1.410.360	720.185	39	102	51	102

Até outubro de 2008, foram trabalhados 2.390 refúgios, sendo capturados e tratados com pasta vampiricida 4.175 morcegos hematófagos. Destes, 26 foram encaminhados para diagnóstico laboratorial.

Pela análise das tabelas acima, verifica-se um aumento da incidência de casos de raiva no ano de 2008, ocorrendo principalmente nos municípios localizados na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, sendo registrados um maior percentual de casos positivos nos seguintes municípios: São Sebastião da Gramma, Caconde, Joanópolis e Vargem Grande do Sul. Medidas conjuntas entre os Órgãos Executores Estaduais de São Paulo e Minas Gerais foram adotadas, a fim de se controlar os focos ocorridos na divisa entre ambos os estados.

O Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH) no estado de São Paulo demonstra sua efetividade levando-se em consideração que no ano de 2008 apenas 0,05% das propriedades foram acometidas atingindo um número muito pequeno de animais (0,00068%).

Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB)

Visando realizar a vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (doença da vaca louca) em populações de maior risco, o SEDESA continua acompanhando a colheita de amostras em matadouros, nos animais submetidos ao abate de emergência e/ou naqueles que chegam mortos. As amostras (tronco encefálico) são coletadas por FFAs dos SIFs. No ano de 2008, foram analisadas (análise histopatológica) 332 amostras, sendo todos os resultados negativos para a EEB.

Adicionalmente, em bovinos importados de países considerados de risco, foram coletadas 52 amostras, todas negativas para a EEB e 40 amostras de animais com sintomatologia nervosa, sendo todos os resultados negativos para a EEB.

Quanto às atividades de mitigação de risco da EEB em estabelecimentos rurais, essas são desenvolvidas diretamente pela SFA através da ação de fiscalização de propriedades rurais, com o objetivo de coibir o uso de subprodutos de origem animal na alimentação de ruminantes cumprindo o que determina a Instrução Normativa nº. 08, de 25/03/2004.

Em 2008, as fiscalizações ocorreram no período de janeiro a outubro, quando foram fiscalizadas 236 propriedades rurais com 198 amostras para análise laboratorial coletadas por FFAs das UTRAs no atendimento a denúncias e/ou fiscalização pró ativa.

A tabela abaixo demonstra o número de fiscalizações e amostragens realizadas de 2006 a 2008, observando-se que houve um incremento nas fiscalizações em 2008, em vista da identificação em 2007 de regiões críticas quanto à utilização de subproduto de origem animal na alimentação dos ruminantes.

FISCALIZAÇÕES E AMOSTRAGENS REALIZADAS			
ANO	Nº Propriedades Fiscalizadas	Nº amostras coletadas	Nº de Fiscais Envolvidos
2006	81	71	8.15
2007	129	120	9.40
2008	236	198	10
TOTAL	446	389	-

As fiscalizações foram realizadas nas regiões abrangidas pelas UTRAs de Araçatuba, Araraquara, Botucatu, Campinas, Guaratinguetá, Ipanema, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Com a colaboração das UTRAs, foi possível superar a meta (100 amostras) estabelecida pela Coordenação da Raiva dos Herbívoros e das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis nos anos de 2007 e 2008.

Até o momento, a UG recebeu 160 resultados, dos quais 68,1% (109) foram positivos para presença de subprodutos de origem animal.

Além disso, até novembro de 2008, foram encaminhados ao Ministério Público Federal e Estadual 78 processos (correspondendo a 85 proprietários) de denúncia por utilização de

subproduto de origem animal na alimentação dos bovinos visando à apuração das responsabilidades e aplicação de penalidades.

Durante a realização das atividades do programa, em propriedades rurais, têm sido identificados diversos municípios críticos, tais como: Tietê, Jumirim, Pilar do Sul, Porto Feliz, Quadra, Itu, Morungaba, Laranjal Paulista, Conchas, Pereiras, Botucatu, Votuporanga, Tanabi, José Bonifácio, São José do Rio Preto, dentre outros.

Em 2008, em alguns dos municípios citados acima, foram ministradas palestras educativas aos produtores e profissionais da área e a fiscalização nestes municípios foi intensificada, com o estabelecimento de estratégias visando maior conscientização dos proprietários.

Principais Indicadores

Mnemônico	2006	2007	2008	Meta
Eficiência - Produtividade na fiscalização de propriedades rurais (<i>IP pfp</i>) - nº de propriedades fiscalizadas / nº Fiscais envolvidos				
<i>IP pfp</i>	9,9	13,7	23,6	10
Eficiência - Produtividade na coleta de amostras de alimentos para bovinos (<i>IP pca</i>) - nº de amostras coletadas/ nº Fiscais envolvidos				
<i>IP pca</i>	8,6	12,7	19,8	12
Eficácia - Conformidade de amostras enviadas ao laboratório (<i>IQ Cal</i>) - nº amostras conformes enviadas ao lab x 100 / nº total amostras colhidas				
<i>IQ Cal</i>	---	98,9	91,7	100
Eficácia - Conformidade de amostras para pesquisa de subprodutos de origem animal na alimentação de bovinos de amostras negativas x 100/nº total amostras analisadas				
<i>IQ can</i>	---	62,2	31,9	100
Capacidade - Capacidade de coleta de amostras (<i>IC vl</i>) nº amostras coletadas/ano				
<i>IC vl</i>	115	69	198	100

O índice referente à conformidade de amostras negativas para pesquisa de produtos de origem animal na alimentação dos ruminantes (*IQcan*) indica o elevado percentual de positividade (68,1%) e reflete a intensificação das ações nos municípios críticos, visando coibir a utilização de proteínas e gorduras de origem animal na alimentação dos ruminantes. Em 2009, as fiscalizações serão voltadas principalmente para as propriedades já fiscalizadas, visando verificar descontinuidade da infração cometida.

Observa-se que a ação gerencial da UG junto às UTRAS possibilitou a realização de uma atividade que até o ano de 2005 era feita esporadicamente. A partir de 2006 e em 2007 e 2008, o resultado do monitoramento proporcionou indicadores que estão dando subsídios à UG para estabelecer estratégias buscando a efetividade da ação.

Macroprocesso: Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Equideocultura, da Ovinocaprinocultura e da Criação de Pequenos e Médios Animais

Atuando segundo as diretrizes do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos, o SEDESA/DT-SP recebe e analisa os relatórios mensais de atividades de todos os laboratórios credenciados para realizar os exames de Anemia Infecciosa Equina-AIE, no Estado de São Paulo. Além desse controle, que permite monitorar os resultados dos exames realizados nesta UF, o uso dos antígenos utilizados nestes exames também é rastreado, confrontando as informações enviadas pelos laboratórios credenciados e pelos estabelecimentos que comercializam os "kits" para AIE.

Os animais que apresentam exame positivo para AIE são rastreados pelo SEDESA/DT-SP desde a detecção, informada pelo laboratório credenciado que efetuou o exame, até o sacrifício e a desinterdição da propriedade, realizados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado e notificados a esta UG.

São Paulo é o Estado que apresenta o maior número de laboratórios credenciados para realizar exames de AIE no país, sendo que a fiscalização in loco deste universo tem sido nosso desafio constante. Temos como meta para 2009, através de ações articuladas com as UTRAS, fiscalizar pelo menos 80% dos laboratórios credenciados em nossa UF.

Paralelamente às fiscalizações in loco, temos nos empenhado cada vez mais no controle da rede de laboratórios credenciados através da análise detalhada dos relatórios que

cada laboratório envia mensalmente a este Serviço. Esta importante ferramenta nos permite monitorar suas atividades, identificar problemas e solucioná-los imediatamente, orientando os responsáveis técnicos e corrigindo os procedimentos, com o propósito permanente de zelar pela qualidade dos processos.

A análise dos dados referentes ao número total de exames realizados e ao número de exames positivos nos permite constatar a situação da AIE nos últimos anos nesta UF como estabelecida em níveis de incidência relativamente baixos, atestando a efetividade da ação de sanidade agropecuária no combate à Anemia Infecciosa Equina.

CONTROLE DE LABORATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DE AIE						
	Unid.	2004	2005	2006	2007	2008
Universe de laboratórios	Nº	99	101	97	98	95
Fiscalizações	Nº	35	17	23	10	6

EXAMES SOROLÓGICOS AIE 2002-2008						
	Unid.	2004	2005	2006	2007	2008
Exames sorológicos total	Nº	95.985	102.006	101.965	116.061	125.223
Exames positivos	Nº	228	234	235	337	301
Exames negativos	Nº	95.757	101.772	101.730	115.724	124.922
IQ faie	%	99,76	99,77	99,77	99,71	99,76

SITUAÇÃO DA ANEMIA INFECCIOSA EQUINA NO ESTADO DE SÃO PAULO 2002 A 2008							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Número de Focos	42	47	65	86	81	86	57
Número de Casos	122	98	137	164	143	235	172
Animais sacrificados	398	101	81	155	56	49	56

Principais Indicadores

Mnemônico	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Eficiência - Laboratórios fiscalizados por ano (IC lab) - Nº total de laboratórios fiscalizados X 100 / Nº total de laboratórios						
IC lab	37,23	16,83	23,71	10,20	6,32	100
Eficácia - Conformidade de exames para Anemia Infecciosa Equina (AIE)-(IQ aie)-nº de exames negativos p/ AIE x100/nº de exames realizados						
IQ aie	99,76	99,77	99,77	99,71	99,76	100
Eficácia - Conformidade dos laboratórios credenciados (IQ lab) -(nº de laboratórios fiscalizados – nº de laboratórios descredenciados) x 100/ laboratórios fiscalizados						
IQ lab	100	100	100	100	100	---
Produtividade - Laboratórios fiscalizados por fiscal(IP lab)-Nº total de laboratórios fiscalizados/Nº de fiscais envolvidos						
IP lab	17,5	17,0	23,0	10,0	6,0	---

Macroprocesso: Prevenção, controle e erradicação de doença das aves

O Programa Nacional de Sanidade Avícola tem como principal objetivo reduzir a incidência e a prevalência de doenças na avicultura. Suas ações estão concentradas nas doenças de notificação de acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), ou seja, controle da doença de Newcastle, salmonelas e micoplasmas e vigilância da influenza aviária que é considerada exótica no Brasil.

Em São Paulo a implantação do programa tem sido de fundamental importância uma vez que o Estado se destaca na avicultura nacional por possuir um importante banco de genética avícola. Nesta UG estão instaladas 45 empresas que trabalham com reprodução

avícola, com 283 estabelecimentos, dos quais 4 são granjas de bisavós, 12 granjas de avós, 217 granjas de matrizes e 50 incubatórios.

No segmento de frango de corte o Estado conta com 37 empresas integradoras, 4.327 integrados e 176 produtores independentes, para um total de 133,2 milhões de aves de corte. Na área de postura de ovos de consumo o Estado possui 524 produtores com 32,9 milhões de aves, sendo o maior produtor de ovos comerciais do país, responsável por aproximadamente 39% de produção nacional.

A soma de todos os estabelecimentos avícolas no Estado de São Paulo, incluindo outras aves como codornas, patos, marrecos e perus, totalizam 5.843 estabelecimentos com capacidade de alojamento de 190,1 milhões de aves.

A Tabela abaixo demonstra a situação atualizada dos estabelecimentos avícolas bisavoseiros e avoseiros, fiscalizados e amostrados para certificação de livres para salmonelas e mycoplasmas no período de 2004 a 2008.

ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS E AMOSTRADOS PARA CERTIFICAÇÃO DE LIVRES E/OU CONTROLADOS PARA SALMONELA E MYCOPLASMAS			2.004	2.005	2.006	2.007	2.008
Granjas	Bisavós	Registradas e ativas	3	3	4	4	03
		monitoradas	3	3	4	4	03
		Monitorias realizadas	6	16	16	69	123
	Avós	Registradas e ativas	15	12	11	11	11
		monitoradas	14	12	11	11	11
		Monitorias realizadas	22	40	42	150	245
	Total	Registradas e ativas	18	15	15	15	14
		monitoradas	18	15	15	15	14
		Monitorias realizadas	28	56	58	219	368
Núcleos	Bisavós	monitorados	12	12	12	15	17
		monitorias realizadas	16	42	40	82	123
	Avós	monitorados	57	55	56	66	67
		monitorias realizadas	67	182	183	214	245
	Total	monitorados	69	67	68	81	84
		monitorias realizadas	83	224	223	272	368
Amostras	Sorologia Mycoplasmas	Avós e bisavós	7.569	20.380	18.600	28.555	31.410
		positivas	0	0	0	1	2
	Pesquisa Salmonellas	Avós e bisavós	122	255	191	438	671
		positivas	0	1	0	8	0
Aves	monitoradas	Bisavós	43.660	315.239	210.669	842.270	870.030
		Avós	1.024.589	1.890.808	1.768.935	1.907.590	2.955.315
		Total	1.068.249	2.206.047	1.979.604	2.749.860	3.825.315

De 2004 a novembro de 2008 o número de monitorias em núcleos de criação de avós e bisavós aumentou, passando de 83, em 2004, para 224 em 2005, 223 em 2006, 362 em 2007 e 368 em 2008, graças a maior capilaridade da estrutura da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, órgão executor das ações de sanidade animal.

Nas colheitas de materiais para testes laboratoriais, visando à certificação de núcleos de criação de avós e bisavós como livres das salmoneloses e micoplasmoses aviárias, durante o ano de 2008 não foram verificados isolamentos das *Salmonellas controladas pelo PNSA*.

Principais Indicadores

Mnemônico	2004	2005	2006	2007	2008
-----------	------	------	------	------	------

Eficiência-Produtividade no monitoramento de núcleos de criação de reprodutores (avós e Bisavós) (IP crff) - Nº de núcleos de criação de reprodutores monitorados / nº de fiscais envolvidos					
IP crff	83	224	223	136	92
Eficácia-Conformidade de amostras para salmonelas (IQ fsl)-nº de amostras negativas x 100/nº total de amostras colhidas					
IQ fsl	98.48	100	100	98.81	100
Eficácia-Conformidade de amostras para micoplasmas (IQ FMI)-nº de amostras negativas x 100/nº total de amostras colhidas					
IQ FMI	100	100	100	99.98	99.99
Capacidade-Capacidade de coletas de amostras sorológicas(IC agr)-nº de amostras sorológicas coletadas / ano					
IC agr	19.687	20.380	18.600	28.555	31.410

Durante o ano de 2008, 01 técnico do MAPA, responsável pela área de sanidade avícola, participou do “Curso em Metodologias e Ferramentas de Gestão de Programas Governamentais”, realizado pelo Centro Pan-Americano de Febre Aftosa – OPAS/OMS, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, de 20 a 24 de outubro de 2008.

Acompanhamento de missões estrangeiras:

Em 2008 o Estado de São Paulo recebeu 02 missões estrangeiras da Bolívia, que tiveram como objetivo verificar o sistema de defesa sanitária avícola e habilitar empresas exportadoras de ovos férteis e pintos de um dia.

Auditorias em outros Estados:

No ano de 2008, os FFA da SFA/SP participaram em 6 (seis) auditorias, nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Sul, Tocantins e Paraná, para avaliação dos sistemas de defesa sanitária animal na área de sanidade avícola uma vez que esses Estados aderiram à Instrução Normativa nº 17, de 17 de abril de 2006, a qual aprovou o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle em todo o território nacional.

Monitoramento de sítios de aves migratórias:

Atendendo à necessidade de incrementar as ações de vigilância e prevenção da introdução da Influenza Aviária no território nacional, foi instituído o “Plano de Prevenção à Influenza Aviária em Aves Silvestres e de Subsistência”, elaborado pelo Grupo Executivo Interministerial para implantação do Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza – GEI. O Estado de São Paulo está incluído no contexto deste plano, tendo sido identificadas e monitoradas algumas áreas consideradas de “risco”, como os Zoológicos, georreferenciados e cadastrados em 2007/2008, e o complexo estuarino-lagunar de Cananéia, Ilha Comprida e Iguape. No referido complexo estão sendo monitorados dois sítios distintos que, pelo afluxo de aves, são representativos da região mencionada. São eles: a Lagoa da Ponta Norte da Praia de Ilha Comprida, no município de mesmo nome, e o Baixio do Arrozal, no município de Cananéia. Com a participação de representantes da Estação Quarentenária de Cananéia - EQC/SEDESA/MAPA, IBAMA e da Coordenadoria de Defesa Agropecuária e Instituto de Pesca, ambos órgãos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, em novembro de 2007 foi realizada a primeira expedição para vigilância ativa da Influenza Aviária em aves migratórias, na Lagoa da Ponta Norte da Ilha Comprida. A partir de junho de 2008, num trabalho conjunto entre a EQC, o Instituto de Pesca e a Coordenadoria de Defesa Agropecuária/SAA/SP, foi dado início à realização de um censo de aves migratórias nos 2 sítios mencionados e, também, em toda a extensão da praia da Ilha Comprida (cerca de 70 km). A atividade é feita com um percurso semanal dos referidos locais, onde é feita a visualização das aves, identificação e fotografia das mesmas. Como resultado preliminar, já foram identificadas 21 espécies de aves migratórias do grupo dos Charadriiformes (maçaricos, batuínas etc.) e 1 espécie do grupo dos Anseriformes (patos, marrecos etc.).

Em outubro de 2008, na Lagoa da Ponta Norte da Ilha Comprida, foi realizada a 2ª expedição para a captura de aves migratórias e a colheita de material para envio ao LANAGRO/Campinas, como parte da atividade da vigilância ativa da IA. Desta feita foram capturados 5 espécimes da *Charadrius semipalmatus*, também conhecido como batuína-de-bando. Suabes de traquéia e de cloaca foram aplicados e as amostras encaminhadas ao LANAGRO/Campinas, as quais resultaram negativas aos testes diagnósticos de Influenza Aviária e Doença de Newcastle.

Dois médicos veterinários da SAA/SP, em outubro de 2008, durante 14 dias, utilizando vagas disponibilizadas pelo MAPA, participaram de treinamento em captura de aves, na Lagoa dos Peixes, no Rio Grande do Sul.

Será dada continuidade ao censo de aves, conforme citado anteriormente e novas expedições de captura serão programadas.

Principais recursos humanos

Cargo	Número
Agente de administrativo	02
Fiscal Federal Agropecuário	04

Macroprocesso:Desenvolvimento da Suideocultura - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura

No quadro seguinte estão os principais processos, ações desenvolvidas e produtos finalísticos produzidos no SEDESA – Serviço de Sanidade Agropecuária, para garantir a saúde do rebanho, redução da incidência de doenças e melhoria na qualidade dos produtos visando atender aos consumidores.

PROCESSO	AÇÃO	PRODUTO	EXECUÇÃO
Registro de granjas de reprodutores suínos	Vistoria Inicial		
	Análise da biossegurança da granja	Termo de visita	DIRETA/
	Supervisão da colheita de sangue e tuberculinização	Termo de colheita	INDIRETA
	Análise dos resultados sorológicos	Certificado GRSC	
	Recebimento de documentação		

As tabelas a seguir apresentam os principais resultados das atividades do Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS desenvolvidas pelo SEDESA/SP em conjunto com o Órgão Executor na certificação de granjas e na prevenção das enfermidades dos suídeos.

Dando continuidade ao diagnóstico de situação através da investigação sorológica nas granjas que utilizavam vacina contra a Doença de Aujeszky, iniciado no final 2006, a Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA obteve o seguinte resultado: Das 12 granjas que vacinavam, a utilização da vacina está sendo liberada para uma única granja (UPL) localizada no município de Cerqueira César, que apresentou animais reagentes por ocasião da 2ª colheita de amostras. As fêmeas reagentes estão sendo encaminhadas ao abate sanitário, em frigorífico com SIF, visando à erradicação do foco e suspensão da vacinação no plantel paulista. No decorrer de 2009, o Estado de São Paulo estará em condições de realizar o Inquérito Soroepidemiológico, dando assim continuidade ao Programa Estadual de Controle e Erradicação da Doença de Aujeszky.

GRANJAS DE REPRODUTORES SUÍDEOS CERTIFICADAS - MATRIZES							
	2004	2005	2006	2007	2008	Rebanho	Nível de Bios.
Granja Semesa	595	560	581	618	6 25	6.600	A
Granja Campo Alegre	1.600	1.600	1789	1718	1.885	19.000	A
Granja Progresso	545	530	540	545	1.080	9.100	B
Granja Suinolândia 1	-	-	457	528	500	4.800	A
Granja Sta. Cândida II	-	-	200	185	191	1.364	B
Granja Maiale	-	-	480	606	625	6.100	B
Cia. São João da Baleia	-	-	-	-	Em processo de certificação	22	B
Cia. Inseminação AIM do Brasil	-	-	-	-	Desat. Set/2008	9	B

GRANJAS DE REPRODUTORES SUÍDEOS CERTIFICADAS - CACHAÇOS							
	2004	2005	2006	2007	2008	Rebanho	Nível de Bios.
Granja Semesa	35	20	32	43	35	6.600	A
Granja Campo Alegre	12	12	16	16	13	19.000	A

Granja Progresso	8	8	8	8	12	9.100	B
Granja Suinolândia 1	-	-	5	5	6	4.800	A
Granja Sta. Cândida II	-	-	5	1	5	1.364	B
Granja Maiale	-	-	11	13	14	6.100	B
Cia. São João da Baleia	39	20	-	-	22	22	B
Cia. Inseminação AIM do Brasil	-	-	27	21	9	9	B
Cia. de Inseminação Suíno Light	13	13	12	17	12	12	A
Cia. Inseminação – Holambra	27	29	27	28	25	25	B

AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE SUÍDEA (PNSS)

	2004	2005	2006	2007	2008
Liberação de vacina contra doença de Aujeszky	30.830	24.810	36.460	18.110	14.077
Granjas de suídeos fiscalizadas para uso de vacina contra doença de Aujeszky	6	1	10	12	0
Granja de reprodutor suídeo certificada	7	8	10	14	9
Fiscalização em granjas de reprodutores suídeos certificadas	13	12	33	23	16
Ação em propriedades frente a suspeita de enfermidades	-	-	2	2	0
Amostras colhidas em propriedade interditada com suspeita de doença exótica	-	-	91	-	0
Amostras colhidas para diagnóstico da situação de doença de Aujeszky em granja que utiliza vacina	-	-	1425	6.000	3.200
Acompanhamento da Importação de suínos do Canadá	-	-	-	41	-

AMOSTRAS COLETADAS POR ENFERMIDADE EM GRANJAS DE REPRODUTORES SUÍDEOS CERTIFICADAS

	2004	2005	2006	2007	2008
Peste Suína Clássica	571	486	861	763	702
Doença de Aujeszky	598	693	992	763	702
Brucelose	598	617	992	763	702
Tuberculina aviária e mamífera	663	617	992	763	702
Estomatite vesicular	121	131	133	-	-

Principais Indicadores

Mnemônico	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade-Capacidade anual de coleta de amostras(IC PSC)-nº de Amostras para PSC/ano						
IC PSC	571	486	861	763	702	1120
Eficiência-Granjas fiscalizadas por fiscal(IP PSC)-Nº de amostras coletadas em granjas de reprodutores suídeos certificadas/ Nº de fiscais envolvidos						
IP PSC	571	486	861	763	702	1120
Eficácia-Conformidade de amostras para PSC(IQ psc)-nº de amostras negativas x 100 /total de amostras analisadas						
IQ psc	100	100	100	100	100	100

Os resultados desta ação mostram que a estratégia utilizada vem proporcionando melhora a cada ano e que as doenças dos suínos estão sob controle ou mesmo ausentes, atendendo em São Paulo a finalidade do programa.

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)
339014	75.004,13	83.995,02	81.288,15	
339030	45.600,00	151.661,12	28.882,37	31.386,82
339033	51.910,00	67.894,40	50.972,67	1.037,20
339036		4.193,03	4.193,03	
339039	52.000,00	117.462,50	74.560,10	116,67

339093	13.000,00	15.253,00	10.567,95	1.505,32
SUB TOTAL	237.514,13	440.459,07	250.464,27	34.046,01

RESUMO GERAL

	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
FINANCEIRO	237.514,13	440.459,07	284.510,28	64,60

META SIPLAN* (propriedade atendida)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO%
	22.000	22.000	2.554	11,61

* dados até junho 2008-Em relação às metas previstas no SIPLAN esclarecemos que a execução das ações é de responsabilidade da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, sob supervisão do Serviço de Sanidade Agropecuária, e que apesar de reiteradas cobranças esse serviço encontrou muita dificuldade no recebimento dos dados para serem lançados no sistema. Desta forma não foi possível a prestação de informações nos prazos estabelecidos pelo SIPLAN sendo que somente foram apresentadas informações até o mês de julho de 2008. Para o ano de 2009 será empenhado esforço no sentido de sanar essa dificuldade mediante a restrição de disponibilização de recursos de convênios àquele órgão, caso os informes não sejam entregues nos prazos estipulados.

A meta inserida no SIPLAN para esta ação não está de acordo com a realidade uma vez que o atendimento às propriedades, pelos dados lançados no sistema durante o primeiro semestre de 2008, é de 11,61%, verifica-se que para atingir a meta proposta seria necessário um aporte muito grande de pessoal.

Estação Quarentenária de Cananéia - EQC

Em 2007, começaram as obras de reformas e adequações para a revitalização e a ativação daquela unidade operacional, visando atender adequadamente o necessário isolamento sanitário de animais, em regime de quarentena, e os procedimentos técnicos de transferências de embriões importados, além de servir de base para apoio às atividades técnicas relacionadas a outras enfermidades, como o monitoramento de aves migratórias na região de Cananéia, local definido pelo MAPA como um dos sítios de permanência temporária dessas aves; cursos e treinamento ligados à defesa sanitária animal, entre outros.

Aquela base física é a única estação quarentenária existente no Brasil, sob controle oficial, revestindo-se como uma figura importantíssima para o País, sobretudo, em negociações internacionais.

Em 2008 houve a conclusão dos serviços e obras da primeira fase e o desenvolvimento dos novos projetos, além da aquisição de materiais e equipamentos, para melhor atender tecnicamente aquela base física, seguindo os padrões sanitários atualmente exigidos no mundo globalizado, viabilizando assim a realização das quarentenas de importação e/ou exportação para as diferentes espécies animais (bovinos, aves de companhia, suínos e outros pequenos ruminantes), além de dar condições para a realização de cursos e treinamentos acima mencionados e já iniciados naquele (2008).

Assim sendo, em função das conclusões acima, tornou-se possível também o início das quarentenas, cujos procedimentos operacionais encontram-se em fase de definições finais com os importadores, bastando os ajustes técnicos em caráter temporário na EQC, até que sejam concluídos os novos processos em licitação e a respectiva execução no atual exercício.

Os recursos descritos abaixo foram utilizados nas reformas e adequações da Estação, porém não tendo a Estação um PI específico, os recursos são descentralizados através dos PIs PCEANIMAL e FEBREAFTOSA. Na tabela abaixo encontram-se os valores recebidos pelo PI PCEANIMAL, para pagamento da vigilância (elemento 339037), e compra de equipamentos (elemento 449052). Os processos dos Pregões Eletrônicos foram para o Nucleo de Assessoramento Jurídico-NAJ, para análise, sendo que até o final de fevereiro/09, somente um havia retornado, razão pela qual os materiais ainda estão sendo entregues e faturados.

Principais despesas

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	A EXECUTAR EM 2009 (RESTOS A PAGAR)
449052		1.133.571,23	78.300,00	768.242,30
339037		152.310,40	136.191,00	16.119,40

2.3.3 - Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Descrição do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Luciana Pomílio - Chefe do Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 - Ação 2124 – FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), Avaliação de Perigos e Pontos Críticos de Controle-APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Legislação que rege a ação	Lei nº 6.198, de 26/12/1974; Decreto nº 76.986, de 06/01/1976; Instrução Normativa nº 4, de 23/02/2007.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Artigo 19 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de alimentos para animais, o SEFAG contribui para salvaguardar a produção e a produtividade agropecuárias, bem como a segurança dos alimentos fornecidos aos animais e a segurança dos produtos de origem animal disponibilizados para consumo humano.

Resultados da ação - Registro de estabelecimento e produtos

Há dois anos, adotou-se nacionalmente um novo critério para a avaliação dos registros de estabelecimentos, distinguindo-se o registro de um novo estabelecimento do registro de uma nova atividade (categoria) em um estabelecimento já registrado em alguma atividade na área de alimentos para animais junto ao MAPA.

O total de novos produtos registrados em 2008 mostrou-se compatível com a média da série histórica.

REGISTRO DE NOVOS ESTABELECIMENTOS					
	2004	2005	2006	2007	2008
Registro de Novos Estabelecimentos	40	40	70	38	19
Fabricante	32	27	55	22	17
Importador	20	13	12	16	2
Outros	0	0	3	0	0
NOVAS CATEGORIAS DE ATIVIDADE EM ESTABELECIMENTOS JÁ REGISTRADOS					
Fabricante				11	5
Importador				7	5
Outros				3	1

REGISTRO DE PRODUTO					
Registro de Produto (Total)	2291	2218	1908	2940	2200
Alimento	245	323	216	313	165
Ração	369	507	351	600	286
Concentrado	115	106	98	98	102
Suplemento	1405	1090	1155	1564	1522
Ingrediente	70	172	68	113	33
Aditivo	87	20	20	252	92

Fiscalização de estabelecimentos:

No planejamento de fiscalização, em consonância com o órgão central, atribuiu-se ao Estado de São Paulo a meta de 292 fiscalizações de estabelecimentos a realizar ao longo do ano. Observa-se que o número de estabelecimentos fiscalizados é inferior ao total de fiscalizações por haver repetição de empresas. Tal fato deve-se, sobretudo, ao programa de monitoramento de produtos destinados a ruminantes, elaborado com objetivo de fiscalizar o uso de ingredientes proibidos na alimentação destes animais, parte do Programa de Controle Nacional contra a EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina (doença da Vaca Louca). Para cumprir tal programa, faz-se amostragens sistemáticas em fábricas, seguindo um plano nacional.

A fiscalização de estabelecimentos cumpriu a meta planejada para o Estado. É importante observar que esta área teve a publicação de um novo marco regulatório em dezembro de 2007 - Decreto 6.296/2007, que depende de algumas normas complementares, em elaboração. Desta forma, ao longo de 2008, foram sendo reestruturados os procedimentos de fiscalização de acordo com a nova legislação. Permanecem sendo priorizadas as inspeções voltadas para as Boas Práticas de Fabricação – BPF, que demandam maior permanência dos Fiscais no estabelecimento para avaliação rigorosa de procedimentos, controles e registros. Assim, mesmo com uma redução no total de fiscalizações em relação à série histórica, as auditorias focando a adoção de BPF mostraram-se a ferramenta apropriada para a melhoria nas condições tecnológicas e sanitárias do parque industrial de São Paulo. Com estas ações, ao longo dos próximos anos, o MAPA poderá garantir de forma consistente o acesso do consumidor a produtos seguros e em conformidade. É oportuno registrar que a equipe de fiscalização do FISCINAN, nas UTRAs, foi reduzida ao longo dos últimos anos sem reposição do efetivo. Ainda, em vista do caráter multidisciplinar das UTRA's, a equipe também tem colaborado ativamente na execução de ATIVIDADES de outras ações, não apenas aqueles relacionados ao SEFAG, como também aos demais Serviços.

À semelhança do exercício anterior, manteve-se uma intensa participação de Fiscais de São Paulo em grupos nacionais de auditorias e de elaboração de novas normas e sistemas. Apesar de alterar a rotina de atividades localmente, o órgão central e a SFA-SP consideram primordial a presença de Fiscais de São Paulo em tais grupos, considerando a expressividade deste Estado na produção nacional de produtos para alimentação animal.

ATIVIDADES	2004	2005	2006	2007	2008
Fiscalização Estabelecimentos	586	671	502	346	257
Fabricante	551	532	399	279	180
Outros	35	139	103	124 *	77*
Estabelecimentos fiscalizados	378	454	325	203	152
Fiscalização de Produto	6309	5756	3847	2.705	2.703
Alimento	253	462	305	108	149
Ração	1174	983	625	530	256
Concentrados	245	196	93	72	17
Suplementos	1483	1364	753	702	233
Ingredientes	2631	2217	1221	996	636
Aditivos	523	534	444	297	148

* Até 2006, as vistorias para concessão de registro inicial eram contabilizadas em outro índice. Por também serem ações de fiscalização, e a fim de harmonizar nacionalmente as metas e os indicadores de desempenho, tais vistorias passaram a ser somadas a este sub-item.

Avaliação laboratorial de produtos destinados à alimentação animal

Nessa ação, os indicadores que se referem à conformidade de produtos contribuem para avaliar o comportamento do setor, monitorando-se a qualidade de produtos fabricados ou comercializados no Estado de São Paulo. Em 2008, adotou-se como meta de colheita de amostras a cota por tipo de produto / determinação analítica, acordada entre a Coordenação de Produtos para Alimentação Animal e a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial. Contudo, em decorrência da alteração da legislação e, pelo fato de não terem sido publicadas as normas complementares até dezembro de 2008, não foram efetuadas as colheitas de alguns grupos de produtos.

Ainda assim, os resultados laboratoriais revelam conformidade próxima da meta para análise físico-química, estipulada em 90%. A microscopia atingiu 95% de conformidade, dentro da série histórica. Em relação à microbiologia, em função do pequeno número de resultados recebidos, não é possível tecer qualquer comentário técnico.

ATIVIDADES	2004	2005	2006	2007	2008
Colheita de Amostras – Total	543	488	417	321	153
Amostras analisadas FQ *	241	292	212	133	45
Amostras aprovadas FQ *	179	216	177	77	37
Índice de Conformidade FQ **	74,3	74	83,5	58%	82
Amostras analisadas Mc**	276	127	105	103	75
Amostras aprovadas Mc**	247	121	103	105	71
Índice de Conformidade Mc**	89,5	95,3	98,1	100	95
Amostras para Mb***				27	6
Amostras analisadas Mb***				23	1
Amostras aprovadas Mb***				23	1
Índice de Conformidade Microbiologia				100	100

FQ *= físico química ** Mc = microscopia ***Mb= microbiologia

Principais Indicadores

Mnemônico	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Capacidade de Fiscalização (IF) - Total de fiscalizações / Ano					
IF	671	502	346	257	292
Capacidade – Estabelecimentos Fiscalizados (IEF) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/Ano					
IEF	454	325	203	152	292
Eficiência- Cobertura da Fiscalização de Estabelecimentos(Ife) - Nº de estabelecimentos fiscalizados x 100/Total de estabelecimentos registrados					
IFE(%)	54	54	23	19	37
Eficiência- Produtividade do Serviço em fiscalização (Idf) - Total de fiscalizações / Equivalente técnico fiscais envolvidos					
Idf	46	43	27	17,4	20
Capacidade - Fiscalização de Produtos (IP) - Número de produtos fiscalizados / Ano					
IP	5.756	3.847	2.705	2.703	5.972
Eficiência- Cobertura da Fiscalização de Produtos (IFP) - Nº de produtos fiscalizados x 100 / Total de produtos registrados					
IFP(%)	36	18,3	11	11	23
Capacidade- Colheita de Amostras (ICA) - Número de amostras colhidas / Ano					
ICA	488	417	321	153	467
Eficiência - Produtividade do Serviço na Colheita de Amostras (Idaf) - Total de amostras colhidas / Equivalente técnico fiscais envolvidos					
Idaf	34	33	25	10,4	31

Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação animal – Físico-química (ICP) - Nº de amostras no padrão X 100 / Total de amostras analisadas					
ICP– FQ(%)	74	83,5	58	82	90
Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação Animal – Microscopia (ICP) - Nº de amostras aprovadas (microscopia) X 100 / Total de amostras analisadas					
ICP - Mc(%)	95,3	98,1	100	95	100
Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação Animal – Microbiologia (ICP) - Nº de amostras aprovadas (microbiologia) X 100 / Total de amostras analisadas					
ICP – Mb(%)			100	100	90
Capacidade- Registro de produtos (Ireg) - Número de produtos analisados para registro / Ano					
IReg	2.218	1.908	2.940	2.200	3.252
Eficiência - Produtividade do Serviço em registro de produtos (Ipreg) - Total de produtos analisados para registro / Equivalente técnico fiscais envolvidos					
Ipreg	153	162	226	149,2	216
Eficiência- Eficiência do custo de fiscalização (IdCF) - Recursos financeiros aplicados/Total de fiscalização					
IdCF (R\$)	31,5	36,74	50,00	52,64	demanda
Capacidade - Autorização de Importação (lai) - Nº de requerimentos de importação aprovados / Ano					
lai	4.805	4.443	4.800	4.806	demanda

A meta estabelecida para o total de fiscalizações – IF – considerou novas estratégias de atuação, incluindo auditorias de duração mais longa. Assim, conforme comentário anterior, apenas com o aumento do efetivo de Fiscais no Estado e com a modernização de outros processos de trabalho será possível elevar a meta de fiscalização de estabelecimentos.

Os indicadores relativos à taxa de cobertura da fiscalização – IEF e IFE - são menores que o total de fiscalizações, pela necessidade de repetição de estabelecimentos, atendendo a programas nacionais específicos de amostragem e de auditoria. Ao concretizar esta estratégia no Estado, realizou-se ações focadas nos estabelecimentos de alto volume de produção ou de maior risco epidemiológico.

O Idf é uma ferramenta gerencial para o planejamento anual das ações e o dimensionamento da equipe, permitindo estimar de forma rápida e prática a capacidade do Serviço em atender metas de fiscalização e demandas por atividades internas. Com novas estratégias de fiscalização, a meta para este indicador sofreu redução em relação à série histórica e deverá ser mantida desta forma para o exercício 2009. Evidencia-se, ainda, que a equipe de fiscalização nesta ação precisa ser ampliada, tendo em vista o tamanho deste parque industrial no Estado de São Paulo.

A fiscalização de produtos é realizada no ato da fiscalização dos estabelecimentos. Os indicadores relativos a esta atividade – IP e IFP, foram compatíveis com o exercício anterior, ainda que a meta inicial não tenha sido atingida.

A meta estabelecida para o ICA em 2008 foi estabelecida nacionalmente para todos os Estados, considerando a capacidade da rede laboratorial oficial e priorizando parâmetros analíticos de maior relevância técnica. Não se atendeu à meta inicialmente planejada em decorrência da alteração das estratégias de fiscalização e da revisão dos instrumentos legais, iniciada pela publicação do Decreto 6.296/2007. No próximo exercício, com a expectativa de publicação de normas complementares, e com a mudança dos conceitos dos resultados analíticos, as metas relativas a análises fiscais poderão ser revistas.

Os indicadores relativos à conformidade de amostras (IC) mostraram-se dentro de meta para os parâmetros considerados. A microbiologia não pode ser comentada neste relatório em decorrência do baixo número de laudos recebidos até o encerramento do exercício.

Os indicadores relativos a registro de produtos (IReg e Ipreg) contabilizam os processos analisados e deferidos. Desta forma, a meta inicialmente planejada representa a efetiva demanda do parque industrial de São Paulo, dada sua constante evolução técnica e mercadológica. A impossibilidade de dar atendimento a toda esta demanda resultou na execução inferior ao planejado. Este dado corrobora a necessidade de melhor estruturar este Serviço em sua equipe de Fiscais e de apoio administrativo, de forma a atender às demandas

dos usuários dentro de prazos considerados aceitáveis. Tal fato tem sido sistematicamente apresentado ao órgão central.

Para o custo de fiscalização, de um modo geral, a meta seria torná-lo sempre mais econômico mantendo-se a qualidade da fiscalização. Entretanto, com as novas estratégias de fiscalização aumenta-se a permanência da equipe em cada empresa, elevando o custo médio da fiscalização no Estado. Tal dado tem sido considerado para as estimativas de custo e para o planejamento, embora este indicador tenha se mostrado estável em 2008 em relação ao exercício anterior. Observamos que, para este cálculo, são excluídos os recursos descentralizados para outros objetivos.

O indicador relativo aos processos de importação – lai – é uma ferramenta gerencial, uma vez que esta atividade está fortemente concentrada em alguns poucos Estados, como São Paulo.

Principais recursos humanos envolvidos

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Fed. Agropecuário	25	14,75
Apoio Administrativo	1	0,25

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)
339014	74.244,24	42.800,50	41.961,86	
339030	16.364,60	6.330,00	4.754,92	1.539,80
339033	5.170,00	18.813,50	17.023,18	
339039		2.000,00	633,00	884,00
339093		6.170,00	3.969,43	1.331,23
TOTAL	95.778,84	76.114,00	68.342,39	3.755,03

RESUMO GERAL

	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
FINANCEIRO	95.778,84	76.114,00	72.097,42	94,72
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN (fisc.realizada)	97	292	257	88,01

2.3.3.2 - Ação 2019 – FISCAGENE - Fiscalização de material genético animal

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária
Responsável pela execução da ação no nível local	Luciana Pomilio - Chefe do Serviço de Fiscalização Agropecuária
Legislação que rege a ação	Art. 1º, III, da Lei nº 9.712/1998; Lei nº 6.446, de 05/10/1977; Decreto nº 187, de 09/08/1991; Portaria Ministerial nº 501, de 06/09/1993; Portaria/SDR de 05/09/1996; Portaria de 05/09/1996; Instrução Normativa nº 04, de 30/12/1998; Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 21/02/2003

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de material genético animal, o SEFAG contribui para salvaguardar a produção e a produtividade pecuária, por meio da oferta de produtos (reprodutores, sêmen, embriões, aves e ovos férteis) em conformidade com padrões técnicos e sanitários.

ATIVIDADES	2004	2005	2006	2007	2008
Registro de Estabelecimentos Produtores de Sêmen e/ou Embriões	1	0	2	2	3
Registro de Estabelecimento Importador de Sêmen e/ou Embriões	4	3	5	5	1
Registro de Estabelecimento de Revenda de Sêmen e/ou Embriões	4	4	3	3	0
Registro de Empresa Prestadora Serviço em Inseminação Artificial	0	0	0	0	0
Registro de Incubatórios Avícolas (Reg)	3	0	2	2	0
Registro de Granjas Avícolas	7	0	25	25	5
Registro Incubatório – avestruz (Reg)	14	11	6	6	0
Registro de Criadouro – Avestruz	28	20	10	10	1
Fiscalização de Estabelecimento Produtor de Sêmen e/ou Embriões	16	12	20	20	24
Fiscalização de Estabelecimento Importador de Sêmen e/ou Embriões	24	10	11	11	15
Fiscalização de Emp. de Prestadora de Serv. em Inseminação Artificial	6	3	5	5	1
Fiscalização de Estabelecimento de Revenda de Sêmen e/ou Benef.	10	7	6	6	9
Fiscalização de Incubatórios Avícolas (Fiscal)	9	2	10	10	5
Fiscalização de Incubatórios – Avestruz (Fiscal)	2	1	3	3	2
Fiscalização de Granjas Avícolas	40	0	18	18	17
Fiscalização de Criadouro de Avestruz	08	4	11	11	12
Total de Vistorias para fins de registro				71	19
Total de Fiscalizações + Vistorias	115	39	84	148	104
Inscrição de Reprodutores Doadores de Sêmen (Certif)	521	380	310	310	386
Nº de Reprodutores Controlados (Reg. de Colheita e Quarentena)	228	152	111	111	154
Controle de Baixas de Reprodutores (Animal)	549	435	364	364	463
Animais Import. (bovinos, eqüinos, suínos, aves)	202.510	752	756	756	70.049
Sêmen animal Importado (1000 doses)	4.510	3.686	4.037	4.037	7.413
Embriões bovinos Importados (Embrião)	4.089	8.614	2.770	2.770	1.713
Ovos férteis de aves - 1.000 ovos	202,2		1.125.080	1.125.	1.941
Exportação de Eqüinos (Animal)	373	561	557	557	641

Deve-se destacar que foi publicada a Instrução Normativa 56/2007, em novembro de 2007, modificando os procedimentos de registro de estabelecimentos avícolas. A SFA-SP possuía um número significativo de processos de registros destes estabelecimentos em trâmite, muito dos quais devem ser reavaliados documental e fisicamente sob a nova norma.

O atendimento às metas na área de Material Genético Animal manteve a série histórica, ainda que com uma equipe bastante reduzida. Conforme observado anteriormente, a expectativa de vistorias, que era bastante elevada, não pode ser atendida em decorrência da necessidade de adequação de procedimentos à nova norma publicada.

Principais Indicadores

Mnemônico	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade-Fiscalização (If) - Total de fiscalizações / Ano						
If	115	39	84	148	104	245
Eficiência - Fiscalização de Estabelecimentos Registrados (Ifer) - Total de fiscalizações x 100 / Total de estabelecimentos registrados						
Ifer%		13	28	49	36	100
Eficiência - Produtividade do Serviço em fiscalização – (Idf) - Total de fiscalizações / Nº de fiscais envolvidos						
Idf	19	6	15	25	26	49
Eficiência - Reprodutores doadores de sêmen controlados (Idsc) - Nº. de doadores de sêmen controlados / Nº de fiscais envolvidos						

IDSC	225	76	37	61	51	Demanda
-------------	-----	----	----	----	----	---------

Os principais indicadores deste PI são o lfer e lf, que estão dentro da média da série histórica. Os estabelecimentos de reprodução – centrais de inseminação artificial – seguiram em um sistema de auditorias nacionalmente planejadas, com equipes compostas por Fiscais de São Paulo e de outros Estados. Sendo um dos principais limitantes o numero de fiscais desta área, a chefia do SEFAG tem constantemente buscado, junto ao órgão central, condições para aumentar a equipe, bem como contado com a colaboração de Fiscais das UTRA's cuja principal atividade não está ligada às ações gerenciados pelo SEFAG.

Com o crescente aumento dos indicadores de desempenho operacionais deste PI converge-se para atender a finalidade da ação, que é melhorar a qualidade dos produtos e serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores com vistas ao incremento da produção e da produtividade da pecuária nacional.

Principais recursos humanos envolvidos

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Fed. Agropecuário	13	4
Apoio Administrativo	1	0,25

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)
339014	21.852,96	14.366,39	14.171,59	
339030	5.400,00	2.800,00	2.727,99	
339033	3.200,00	17.693,00	12.025,15	
339039		2.899,92	2.899,92	
339093		2.900,00	1.798,63	277,14
449052				
TOTAL	30.452,96	40.659,31	33.623,28	

RESUMO GERAL

FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
	30.452,96	40.659,31	33.900,42	83,38
META SIPLAN (fisc realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	60	180	104	57,78

2.3.3.3 - Ação 2140 - FISPROVET - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária
Legislação que rege a ação	Decreto-Lei nº 467/1969; Decreto nº 5.053/2004, Instrução Normativa nº 13/2003 e Portaria Ministerial nº 301/1996
Competências institucionais	Artigo 19 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

requeridas para a
execução da ação

Considerando-se a obrigatoriedade da fiscalização e controle de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabricam, manipulam ou importam, foram obtidos os resultados a seguir descritos, que permitem o cálculo dos indicadores considerados para o Estado de São Paulo.

FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO						
	Unid.	2004	2005	2006	2007	2008
Licença inicial de estabelecimento	Nº	27	19	24	44	48
Renovação de licença de funcionamento	Nº	206	163	107	104	84
Estabelecimento fiscalizado	Nº	160	190	121	120	153
Cancelamento de licença de funcionamento	Nº	5	5	9	5	10
Total de fiscalizações	Nº		315	352	316	382

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ÁREA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS NO SEFAG/SP						
	Unid	2004	2005	2006	2007	2008
Atendimento a estabelecimentos	Nº	5397	5309	5.530	5.689	5.145
Processos atendidos	Nº	3567	3840	3801	4.378	4.635
Reunião técnica	Nº	118	57	71	50	25

Em 2008 priorizou-se o atendimento às vistorias de estabelecimentos para fins de concessão de registro inicial, sem o que as empresas estão impedidas de atuar. Assim, o número de renovações de licenças para o funcionamento de estabelecimentos esteve um pouco abaixo da execução dos últimos exercícios. Apesar de ter havido contratação de Fiscais para atuação nessa ação, o quadro total ainda é deficitário, dada a grandeza do parque industrial no Estado de São Paulo, a centralização da amostragem de vacinas de controle oficial, ainda que produzidas em outros Estados, e a demanda por atividades internas. Soma-se a este fato o aumento na duração das fiscalizações, uma vez que foram adotadas ferramentas como Boas Práticas de Fabricação.

FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO						
	Unid.	2004	2005	2006	2007	2008
Pré-análise de Registro de produto	Nº	457	317	61	76	73
Renovação de Licença de produto	Nº	367	354	387	305	398
Prod. cadastrados – Homeopáticos	Nº	2	2	14	0	26
Colheita de amostra – Biológicos	Nº	1032	964	1.161	993	1.094
Acompanhamento de troca de embalagem	Nº	33	36	21	14	117
Autorização de Importação	Nº	3225	3704	4.881	4.871	4.719

A demanda por registro de novos produtos mantém-se estável desde 2006, como resultado da adequação das empresas aos novos critérios técnicos exigidos pela Coordenação Nacional.

A colheita de amostras de produtos de natureza biológica para análise fiscal é de caráter inadiável, ocupando uma parte considerável da programação das atividades externas. Ressalta-se que a selagem de vacinas, independentemente de seu local de produção, está centralizada em estabelecimento localizado em Vinhedo, SP. Assim, a colheita de amostras destas vacinas, mesmo as oriundas de outros Estados, recai sobre esta Superintendência.

A autorização de importação demonstra o encargo que esta tarefa representa, em prejuízo de outras atividades inerentes à área de produtos de uso veterinário.

PRODUTOS REPROVADOS EM ANÁLISE FISCAL						
NÚMERO DE DOSES INUTILIZADAS DE PRODUTOS BIOLÓGICOS SUBMETIDOS À ANÁLISE FISCAL						
Atividade produto/serviço	2004	2005	2006	2007	2008	
VACINA						
Bronquite	0	10.950.000	29.676.000	0	9.675.000	

Febre Aftosa	0	20.848.610	8.978.320	0	10.085.820
Carbúnculo Sintomático	0	0	0	0	6.252.607
Doença de Newcastle	35.920.000	0	0	2.935.800	19.531.000
Raiva	6.084.310	0	0	0	3.340.485
Brucelose	1.701.595	369.270	372.480	1.565.540	1.784.520
Gumboro	20.880.000	0	0	2.935.800	44.025.000
ANTÍGENO / ALÉRGENO					
Brucelose	33.840	0	0	0	0
Tuberculose	3.000	84.400	0	0	0

A inutilização de partidas de produtos biológicos reprovadas ao fim da análise fiscal (contra-prova), é feita em empresas especializadas, e mediante acompanhamento pelo SEFAG.

INFRAÇÕES E PENALIDADES APLICADAS PELO SEFAG AOS ESTABELECIMENTOS COM ATUAÇÃO NO SEGMENTO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS				
	2005	2006	2007	2008
Notificação	7	12	17	22
Infração	7	19	25	34
Apreensão	8	8	16	21
Inutilização	15	2	21	82
Destruição	7	4	6	0
Interdição	3	4	5	1
Liberação	3	3	1	7

O acréscimo nas autuações e apreensões de produtos deve-se, em parte, à intensificação das fiscalizações, voltadas para os preceitos de Boas Práticas de Fabricação pelos estabelecimentos e também ao atendimento de várias denúncias recebidas.

Principais Indicadores

Mnemônico	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Capacidade de Fiscalização (lfra) - Total de fiscalizações / Ano					
lfra	315	352	316	382	477
Capacidade – Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (lefa) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/Ano					
lefa	190	121	120	153	360
Eficiência- Eficácia na Fiscalização de Estabelecimentos (leffe) - Nº de estabelecimentos fiscalizados x 100/Total de estabelecimentos registrados					
leffe	53%	30%	37,5%	42,5%	100%
Eficiência- Eficiência do Serviço na fiscalização (lfrr) - Total de fiscalizações / Equivalente técnico fiscais envolvidos					
lfrr	54	58	35	35	43
Capacidade – Capacidade de amostrar produtos biológicos (lcpb) - Número de produtos fiscalizados / Ano					
lcpb	964	1.161	993	1.094	1.200
Capacidade- Capacidade de analisar autorizações de Importação (lripa) - Nº Autorizações Importação / Ano					
lripa	3.704	4.881	4.871	4.719	demanda
Eficiência - Eficiência do Serviço na colheita de amostras (lapbf) – Nº de amostras prod. Biológicos colhidas / Nº de fiscais envolvidos					
lapbf	188	232	195	156	171
Eficiência – Indicador de eficiência na análise das autorizações de importação (lripaf) – Nº de autorizações de importação / Nº de fiscais envolvidos					
lripaf			442	429	Demanda
Eficiência- Eficiência do Serviço na pré-análise de processo de registro de produto (lparf) – Nº de processos analisados para registro(pré-análise) / Nº de fiscais envolvidos					
lparf	55	10	14	7	*
Capacidade- Capacidade de análise de processos para registro de produto(pré-análise) (lpareg) – Nº de processos analisados para registro(pré-análise)/ Ano					
lpareg	317	61	76	73	Demanda

lfra e lfrf - A meta de fiscalizações compreende a renovação anual da Licença de Funcionamento da totalidade dos estabelecimentos registrados, adicionada da previsão de colheitas e de outras ações. O quadro técnico, embora aquém da necessidade, conseguiu resultados acima da média da série histórica para o IFRA. O lfrf está estável em relação ao exercício passado. Há de se destacar que consta das obrigações do SEFAG dar atendimento à demanda de colheitas para análise fiscal, além da concentração de empresas no Estado, aumentando as atividades a serem igualmente atendidas.

lefa e leffe - É irreversível a tendência de maior abrangência e profundidade das fiscalizações, baseadas nos princípios das BPF progressivamente incorporados nos recentes dispositivos legais. Isso repercute em maior tempo de permanência das equipes de fiscalização nos estabelecimentos, e conseqüentemente, menor rendimento da fiscalização. Ainda assim, nos últimos anos tem-se observado melhora nestes indicadores, o que já pode ser atribuído ao aumento na equipe de Fiscais.

lcpb e lapbf - A colheita de produtos biológicos foi comentada anteriormente, e manteve-se dentro da série histórica. Para o cálculo do lapbf, somente são considerados os Fiscais com formação em Medicina Veterinária, por força de legislação.

lparg e lparf - A apresentação de novos pedidos de registro de produtos de uso veterinário manteve-se estável desde 2006, e, conforme comentário anterior, observa-se redução da demanda por estes registros pelos clientes externos, atualmente em fase de adequação às novas normas.

lripa e lripaf - Os indicadores relativos à autorização de importação são uma ferramenta gerencial, uma vez que esta atividade está fortemente concentrada em alguns poucos Estados, como São Paulo.

Reitera-se a grande concentração de empresas de produtos veterinários em São Paulo, de tal sorte que o desempenho neste Estado interfere diretamente no desempenho nacional. Para 2009, a SFA-SP continua discutindo junto à Coordenação o aumento do efetivo de Fiscais para o Estado de São Paulo, notadamente para as UTRA's, de modo a que seja possível dar pleno atendimento aos objetivos desta ação e à missão da instituição.

Principais recursos humanos envolvidos

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação ao PI
Fiscal Federal Agropecuário	14	11
Apoio Administrativo	1	0,25

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)
339014	56.093,35	32.702,73	31.087,86	
339030	24.503,84	8.000,00	7.491,37	
339033	6.336,20	20.443,00	16.357,76	
339039	10.000,00	18.500,00	7.714,00	10.440,00
339093		8.300,00	3.501,43	721,63
449052	90.000,00			
TOTAL	176.933,39	87.945,73	66.152,42	11.161,63

RESUMO GERAL

FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
	176.933,39	87.945,73	77.314,05	87,91
META SIPLAN (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	80	476	346	72,69

2.3.3.4 - Ação 2141 – FISFECOI - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Legislação que rege a ação	Decreto 5.351/2005, Decreto 4.954/2004 e Decreto 5.741/2006
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Artigo 19 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de fertilizantes, corretivos e inoculantes, o SEFAG contribui para salvaguardar a produção e a produtividade agrícola, zelando pela qualidade e conformidade dos insumos ofertados aos produtores rurais.

Resultados da ação

TOTAL DE ESTABELECIMENTOS PRODUTORES, IMPORTADORES E COMERCIAIS REGISTRADOS					
	2004	2005	2006	2007	2008
EP Fertilizante	236	167	238	256	252
EP Corretivos	54	44	46	48	33
EP Inoculante	03	03	03	3	3
EP Substrato				1	9
Total EP (1)	293	214	287	308	297
EC (2) e EI (3)	462	500	500	301	675
Produtos Registrados no ano	1345	1614	4574	3.552	2.528
Total Produtos Registrados	27.347	28.961	32.327	34.379	36.907

(1) EP: Estabelecimento Produtor

(2) EC: Estabelecimento Comercial

(3) EI: Estabelecimento Importador

Fiscalização de estabelecimentos e amostras para análise fiscal

Atendendo às novas diretrizes da Coordenação, programou-se realizar de uma a três fiscalizações em cada estabelecimento ao longo do ano, conforme sua atividade (fabricante, importador, comerciante) e o tipo de produto fabricado (fertilizante minerais, corretivos e demais), associando à auditoria dos processos produtivos. Em relação a produtos, programou-se a fiscalização de 2% dos fertilizantes minerais simples/complexos, 3% dos fertilizantes minerais mistos e 5% dos corretivos comercializados no Estado e de 2% dos inoculantes produzidos no Estado. Esta metodologia, aliada à correta aplicação das penalidades, contribui para que as empresas mantenham o padrão de qualidade em seus produtos.

A seguir apresenta-se o quadro com o comparativo no registro e na fiscalização destes estabelecimentos, no período compreendido entre 2004 e 2008. Cabe esclarecer que houve modificação na definição de produtos fiscalizados, passando a considerar-se a quantidade de produtos amostrados somada à quantidade de produtos apreendidos no ano. O total de fiscalização realizada passou a ser a quantidade de estabelecimentos fiscalizados somada à quantidade de produtos fiscalizados no ano.

São apresentados também os dados relativos ao número de amostras coletadas, a quantidade amostrada, que é a representação dos lotes amostrados, e os índices da representatividade da amostragem (IRA), de 2004 a 2008 no Estado de São Paulo.

TOTAL DE ESTABELECIMENTOS PRODUTORES, IMPORTADORES E COMERCIAIS REGISTRADOS ANUALMENTE					
	2004	2005	2006	2007	2008

Total EP	23	15	73	47	90	
Estabelecimentos Comerciais (EC) e Importadores (EI):	26	45	70	49	64	
Total de Registros de Estabelecimentos	49	60	143	96	154	
Registros de Produtos – Geral	1.345	1.614	4.574	3.552	2.528	
ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DESENVOLVIDAS						
Empresas Produtoras Fiscalizadas	257	212	244	261	232	
Empresas Comerciais Fiscalizadas	28	52	51	47	28	
Outros Estabelecimentos Fiscalizados				112	55	
Produtos Fiscalizados					1192	
Total de Fiscalizações realizadas				420	1507	
Total de Estabelecimentos Fiscalizados	285	264	295	270	315	
AMOSTRAS COLETADAS DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES E QUANTIDADE AMOSTRADA						
Nº Amostras de Fertilizantes Sólidos	689	452	444	853	666	
Nº Amostras de Fertilizantes Líquidos	269	133	179	201	259	
Nº Amostras de Corretivos	32	15	34	38	18	
Nº Amostras de Inoculantes	69	50	79	27	25	
Total de amostras coletadas	1059	650	736	1.119	968	
Total de amostras analisadas	1245	314	502	452	986	
Total de amostras dentro da garantia	1064	242	341	360	737	
QUANTIDADE AMOSTRADA DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES						
Fertilizantes Sólidos	t X 1000	689	452	444	81,5	132
Fertilizantes Líquidos	l X 1000	269	133	179	2.129	3.875
Corretivos	t X 1000	32	15	34	43	19
Inoculantes	doses	69	50	79	990	783

Mnemônico	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade – Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (lfe) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/Ano						
lfe	285	264	295	420	315	844
Eficácia - Fiscalização de estabelecimento produtor (lfep) - Nº de EPs fiscalizados x 100 / Total de EPs registrados						
lfep	87,71%	99,0%	85,02%	84,74%	78,11%	178%
Eficiência - Capacidade operacional do Serviço (lcof) - Nº de estabelecimentos fiscalizados / Total de técnicos envolvidos						
lcof	36,5	33,0	32,8	42	29	77
Eficiência - Custo da fiscalização (lcf) - Recurso financeiro dispendido / Nº de estabelecimentos fiscalizados						
lcf	105,4	126,8	88,06	148,83	218,11	---
Capacidade - Amostras coletadas (lac) - nº de amostras coletadas / ano						
lac	1.059	650	736	1.119	968	744
Eficácia - Conformidade de produtos (lcp) - Nº de amostras dentro dos padrões x100 / Total de amostras analisadas						
lcp	85,5%	77,0%	67,9 %	80 %	75 %	90%
Eficiência - Capacidade de análise de registros de produtos (lcar) - Nº de processo de registro de produto / Total de técnicos envolvidos						
lcar	448	538	650	355	506	Demanda
Capacidade - Registro de Produto (lrp)-Nº de Produtos Registrados / Ano						
lrp	1.345	1.614	4.574	3.552	2.528	Demanda

Observando-se os indicadores de desempenho do serviço, temos que o IFE, relativo à fiscalização de estabelecimentos, mostrou-se compatível com a média da série histórica, ainda que os Fiscais estejam atuando em múltiplas áreas e a fiscalização tenha adotado estratégias voltadas para auditorias de duração mais longa.

O IFEP é calculado considerando-se o universo de estabelecimentos produtores (EP), a principal categoria no Estado de São Paulo. O maior entrave para o pleno atendimento de metas reside na desproporção do parque industrial em São Paulo em relação ao número de técnicos disponíveis para a fiscalização. O grande número de estabelecimentos produtores, importadores e comerciais no Estado impõe metas de fiscalização elevadas, já que se

estabelece até três fiscalizações por ano em alguns tipos de empresas. É importante citar que, face ao caráter multidisciplinar das UTRA's, a maioria dos Fiscais exerce atividades em várias áreas técnicas, evidenciando a necessidade de aumentar o efetivo da SFA-SP, notadamente nas regiões que concentram maior número de estabelecimentos.

O ICOF é, acima de tudo, uma ferramenta gerencial, importante para o planejamento das fiscalizações, análise dos resultados e o dimensionamento da equipe.

O Índice de Amostras Coletadas (**IAC**) atendeu a meta e foi compatível com a série histórica. Cumpre informar que as coletas de amostras tem sido feitas preferencialmente de acordo com a sazonalidade da produção de fertilizantes, corretivos e inoculantes, de forma a obter maior representatividade, ainda que com um número menor de amostras. Com esta medida, o SEFAG contribui para que o ICP seja estatisticamente mais relevante, contribuindo ainda incrementar a eficiência da rede laboratorial oficial e o uso de recursos públicos.

O índice de conformidade de produtos (**ICP**), é um dos que melhor traduzem a finalidade da ação. Este indicador vem oscilando ao longo anos em relação à meta. Em 2007 houve uma significativa melhora, com alguma redução em 2008. Tal fato pode ser explicado pela estratégia de coleta de amostras, pelos tipos de produtos priorizados e pela tendência haver menores taxas de conformidade em alguns grupos de produtos face a suas particulares técnicas, tais como os fertilizantes minerais mistos. Também se observou queda nos índices de conformidade de muitos fertilizantes importados. Uma das causas para este fato é a adoção de metodologias de análise nos países de origem que diferem da metodologia oficial brasileira, gerando não conformidades em relação à legislação brasileira. Esses fatos reforçam a necessidade de serem mantidas e reforçadas estratégias técnicas nacionais para a fiscalização, concentrando os esforços de fiscalização e de amostragem de empresas e produtos que necessitam controles mais rígidos. Com isto, ao longo do tempo, deve-se melhorar os indicadores de desempenho globais na atividade de fiscalização.

Observando-se os dados do **ICAR** e **IRP**, verifica-se que o número de registros de produtos analisados no Estado por ano continua elevado, mesmo sendo válidos em todo o território nacional e não necessitarem de renovação. Tal fato ratifica a intensa atividade deste parque industrial em São Paulo. O número de técnicos envolvidos com as atividades de registro de produtos e de estabelecimentos é igualmente reduzido, evidenciando a necessidade de maior número de servidores para a ação, de forma que fiscalização e registro sejam executados conforme a demanda e a programação mensal. Ressalta-se que, em 2008, foram realizadas diversas forças-tarefa, com a presença de técnicos de SP e de outras Unidades da Federação para que fosse possível dar atendimento a esta demanda de registros.

O índice ICF, custo da fiscalização, apresentou aumento de 46,55% em relação ao ano de 2007, principalmente pelo fato das fiscalizações terem sido realizadas por mais de um técnico e por uma maior período de tempo, para atendimento das diretrizes da Coordenadoria de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC.

Principais recursos humanos envolvidos

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	20	8,5
Agente de Atividades Agropecuárias	1	0,3
Técnicos de Nível Superior	3	2,25
Apoio Administrativo	1	0,8

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)	A EXECUTAR
339014	80.152,68	85.100,00	75.539,26		
339030	24.938,00	37.796,87	30.363,05	7.387,46	
339033	12.053,5	24.030,00	20.172,17		
339039	5.000,00	32.590,00	21.626,08	77,90	

339093	500,00	13.500,00	7.538,95	1.529,47	
SUB TOTAL	122.644,18	193.016,87	155.239,51		
449052		52.337,00	2.387,00		49.950*

* foi adquirido um veículo que já foi entregue, porém a empresa ainda não enviou a nota fiscal para pagamento

RESUMO GERAL				
FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	122.644,18	193.016,87	164.234,34	85,08
META SIPLAN (fisc realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	1431	1431	1507	105,31

2.3.3.5 - Ação 2179 - FISCALSEM - Fiscalização de Sementes e Mudanças

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Legislação que rege a ação	Lei nº 6.507, de 19/12/1977, e seu regulamento no Decreto nº 81.771, de 07/06/1978; Portaria MAPA nº 437, de 25/11/1985.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Artigo 19 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

Ao fiscalizar a produção e o comércio de sementes e mudas, o SEFAG contribui para salvaguardar a produção e a produtividade agrícolas, na medida em que o produtor rural terá acesso a materiais de propagação vegetal em conformidade com padrões de identidade, qualidade e fitossanidade.

Inscrições e credenciamento dos agentes – RENASEM

As ações diretas e indiretas desta atividade estão sendo reorganizadas a partir da publicação da Lei Nº10.711/2003 e do Decreto Nº 5153/2004. Em 2005, o SEFAG iniciou a inscrição e o credenciamento de todos os agentes envolvidos no segmento de sementes e mudas em São Paulo, conforme demonstrado a seguir:

NÚMERO DE INSCRIÇÕES E DE CREDENCIAMENTOS NO REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS – RENASEM (CERTIFICADOS EMITIDOS)				
Tipo de Agente	Un	Até 2006	2007	2008
Produtor de sementes ou Mudanças	nº	323	99	113
Comerciante de sementes ou Mudanças	nº	271	83	117
Reembalador, Armazenador ou Beneficiador de Sementes	nº	78	21	25
Responsável Técnico	nº	384	122	122
Certificador da Prod. própria	nº	11	3	4
Entidade de Certificação	nº	0	1	0
Laboratório Análise Sementes	nº	0	4	2

TOTAL	672	333	419
-------	-----	-----	-----

INSCRIÇÕES E HOMOLOGAÇÕES DE CAMPOS DE SEMENTES					
Campos de Sementes, Viveiros de Mudas e Unidades de Propagação "in vitro" inscritos					
Homologados			2006	2007	2008
	Campo de Sementes Genética	Nº	03	68	0
	Campo de Sementes Básica	Nº	23	61	59
	Campo de Sementes Certificada 1	Nº	138	259	581
	Campo de Sementes Certificada 2	Nº	91	133	124
	Campo de Sementes S1	Nº	501	988	1020
	Campo de Sementes S2	Nº	1381	2532	2229
	Denegados	Nº	96	24	10

Produção no Estado de São Paulo

A incorporação de tecnologias avançadas resultou no incremento da produtividade alcançada pelo setor sementeiro em São Paulo promovendo melhor e diversificado abastecimento.

PRODUÇÃO DE SEMENTES						
Safra	2005/2006 e 2006/2006		2006/2007 e 2007/2007		2007/2008 e 2008/2008	
Categoria	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)
GE	207	754	202	477	---	---
BA	577	1.233	614	1.662	918	2122
C1	6.243	18.575	10.930	42.772	22035	71701
C2	6.279	19.536	6.410	18.594	7556	24322
S1	34.435	68.925	48.287	130.739	30779	95629
S2	57.778	90.431	97.375	196.022	94056	191201
total	105312	199454	163818	390266	155344	384975

(BA) Básica ;(C1) Certificada de primeira geração ;(C2) Certificada de segunda geração ; (GE) Genética

Os dados apresentados representam a área homologada e não a colhida e não incluem os campos homologados da Utra Campinas

Certificação de Sementes

A certificação de sementes no Estado é realizada pelo MAPA através do SEFAG, por 11 Certificadores da produção própria de sementes e uma Entidade de Certificação, propiciando a este segmento do agronegócio uma singular diversidade de espécies e cultivares, que contribui para o abastecimento de sementes de alta qualidade, para as principais culturas econômicas em São Paulo.

PRODUÇÃO DE SEMENTES CERTIFICADAS					
	Unid	2005	2006	2007	2008
Produtor	Nº	14	13	14	6
	ha	-	105.519	163.614	444*
Espécies	Nº	10	10	17	6
	t	10.168	3.338	15.069	125
Cultivares	Nº	57	43	129	14
Nº Lotes	Nº	1989	539	3349	37
Nº Certificados	Nº	336	80	1189	18

* A Lei 10.711/2003 permite o credenciamento de Certificadores da Produção Própria e de terceiros. Em 2008, os 11 Produtores Certificadores da Produção Própria, passaram a emitir os próprios certificados de sementes. Com isso todos os resultados numéricos referentes à produção de sementes certificadas diminuíram significativamente em relação aos resultados obtidos no ano anterior.

O SEFAG participa também do Sistema de Certificação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OECD e fiscaliza a produção e exportação de sementes de Milho (24 cultivares) e sorgo (2 cultivares), produzidos por uma empresa no estado.

COLETA DE AMOSTRA OFICIAL PARA FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO			
	2007	Meta 2008	Executado 2008

Fiscalizações realizadas	59	59	119
--------------------------	----	----	-----

FISCALIZAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO						
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/AÇÃO /PROCESSO	Un.	2004	2005	2006	2007	2008
Autorização de Importação de Sementes	nº	610	580	511	663	781
Autorização de Importação de Mudass	nº	395	323	387	376	417
Autorização de Exportação de Sementes	nº	810	840	761	843	760
Autorização de Exportação de Mudass	nº	801	804	634	510	422
Liberação de Importação de Sementes	nº	640	621	472	617	789
Liberação de Importação de Mudass	nº	218	217	408	374	432
Coleta de Amostras da Importação de Sementes	nº	1024	1314	1100	1311	1.716
Atendimento a clientes	nº	8510	8740	12.751	10379	11623
processos de Retenção de sementes Importadas	nº	52	43	30	25	20

IMPORTAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO VEGETATIVA - 2008			
ESPÉCIE	UN	QUANT.	VALOR (R\$)
Olerícolas	kg	354.000	64.390.000,00
Batata-semente	kg	2.864.000	5.712.000,00
Flores	kg	1.093	3.156.776,00
Grandes Culturas	kg	178.492	1.321.267,00
Sementes Diversas	kg	523.729	4.789.176,00
Semente de Multiplicação p Re-exportação	kg	350	3.897,00
Sub – Total Sementes	kg	3.921.664	83.266.219,00
Bulbo	Unid.	27.537.140	8.536.540,00
Sub – Total Bulbos	Bulbo	27.537.140	8.536.540,00
Mudass Frutíferas	Muda	105.621	83.577,00
Mudass Ornamentais	Muda	22.604.930	7.159.400,00
Mudass florestais	muda	147.436	6.944,00
Sub – Total Mudass	Muda	22.857.987	7.249.921,00
Total Geral			99.052.680,00

Da análise dos dados relativos à importação de sementes e de mudass, temos que olerícolas, mudass de espécies ornamentais e grandes culturas tiveram destaque em 2008. Em termos econômicos, além desses destacam-se a batata-semente, bulbos e forrageiras, incluídas no grupo “diversas”.

RESULTADOS DA EXPORTAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO VEGETAL - 2008			
ESPÉCIE	Unidade	QUANT.	VALOR (R\$)
Forrageiras	kg	9.733.813	81.387.244,00
Florestais	kg	1.381	1.101.146,00
Grandes Culturas	kg	12.023.634	47.817.805,00
Olerícolas	kg	84.302	8.830.097,00
Ornamentais	kg	106.000	1.658.624,00
Sub – Total Sementes	kg	21.949.130	140.794.916,00
Sub – Total Bulbos	Nº	191.978.336	71.772.575,00
Sub – Total Mudass	Nº	3.216.531.850	94.071.818,00
Total Geral			306.639.309,00

Conforme vemos no quadro acima, a exportação também têm sido expressiva, gerando um significativo superávit na atividade, especialmente devido aos valores exportados em sementes de forrageiras, bulbos e mudass. Demonstra-se assim que o Brasil vem investindo na produção e em pesquisas básicas e aplicadas, viabilizando o crescimento deste setor na nossa produção nacional.

Principais Indicadores

Mnemônico	2004	2005	2006	2007	2008
-----------	------	------	------	------	------

Eficiência - Eficiência do Serviço na Análise de Processos (ICAp) - N° de Processos Autorizados / N° de Técnicos envolvidos					
ICAp	1.737	1693	2.293	3.393	3601
Capacidade - Processos de autorização de exportação (IP Ae) - n° de processos de exportação autorizados / ano					
IP Ae	1.611	1644	1.395	1.353	1182
Capacidade Processos de autorização de importação (IP Ai) - n° de processos de importação autorizados / ano					
IP Ai	1005	903	898	1.039	1198
Capacidade - Processos de liberação de importação (IPLi) - n° de processos de liberação de importação / ano					
IPLi	858	838	880	991	1221
Eficácia - Balança Comercial de Sementes (IBC semente) - Receitas obtidas nas exportações de sementes / Recursos utilizados nas importações					
IBCsementes	1,606	2,60	2,235	2,175	1,691
Eficácia - Balança Comercial de Mudanças (IBC mudas) - Receitas obtidas com as exportações de mudas / Recursos utilizados nas importações					
IBCmudas	26,35	83,87	75,585	10,84	12,976
Eficácia - Processos Retidos (IP Ri) - N° de processos não liberados / N° de processos solicitados					
IP Ri	0,049	0,040	0,013	0,0104	0,089

A análise dos indicadores relativos à exportação de sementes e mudas aponta destaque para este segmento produtivo paulista, revelando o desenvolvimento tecnológico dos produtores aliado uma grande capacidade de adaptação ao mercado. A competitividade dos produtores de São Paulo nesta área contribui para a geração de empregos e divisas para o Estado.

Os indicadores sugerem que há necessidade de mais técnicos para analisar os processos de trânsito internacional, pois é evidente a sobrecarga de serviços.

A balança comercial permanece favorável às exportações, tanto no segmento de sementes quanto no de mudas. As exportações de sementes ultrapassaram 70% das importações, e no tocante às mudas, o valor de exportações foi de 1.200% o total das importações.

Principais recursos humanos envolvidos

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação ao PI
Fiscal Fed. Agropecuário	20	8,7
Apoio Administrativo	1	0,5
Agentes de Atividades Agropecuárias	2	0,5

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)	A EXECUTAR
339014	133.281,82	49.827,36	44.950,86		
339030	16.944,00	8.660,00	7.462,62	1.119,22	
339033	57.170,00	29.984,00	19.785,26		
339036		6.570,16	6.570,16		
339039	129.500,00	20.000,00	16.357,68	1.398,56	
339093	17.260,00	4.500,00	2.366,14	1.486,33	
SUB TOTAL	354.155,82	119.541,52	97.492,72	4.004,11	
449052		48.700,00			48.700,00*

* foi adquirido um veículo que já foi entregue, porém a empresa ainda não enviou a nota fiscal para pagamento

RESUMO GERAL				
	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
FINANCEIRO	354.155,82	119.541,52	101.496,83	84,91
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO%
META SIPLAN (fisc realizada)	59	59	117	198,31

2.3.3.6 - Ação 2909 - Fiscalização de agrotóxicos e afins - FISAGROTOX

Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação; 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Legislação que rege a ação	Lei nº 7.802, de 1989; Decreto nº 4.074, de 2002; Decreto nº 5.549, de 2005 e Decreto nº 5.981, de 2006
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Artigo 19 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

Esta ação contempla três grandes grupos de atividades, sendo: (a) ações envolvendo os estabelecimentos fabricantes, formuladores e importadores de agrotóxicos; (b) ações envolvendo empresas prestadoras de serviços na área de tratamento fitossanitário e quarentenário, no trânsito internacional de vegetais e suas partes (principalmente madeiras utilizadas como embalagens ou suportes e grãos de soja e milho) e (c) ações envolvendo estações experimentais de ensino, pesquisa e assistência técnica para realização de estudos e emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agrônômica para fins de registro de agrotóxicos.

A partir de 2007 as empresas prestadoras de serviços descritas em (b) passaram a ser credenciadas junto à Superintendência Federal de Agricultura, o que aumentou o volume de atividades nesta área. A maioria das empresas teve seu credenciamento renovado no ano de 2007, agora com validade por cinco anos. As vistorias para credenciamento inicial, suas renovações e inclusões de modalidade de tratamento ou novas instalações são tidas como prioritárias pelo órgão central e pelo SEFAG.

A tabela abaixo apresenta a evolução do número de empresas credenciadas para esse serviço, desde que a atividade foi regulamentada em 2003.

EMPRESAS DE TRATAMENTO QUARENTENÁRIO / FITOSSANITÁRIO					
	2004	2005	2006	2007	2008
Nº total de empresas credenciadas no Estado de São Paulo	39	44	50	62	63
Nº renovação de credenciamento no ano	33	37	42	49	11
Nº empresas TQ fiscalizadas	9	10	18	27	30

Nº Novas empresas credenciadas no ano	6	7	8	13	3
---------------------------------------	---	---	---	----	---

Principais Indicadores

Mnemônico	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Eficácia - Eficácia na fiscalização de ETQ credenciadas (IETrQe) - N° de empresas fiscalizadas x 100 / N° de empresas credenciadas						
IETrQe %	28	25	36	44	47,6	100%
Eficácia - Conformidade ETQ fiscalizadas (IETrQei)- (N° de empresas fiscalizadas - N° empresas autuadas) x 100/ N° de empresa fiscalizadas						
IETrQei %	0	10	11	33	50	95 %
Eficiência - Produtividade do Serviço na análise de solicitação de credenciamento de ETQ (IETrQpi) - N° de solicitações analisadas/N° de fiscais envolvidos						
IETrQpi	8,2	9,8	11	13,8	4,3	

Observando-se no quadro acima os indicadores de desempenho do serviço, verificamos que os indicadores relativos à fiscalização de empresas de tratamento quarentenário mostraram-se bastante positivos em 2008 (IETrQe), crescentes em relação à série histórica, ainda que a equipe esteja atuando em múltiplas áreas. Apesar deste esforço, ainda não foi possível atingir a meta do IETrQe, em vista da grande quantidade de empresas em São Paulo, evidenciando a necessidade de aumentar o quadro de técnicos atuando nesta ação.

O índice de conformidade das empresas (IETrQei), vem a cada ano se aproximando da meta. Tal fato pode ser explicado pela intensificação das fiscalizações ao longo dos anos.

Empresas de Agrotóxicos (EAg)

	2004	2005	2006	2007	2008
Nº indústrias de agrotóxicos fiscalizadas	34	18	35	25	49
Nº indústrias de agrotóxicos em atividade em SP	62	62	78	78	149*
Nº indústrias de agrotóxicos autuadas	19	8	10	6	22
Nº produtos agrotóxicos fiscalizados	331	160	236	177	268
Nº produtos fiscalizados por técnico	41	20	47	44	65
Nº anuências prévias de importação de Agrotóxicos analisadas	3.046	3.012	2670	3027	5412
Nº Anuências prévias de importação de Agrotóxicos deferidas	2.566	2.372	2542	2785	4518
Nº Anuências Prévias analisadas por técnico	381	377	490	757	1353

* inclui estabelecimentos importadores e 16 estações experimentais de agrotóxicos

Desde a publicação do Decreto 4074, em 2002, observou-se um aumento do número de Autos de Infração das empresas produtoras e formuladoras de agrotóxicos. Esse percentual (IAGQI) teve redução significativa de 2005 a 2007, pela adaptação das empresas à nova legislação, com o indicador aproximando-se do aceitável. Durante o exercício 2008, o número de empresas autuadas elevou-se, devido ao aperfeiçoamento do processo de fiscalização e da ampliação da capacitação dos fiscais envolvidos. Ainda, com a realização de “forças-tarefas” com a participação de fiscais de outros Estados conseguiu-se um aumento no número de indústrias e de produtos fiscalizados. A fiscalização com o apoio de fiscais de outros Estados tornou-se imprescindível, visto que o parque industrial brasileiro concentra-se no Estado de São Paulo.

Pode-se notar o expressivo aumento no número de anuências prévias de importação analisadas no ano de 2008. Este fato ocorreu devido à publicação da Instrução Normativa 40/2008, que entrou em vigor a partir do mês de agosto. O processo de adequação das

empresas e fiscais a esta normativa exigiu bastante tempo dos fiscais que trabalham na sede, onde os requerimentos são analisados, tanto para adequação dos procedimentos, quanto para o treinamento dos fiscais para utilização do SISCOMEX.

Principais Indicadores

Mnemônico	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Fiscalização de estabelecimentos (IAGCf) - N° estabelecimentos fiscalizados / Ano						
IAGCf	34	18	35	25	49	78
Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações (IAGQi) – (N° estabelecimentos fiscalizados – N° estabelecimentos autuados) X 100 / N° de estabelecimentos fiscalizados						
IAGQi %	44	56	71	76	55,1	95 %
Eficácia - Eficácia na fiscalização de estabelecimentos de agrotóxicos (IAGQ) - N° de estabelecimentos fiscalizados x 100 / N° de estabelecimentos registrados						
IAGQ %	55	29	45	32	33	100 %
Eficiência - Produtividade do Serviço na fiscalização de estabelecimentos (IAGP) - N° estabelecimentos fiscalizados / N° de técnico do serviço						
IAGP	4,3	2,3	7,8	6,3	12,3	---

O resultado geral desta ação FISAGROTOX – foi positivo, ainda que aquém do ideal. Para que se melhorem os indicadores, principalmente o *IAGQ* e o *IETRe*, há necessidade de mais técnicos trabalhando nesta ação e maior atividade das UTRAs.

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)	A EXECUTAR
339014	24.546,66	27.978,77	21.055,84		
339030	10.156,00	8.498,00	4.704,07	3.124,20	
339033	10.302,20	41.879,65	34.667,17		
339039	7.200,00	16.754,00		11.530,00	
339036		2.814,12	2.814,12		
339093	750,00	2.100,00	1.311,22	788,78	
335039	12.480,00				
SUB TOTAL	65.434,86	100.024,54	64.552,42	15.442,98	
449052	143.300,00	15.065,95	1.320,00	1.393,00	12.352,95*

* foram adquiridos equipamentos de informática que ainda estão em fase de entrega e pagamento

RESUMO GERAL

FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	65.436,86	100.024,54	79.995,40	79,97
META SIPLAN (estabel.inspecionado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	206	290	279	97,55

2.3.3.7 – ACAO 2177- FISCAGRIC - Fiscalização de Serviços Agrícolas

Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade dos serviços de aviação agrícola, e de máquinas e implementos agrícolas, visando a compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental..

Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços aeroagrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços aeroagrícolas e a qualidade de máquinas e implementos agrícolas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Responsável pela execução da ação no nível local	Luciana Pomilio - Chefe do Serviço de Fiscalização Agropecuária
Legislação que rege a ação	art. 27, I, "e" e "f", da Lei nº 10.683, de 2003; art. 4º, IV e V, da Lei nº 8.171, de 1991; Decreto-Lei nº 917, de 1969, regulamentado pelo Decreto nº 86.765, de 1981 e Decreto nº 5.351, de 2005
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Artigo 19 da Portaria MAPA 300/2005; Portaria MAPA 184/2007

Cenário da atividade aeroagrícola no Estado de São Paulo

ATIVIDADES AERO-AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS POR CULTURA (em ha)								
ha	CANA	SOJA	BANANA	MILHO	ALGODÃO	LARANJA	OUTROS	Total mês
jan	77.762,58	12.592,12	11.695,07	9.825,05	0,00	2.020,00	2.149,56	116.044,38
fev	111.991,62	17.530,60	13.477,64	5.811,00	181,00	8.631,00	1.563,61	159.186,47
mar	125.956,17	3.673,95	11.916,98	2.202,02	120,00	11.970,00	0,00	155.839,12
abr	162.553,23	302,00	11.009,07	354,18	0,00	7.800,00	353,42	182.371,90
mai	82.594,47	101,00	9.042,33	3.141,93	0,00	9.920,00	147,79	104.947,52
jun	32.348,31	0,00	6.265,53	2.999,52	0,00	0,00	168,68	41.782,04
jul	13.947,93	0,00	7.556,65	261,40	0,00	6.632,00	1.590,40	29.988,38
ago	1.055,51	0,00	7.871,94	492,90	0,00	1.350,00	1.135,26	11.905,61
set	3.196,00	0,00	5.079,12	161,88	0,00	3.446,50	913,69	12.797,19
out	7.084,43	0,00	10.688,39	1.848,92	0,00	60,00	486,50	20.168,24
nov	16.689,88	2.494,30	8.909,36	4.530,33	0,00	11.585,00	3.291,37	47.500,24
dez	32.302,76	14.656,86	11.529,84	6.293,73	0,00	2.460,00	1.720,09	68.963,28
Total	667.482,89	51.350,83	115.041,92	37.922,86	301,00	65.874,50	13.520,37	
%	70,151008	5,3968611	12,090657	3,9856105	0,0316344	6,923267	1,420962	

TOTAL DA APLICAÇÃO AÉREA NO ESTADO DE SÃO PAULO (HA) 951.494,37

As três culturas que mais utilizaram a aviação agrícola são pela ordem decrescente cana-de-açúcar, correspondendo a 70,15% de toda área trabalhada com operação aeroagrícola, seguida pela banana (12,09%) e pela laranja (6,92%).

O quadro seguinte apresenta a realização dos processos relacionados a registros de estabelecimentos na área de aviação agrícola, de 2004 a 2008.

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES DE AVIAÇÃO AGRÍCOLA					
PROCESSOS	2004	2005	2006	2007	2008
Nº de registro de estabelecimentos	3	2	2	1	3
Nº de Est. Registrados – acumulado	39	37	38	38	41
Nº de Alteração de Registros	2	2	2	4	7
Nº de Autorização para Prestação de Serviços	3	3	6	5	5
Nº de Cancelamento Registro	0	4	1	1	-

FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS					
	2004	2005	2006	2007	2008
Nº de Estabelecimentos Fiscalizados	35	33	28	36	27
Nº de Fiscalização de Cursos Especializados	2	3	0	0	4

Nº de Termo de Fiscalização	35	33	28	36	27
Nº de Autos de Infração Emitidos	3	8	5	3	2
Nº de Notificações de Multas Emitidas	5	4	0	0	11
Nº de Coleta de Dados de Execução Mensal*	366	399	396	430	452

* nº de relatórios

NUMERO DE PARTICIPAÇÕES EM REUNIÕES TÉCNICAS E CURSOS					
	2004	2005	2006	2007	2008
Encontro Nacional (ENCAA/RAIA)	1	1	1	1	1
Outras Reuniões	5	4	5	4	6
Cursos Especializados (CCAA)	1	1	0	3	0
Curso de Aviação Agrícola – CAVAG	3	3	0	0	0
Curso de Executores em Aviação Agríc.-CEAA	1	1	0	0	2
Congresso de Aviação Agrícola	1	1	2	1	2
Palestras proferidas	6	3	3	1	3
Demonstração de Equipamentos Especializados	2	1	0	3	0

Em 03 de janeiro de 2008 foi publicada a Instrução Normativa 002/2008, que ajustou as normas técnicas de aplicação aérea em um documento único. Isso veio a facilitar o trabalho de divulgação e orientação para as empresas operadoras, bem como o processo de fiscalização desta área. Por outro lado, foi estabelecido um novo modelo de pátio de descontaminação, em atendimento a uma antiga reivindicação do setor de meio ambiente. Nesse novo modelo de pátio foi introduzido um equipamento de ozonização, que visa oxidar os resíduos do produto utilizado, minimizando o risco de contaminação ambiental decorrente da lavagem e descontaminação das aeronaves.

Para a realização das ações, conta-se atualmente com sete fiscais federais agropecuários e um agente administrativo, todos em tempo parcial, e, excetuando-se o Responsável Técnico pela ação, com baixo índice de dedicação a essa atividade.

A ação da fiscalização procurou priorizar a orientação quanto às adaptações a serem adotadas pelos operadores de Aviação Agrícola à nova instrução normativa. Ao mesmo tempo, procurou-se atualizar as informações cadastrais dos operadores do Estado.

No exercício foram registradas 3 novas empresas de Aviação Agrícola e identificada uma Empresa Rural proprietária de aeronave agrícola, que vinha operando sem registro. Essa Empresa Rural está em contato com o MAPA para regularizar sua situação.

No Estado de São Paulo existem registradas 41 empresas aeroagrícolas, 01 Entidade de Ensino para Cursos de Coordenador em Aviação Agrícola - CCAA e Executor em Aviação Agrícola – CEAA, 02 Entidades de Ensino para Curso de Aviação Agrícola – CAVAG, sendo que uma delas está sem homologação por parte da ANAC, 01 Empresa Rural, além de 05 Empresas Aeroagrícolas e uma Entidade de Ensino registrada para cursos de CEAA/CCAA, de outros estados, autorizadas a operar em São Paulo.

A ação FISCAGRIC1, responsável pelas despesas da fiscalização de Mecanização e Aviação Agrícola teve a sua gestão transferida da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo para a Secretaria de Defesa Agropecuária. Com isso, foram necessários alguns ajustes na operacionalização da descentralização de crédito orçamentário, que, acumulado à demanda por fiscalização em outras áreas de atuação da fiscalização agropecuária, ocasionando certo atraso na execução das metas programadas.

Principais Indicadores

Mnemônico	2004	2005	2006	2007	2008	Meta
Capacidade - Fiscalização de empresas (Ife) - nº de empresas fiscalizadas / ano						
IFE	35	33	28	36	27	41
Eficácia - Cobertura da Fiscalização de empresas (Ifep) - N° de empresas fiscalizadas x 100 / Total de empresas registradas						
IFEP(%)	87,94	89,19	73,68	94,74	65,85	100

Eficiência - Capacidade operacional do Serviço (Icof) - Nº empresas fiscalizadas / nº de fiscais envolvidos						
ICOF	8,25	6,75	9,6	3,6	3,95	---
Eficiência - Não Conformidade de empresas de aviação (Iceav) - Nº de empresas autuadas X100 / nº de empresas fiscalizadas						
ICEav(%)	8,6	24,24	17,9	8,3	7,4	10
Eficiência - Recebimento de Relatórios Mensais (Irrav) - nº de relatórios recebidos X 100/ 12 x Total de empresas registradas						
IRRav(%)	78,21	89,86	86,84	94,30	91,87	100

Os indicadores apontam que há uma necessidade de se estruturar as equipes de fiscalização, para melhor abranger as fiscalizações em empresas aero-agrícolas.

Em relação ao Número de Fiscalizações por Estabelecimento (IFE), estabeleceu-se uma meta de uma fiscalização por ano por empresa, muito embora se tenha que o ideal técnico seria duas ações por ano, nos períodos de maior atividade aero - agrícola (janeiro a abril e outubro a dezembro). O fato dos recursos orçamentários terem sido disponibilizados principalmente no segundo semestre de 2008, aliado ao reduzido número de fiscais atuantes na área contribuíram para o não atendimento dessas metas.

Recursos Financeiros

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)	A EXECUTAR
339014	8.540,00	7.740,00	7.602,96		
339030	3.190,00				
339033	1.800,00	11.300,00	8.822,90		
339036	29.926,77				
339039		27.726,77			
339093		1.350,00	312,11	552,07	
SUB TOTAL	43.456,77	48.116,77	16.737,97		
449052		44.831,26		5.579,97	39.251,29*

* foi adquirido um veículo que já foi entregue, porém a empresa ainda não enviou a nota fiscal para pagamento

RESUMO GERAL				
FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	43.456,77	48.116,77	17.290,04	35,93
META SIPLAN* (estabel.inspecionado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	50	78	27	34,62

* as metas inseridas no SIPLAN não correspondem a realidade desta ação, fato explicado no parágrafo anterior

2.3.4 - Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Descrição do Programa:

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias
Responsável pelo Programa	Diretoria Técnica - DT
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Principais ações do programa:

2.3.4.1 - Ação 8592 - Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar - RASTREAB

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar todos os atores da cadeia produtiva (produtores, governo federal e estadual, frigoríficos, entidades certificadoras) em relação à execução das atividades do serviço de rastreabilidade da cadeia produtiva bovina e bubalina - SISBOV, de modo que seja um sistema auditável, seus processos definidos e transparentes e seus produtos rastreáveis.
Descrição	Controles técnico-operacionais envolvendo toda a cadeia de produção bovina relativos ao SISBOV; Certificação primária e secundária de produtos de origem bovina obrigatoriamente para exportação a países que exigem rastreabilidade, mediante o Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva e a Certificação Sanitária emitida pelo SIF, respectivamente.
Áreas responsáveis pela execução	Diretoria Técnica - DT
Legislação que rege a ação	Instrução Normativa Nº 17, de 13 de julho de 2006; Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965; Decreto nº 58.984, de 03 de agosto de 1966; Portaria/SNAP nº 47, de 15 de outubro de 1987.
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Artigo 20 e 27 da Portaria MAPA 300/2005

O SISBOV tem como objetivos a identificação individual e o monitoramento de todos os bovinos e bubalinos que foram cadastrados na base nacional de dados - BND, nascidos no Brasil ou importados, assim como o cadastro dos estabelecimentos rurais e respectivos produtores e a devida manutenção de todos os registros a eles pertinentes, ou seja, dados e informações dos manejos alimentar e sanitário, controle de insumos, movimentações, transferências, baixas, abate, etc. Sendo assim, o SISBOV constitui um importante instrumento para a concretização de um processo de certificação da pecuária; paralelamente o conjunto de procedimentos estabelecidos visa a promover subsídios para o processo de rastreamento dos animais cadastrados e seus produtos. O SISBOV representa, acima de tudo, uma ferramenta potencial para a obtenção de garantia de qualidade e inocuidade ao consumidor nacional e estrangeiro dos produtos cárneos advindos desses animais.

Universo de Ação

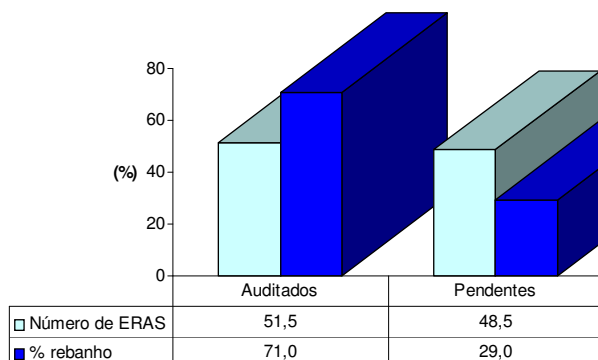
O universo de atuação contemplado na ação RASTREAB1, de acordo com o SISBOV, compreende os estabelecimentos rurais cadastrados como aprovados no SISBOV, as certificadoras credenciadas, os frigoríficos exportadores, os fabricantes de elementos de identificação e os escritórios do órgão estadual de defesa sanitária animal.

ESTABELECIMENTOS DO SISBOV	CATEGORIAS	2008
Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV	Propriedades rurais	344
Entidades certificadoras SISBOV – sedes e filiais	Empresa privada	22
Estabelecimentos de abate bovino com inspeção Federal para exportação	Empresa privada	54
Fabricantes de elementos de identificação	Empresa privada	10
Coordenadoria de Defesa Agropecuária - Escritórios Regionais	Órgão Estadual	40
Total		470

Conforme o PPA 2005-2008, o indicador para a ação 2487 - Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários - Rastreabilidade do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas definido é o número de certificados emitidos. No caso do SISBOV, os certificados são emitidos exclusivamente pelas certificadoras credenciadas pelo MAPA, para as propriedades que estão em conformidade com a legislação vigente quanto à identificação dos animais e monitoramento formal dos manejos alimentar e sanitário e registros de movimentações e baixas. Conforme a legislação, a análise de conformidade é feita pelos supervisores representantes das certificadoras, a partir de vistorias obrigatórias realizadas nas propriedades. Quando em conformidade, recebem o certificado como Estabelecimento Rural Aprovado no SISBOV (ERAS).

O quadro abaixo indica o número de certificados emitidos pelas certificadoras ao longo de 2008 para os ERAS no estado de São Paulo.

Tipo de indicador	Descrição	Nº de Certificados
Capacidade	Certificados emitidos pelas certificadoras credenciadas	350



Relação entre a porcentagem de ERAS auditados e a porcentagem do rebanho auditado

Demonstração do número de cabeças de bovinos liberadas para exportação de carne *in natura* à União Européia após aprovação dos ERAS em auditoria oficial do SISBOV:

STATUS	No. CABEÇAS
Conforme LG	5059
Conforme EU	82474
Não Conforme	96796
Total Auditados	184329
Não Auditados	76362
Rebanho total SISBOV 2008	260691

O gráfico e a tabela acima demonstram que, apesar de terem sido auditados apenas 51,5% dos ERAS do Estado de SP, isso representou 71% do rebanho, ou seja, 184329 cabeças, e dentro deste quantitativo, 82474 estavam em ERAS conforme União Européia, ou seja, aptos para o abate destinado à exportação de carne *in natura* para a União Européia.

Resultados

Foram promovidos pela Coordenadoria de Sistema de Rastreabilidade - CSR/SDA com a organização da SFA/SP dois cursos de capacitação de Auditores do SISBOV, respectivamente em agosto e setembro, para 18 FFAs, de SP e de outras UF's, mais a equipe da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), que chegou a 99 médicos veterinários.

Mnemônico	2006	Técnicos envolvidos	2007	Técnicos envolvidos	2008	Técnicos envolvidos
Capacidade – Capacidade anual de análise de processo para certificação (IcPa) – Nº processos analisados/ ano						
IcPa	3	2	6	3	9	5
Eficácia – Indicador de qualidade na análise do processo (Ian) – Nº processos analisados dentro do prazo x 100/ Total processos recebidos						
Ian (%)	1	2	16,7	3	100	5
Eficiência – Indicador de produtividade na análise de processo (IpAf) – Nº processos analisados/ fiscal						
IpAf	3	2	2	3	9	5
Capacidade – Capacidade de auditoria de credenciamento (IACr) – Total de auditorias de credenciamento realizadas/ ano						
IACr	0	2	1	14	2 ^(a)	4
Capacidade – Capacidade de auditoria de conformidade em entidades certificadoras (IACoC) – Total de auditorias de conformidade realizadas / ano						
IACoC	1	2	78	14	0 ^(a)	-
Capacidade – Capacidade de auditoria de conformidade em ERAS (IACoE) – Total de auditorias de conformidade realizadas em ERAS / ano						
IACoE (criado em 2008)	-	-	-	-	137 ^(b)	26
Capacidade – Capacidade de cadastramento de animais importados (Ic) – Total de animais importados cadastrados/ ano						
Ic	108	1	0	1	0 ^(c)	1

Eficácia – Produtividade de cadastramento de animais (**lpc**) – N° de processos analisados/total de processos recebidos

lpc (%)	100	1	0	1	75,4 ^(d)	1
----------------	-----	---	---	---	---------------------	---

^(a) Em 2008, por orientação da Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade, as auditorias foram concentradas nos Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV (ERAS), em lugar das Entidades Certificadoras, que foram o foco no ano de 2007. Isso deveu-se à exigência, por parte da União Europeia, da realização de auditoria oficial pelo MAPA para a aprovação dos ERAS para exportação de carne *in natura* para aquele bloco econômico, devido às conclusões da Missão realizada no final de 2007.

^(b) A realização destas auditorias foi graças ao trabalho conjunto dos FFAs e dos médicos veterinários da CDA/SAA-SP capacitados ao longo de 2008 pela própria equipe da SFA. Em função dessa concentração de esforços, este item tem relação direta com o item (a).

^(c) O valor 'zero' é devido a não ter sido cadastrado nenhum animal importado ao longo de 2008, em função do não-funcionamento do módulo 'animais importados' na nova BND/SISBOV, que depende diretamente da implementação por parte da Coordenadoria Geral de Tecnologia da Informação-CGTI/MAPA para posterior disponibilização para os usuários nas SFAs.

^(d) O indicador corresponde à documentação que é fruto do trabalho conjunto SFA-CDA de levantamento junto à antiga BND/SISBOV e de campo com vistas ao recadastramento de proprietários, produtores e propriedades na nova BND/SISBOV.

Desempenho Financeiro

Os recursos financeiros foram utilizados para o pagamento das despesas com diárias, passagens aéreas, pedágios e combustível para a realização das auditorias, total de 137 em Estabelecimento Rural Aprovado no SISBOV (ERAS) e duas de credenciamento em certificadoras, em 2008 no estado de São Paulo pelo grupo de auditores.

ELEMENTO DE DESPESAS	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2008	EXECUTADO EM 2009 (restos a pagar até 27.02)
339014	19.220,00	71.547,44	71.309,33	
339030	5.450,00	3.750,00	2.399,82	
339033	14.950,00	49.600,00	48.641,34	
339093	0,00	15.000,00	4.150,09	1.833,44
TOTAL	36.620,00	139.897,44	126.500,58	1.833,44

RESUMO GERAL

	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO
FINANCEIRO	36.620,00	139.897,44	128.334,02	91,73
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN (fiscal realizada)	--	89	173	194,38

2.3.5 - PROGRAMA: 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os Órgãos da União dos meios Administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Francisco Sergio Ferreira Jardim – Superintendente Federal de Agricultura no Estado de São Paulo
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Principais ações do programa:

2.3.5.1 - Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento

	da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Apoio Administrativo
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, Publicada no DOU de 20/06/2005

De acordo com o Regimento Interno da SFA/SP, compete à Divisão de Apoio Administrativo promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados, sendo constituída de um serviço e três seções, sendo:

Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD/SFA-SP

Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD/SFA-SP

- Setor de Transporte – STR/SAG/DAD/SFA/SP

- Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAG/DAD/SFA/SP

- Setor de Protocolo – SPR/SAG/DAD/SFA/SP

Seção de Recursos Humanos - SRH/DAD/SFA-SP

- Setor de Desenvolvimento de Pessoas – SDP/SRH/DAD/SFA/SP

- Setor de Administração de Pessoal – SAP/SRH/DAD/SFA/SP

Seção de Tecnologia da Informação – STI/DAD/SFA/SP.

Como espelhado por sua denominação, qual seja, oferecer suporte ao desempenho das ações finalísticas, e por sua natureza hierárquica, de vinculação operacional direta com as áreas afins da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/SEDE), a Divisão de Apoio Administrativo, DAD, opera em estreita consonância com requisitos e normas de conduta, em subsistemas e método de trabalho daquele órgão da Secretaria Executiva do MAPA. Compete à DAD, anualmente lançar no Sistema Orçamentário, SIOR, um orçamento inicial das despesas obrigatórias de responsabilidade fiscal, tais como aluguel, manutenção de equipamentos, prestação de serviços de segurança e limpeza, fornecimento de energia elétrica, de água e de telecomunicações, custeio das atividades gerais e demais obrigações. Após a discussão dos limites orçamentários, são elaboradas as programações de dispêndios e o plano anual de trabalho. De acordo com as demandas da área fim, a DAD solicita recursos adicionais e realiza as adequações ou realinhamentos pertinentes.

O programa contempla o atendimento das ações orçamentárias dos serviços administrativos de todas as áreas da SFA/SP, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.

Resultados da ação de Apoio Administrativo no exercício 2008

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	4.130.115,00	4.130.109,53	99,99
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Série histórica entre recursos autorizados e executados – MANUTSP

Ano	Desp. Autorizada	Evolução em relação a 2005	Desp.Executada	Saldo	%
2005	5.115.406,63	100%	5.108.402,84	7.008,80	99,86%
2006	4.668.634,25	92%	4.662.948,83	5.685,42	99,88%
2007	4.138.805,16	81%	4.132.693,81	6.111,35	99,85%
2008	4.130.115,00	80,73%	4.130.109,53	5,47	99,99%

Tabela dos recursos recebidos/executados – MANUTSP - 2008

ND	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO	RP – PAGO (até 27.02)	A EXECUTAR	DISPONÍVEL	ÍNDICE %
339014	71.000,00	69.000,00	68.893,82			106,18	99,84

339030	332.000,00	335.000,00	118.199,68	27.251,94	189.231,63	316,47	43,41
339033	34.500,00	37.500,00	31.428,63			6.071,37	83,80
339037	1.638.970,50	1.858.970,52	1.470.222,40	119.007,97	269.740,20		85,48
339039	1.743.911,53	1.713.211,50	1.491.399,20	96.911,33	122.021,28	2.879,83	92,70
339047	---	673,12	590,77			82,35	87,76
339092	49.920,16	49.920,16	49.839,16			81,00	99,83
339093	9.000,00	6.000,00	4.286,14	94,90	1.618,96		73,01
339139	22.900,00	26.900,00	19.868,25	1.579,24	5.452,51		79,73
339147	18.000,00	18.000,00	243,69		17.756,31		1,35
449052	---	14.939,70			14.939,70		0
TOTAL	3.902.202,19	4.130.115,00	3.254.971,74	244.845,38	620.760,59	9.537,29	84,73

Obs: A introdução da coluna **A EXECUTAR**, uma inovação do relatório de 2008, desagrega do índice total de desempenho anual, a parcela dos dispêndios cujo efetivo pagamento se dá no decorrer do ano subsequente.

PRINCIPAIS DESPESAS	PLANEJADO	REALIZADO
Vigilância	1.151.995,32	1.087.276,30
Limpeza	482.819,52	501.954,04
Operação mesa telefônica	77.998,92	78.727,58
Água / Esgoto	66.591,21	78.040,67
Energia	141.376,14	158.924,35
Deslocamento	72.000,00	68.893,82
Telefonia	357.753,70	381.098,20
Manutenção Veículos	56.094,00	103.416,54
Combustível	87.000,00	108.110,24
Correio	119.381,78	144.116,50
Manutenção Equipamento Informática	252.000,00	252.000,00
Manutenção Diversas	49.624,66	59.980,03
Locação Imóvel	220.000,00	250.240,00
TOTAL	3.134.635,25	3.272.778,27

Desempenho Operacional

O quadro de pessoal da Divisão de Apoio Administrativo é composto por: 25 servidores efetivos, 15 estagiários e 96 prestadores de serviço, compreendendo os funcionários terceirizados de empresas, que exercem atividades nas áreas de limpeza e segurança. Sobre o quadro de pessoal vale ressaltar que:

1. O quadro funcional da Divisão de Apoio Administrativo vem decrescendo numa relação inversa ao crescimento do quadro funcional da SFA/SP, provocando aumento no volume de trabalho, pois a atividade desenvolvida pelo PI-MANUT dá suporte operacional, administrativo e logístico as Unidades Descentralizadas e a sede da SFA/SP, sendo a provedora dos meios e facilidades para que as atividades fins ocorram conforme definidos pelos normativos vigentes.
2. Fica cada vez mais exposta a fragilidade que a área de apoio sofre com a insuficiência de servidores administrativos, gerando atribuições concentradas em pessoas e não em equipes.
3. A necessidade de concurso público e, a criação do plano de carreira para a categoria, são fatores fundamentais para assegurar a continuidade do bom desempenho das atividades executadas.
3. O Treinamento “in loco” para os servidores que não podem se ausentar do local de trabalho, em razão de não haver substituto, está sendo a única forma para não prejudicar a capacitação dos mesmos, tentando minimizar a insegurança e falta de estímulo no exercício das funções.

FORÇA DE TRABALHO DA SFA-SP – 2008

VÍNCULO	QUANTIDADE
Estagiários – CIEE	65
Contratados / parcerias	01
Terceirizados	96
Quadro funcional	1.160
Total	1.322

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Situação Funcional	2006	2007	2008
RJU/Ativo Permanente	990	999	1103
RJU/Cedido	2	03	03
RJU/ Exced. a Lotação	53	53	52
Exercício Desc. Carreira	03	01	00
Exercício Provisório	0	01	01
CDT/ Contrato Temporário	34	32	00
Nomeado Cargo de Comissão	1	1	1
Total Geral de Servidores	1083	1090	1160
Evolução %	100%	100,64%	107%

SÉRIE HISTÓRICA DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES LOTADOS NA DAD/SFA

	2006	2007	2008	Ideal	Necessidade
DAD	1	1	1	3	2
SEOF	2	2	2	7	5
SRH	4	4	4	6	2
SAP	2	2	2	5	3
SDP	2	2	2	5	3
SAG	2	1	1	6	5
SMP	3	3	3	6	3
STR	7	6	6	10	4
SPR	4	3	3	6	3
STI	1	1	1	5	4
TOTAL	28	25	25	59	34
Evolução %	100%	89%	89%	--	--

ESTATÍSTICA DOS SERVIDORES DA DAD/SFA POR FAIXA DE IDADE X TEMPO DE SERVIÇO

	IDADE		
TEMPO DE SERVIÇO	40 a 50	51 a 60	> 60
25 a 28	5		
29 a 30	4	4	
31	1	1	
32		1	
33		2	
34		2	
35		1	2
> 35			2
TOTAL	10	11	4

ESTATÍSTICA DOS SERVIDORES DA SFA POR FAIXA DE IDADE X TEMPO DE SERVIÇO

TEMPO DE SERVIÇO	IDADE					
	25 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 50	51 a 60	> 60
> 10	79	57	65	114	43	10
10 a 15			1	9	9	4
16 a 20				1	2	1
21 a 25			3	28	17	4
26 a 28				42	232	50
29 a 30				21	88	18
31					50	12
32					32	36
33					35	13
34					12	7
35					16	11
> 35					15	23
TOTAL	79	57	69	215	551	189

Apesar de todas as dificuldades a Divisão de Apoio Administrativo vem, ao longo dos anos, mantendo resultados satisfatórios, principalmente no tocante ao índice de desempenho físico/financeiro, e no índice de aprovação dos Processos de Prestação de Contas.

PRODUTOS DA AÇÃO - 2008	2006	2007	2008
Inclusão de material permanente	985	1082	411
Termo transferência externa recebido	09	15	03
Emissão termo transferência interna		336	396
Processos de alienação de bens	---	---	2
Manutenção Frota Veículos	91	109	118
Processos licitatórios	111	131	118
Pedidos de serviços e materiais	520	581	618
Autuação de Processos Administrativos	---	---	24.850
Tramitação de Processos Administrativos	26.980	24.412	27.494
Elaboração de contratos Prestação de Serviços		4	4
Emissão de Notas de Empenho (SIASG)	779	966	1.192
Emissão de Notas de Empenho (SIAFI)	816	746	527
Diárias processadas na SFA	2.786	3.919	4.178
Passagens processadas na SFA	240	313	500
Pagamentos Efetivados	5.912	8.226	8.431
Recadastramento de inativos	329	465	466
Recadastramento de Pensionistas	504	711	729
Concessão Licença-Maternidade	00	09	08
Concessão de Auxílio-Funeral	34	25	28
Concessão de Pensão	34	28	27
Concessão Aposentadorias	15	12	20
Concessão de licença médica (dias)	--	--	6.197
Concessão de licença médica (nº)	306	331	409
Realização de perícia médica			43
Concessão de Licença Assiduidade	83	125	139
Concessão de abono permanência	41	25	67

Concessão de adicional de Insalubridade	62	68	125
Revisão de Pensão		17	20
Revisão de Aposentadoria		45	27
Instrução de Processos Judiciais		35	53
Atendimento de Auditoria		30	08
Processos de Pagamento Anteriores		209	277
Portaria Homologada	541	495	416
Publicação em Boletim de Pessoal	3899	5743	6293
Convênios publicados	2	1	1

Principais Indicadores

Mnemônico	Unidade	2008
Eficácia - Índice de dias de afastamento de servidores por licença médica (lalimed) – Quantidade de dias / (Total de funcionários x 365) x 100		
lalimed	%	1,37
Eficácia – Índice de servidores totais afastados por licença médica (lalimedn) - Quantidade de funcionários/ (total de funcionários) x 100		
lalimedn	%	29,53
Eficácia – Índice de fiscais federais agropecuários afastados por licença médica (laffa) – Quantidade de fiscais afastados/ (total de fiscais) x 100		
laffa	%	32,68
Eficácia – Índice de servidores de outras categorias (sede) com afastamento licença médica (laadm) – Quantidade de funcionários de outras categorias (sede) afastados/ (total de funcionários outras categorias (sede) x 100		
laadm	%	16,98
Eficácia – Índice de servidores de outras categorias (interior) com afastamento licença médica (laadm) – Quantidade de funcionários de outras categorias (interior) afastados/ (total de funcionários outras categorias (sede) x 100		
laadm	%	40,19
Eficácia - Índice de agentes de inspeção com afastamento licença médica (laadm) – Quantidade de agentes de inspeção afastados/ (total de agentes de inspeção) x 100		
laadm	%	24,36
Eficácia – Índice de concessão de aposentadorias em 30 dias (laap) – Quantidade de aposentadorias concedidas/ (total de aposentadorias solicitadas) x 100		
laap	%	76,92
Eficácia – Conformidade dos Processos licitatórios (lcfplc) - processos licitatórios concluídos / (total processos iniciados) x 100		
lcfplc	%	87,4
Eficácia - Conformidade das diárias (lcfld) – diárias aptas para pagamento / (total diárias recebidas) x 100		
lcfld	%	100
Eficácia - Conformidade da gestão (lcfg) – conformidades atribuídas sem restrição / (total registros de conformidade) x 100		
lcfg	%	100
Eficácia – Execução Orçamentária e Financeira (leof) – recursos empenhados / recursos provisionados x 100		
leof	%	78,54
Eficácia – Índice de atendimento do almoxarifado – pedidos atendidos/ (total de pedidos) x 100		
laalm	%	100
Eficiência - Produtividade na concessão de aposentadoria (lpapc) – total aposentadorias concedidas / quantidade de servidores envolvidos na ação		
lpapc	Nº	10
Eficiência – Produtividade na conclusão de processos de licitação (lplic) – total processos concluídos / quantidade de servidores envolvidos		
lplic	Nº	59

Eficiência – Produtividade no pagamento de diárias (lppd) – total diárias pagas / quantidade de servidores envolvidos		
lppd	Nº	2089
Eficiência – Produtividade na emissão de empenhos (lemp) – total empenhos emitidos / quantidade de servidores envolvidos		
lemp	Nº	860

Evolução de Gastos Gerais

	2006	2007	2008
1. Passagens	103.670,81	364.891,26	644.450,64
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	721.800,96	1.068.437,48	1.453.750,94
3. Serviços terceirizados			
3.1. Publicidade	---	---	---
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	1.544.612,10	1.717.926,75	2.150.622,32
3.3. Tecnologia da informação	---	---	---
3.4. Outras terceirizações	---	---	---
3.5. Suprimento de fundos	---	---	---
4. Cartão de crédito corporativo	6.950,00	104.519,80	13.032,00
TOTAIS	2.377.033,87	3.255.775,29	4.261.855,90

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

No exercício de 2008 não ocorreram lançamentos na conta contábil 2.1.2.1.1.11.00 do SIAFI.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Ano de Inscrição	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007			381.712,69	394.462,00		397.599,11	6.233.324,99	394.462,00
2008	5.788.614,16	218.280,71			5.788.614,16		6.233,00	5.318.921,09
TOTAL	5.788.614,16	218.280,71	381.712,69	394.462,00	5.788.614,16	397.599,11	6.239.557,99	5.713.383,09

Nota: Restos a pagar processados permanecem no sistema tendo em vista compromissos assumidos aguardando pagamento; Restos a pagar não processados serão automaticamente cancelados pelo sistema de acordo com a macro função vigente, após publicação do Decreto.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

CONVÊNIO CELEBRADO NO ANO 2006 E LIBERADO NO ANO DE 2007									
Tipo	Código SIAFI/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença
1	581023/00001		Desenvolvimento dos Serviços de Defesa Sanitária Animal	02/01/07	2.215.260,00	1.774.160,00	441.100,00	Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA/CDA/SP 46.384.400/0001-49 46.384.400/0021-92	A APROVAR *
1	581035/00003		Desenvolvimento dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal	02/01/07	480.000,00	400.000,00	80.000,00	Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA/CDA/SP 46.384.400/0001-49 46.384.400/	A APROVAR *

* o processo estava sendo analisado pela área técnica e atualmente está sendo analisado pela Seção Financeira com vistas à aprovação

CONVÊNIO CELEBRADO NO ANO 2007 E LIBERADO NO ANO DE 2008

Tipo	Código Siasi/ Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença
1	603134 /00001		monitoramento de plantas cítricas de São Paulo para detectar sintomas de Cancro Cítrico e Huanglongbing (Greening).	03/01/08	3.125.000,00	2.500.000,00	625.000,00	Fundo de Defesa da Citricultura 49.729.932/0001-69	A COMPROVAR

Quadro Quantitativo de Contratos de Repasse Homologados em 2008 Liberações de Recursos Através da Caixa Econômica Federal

Nº Prefeituras	Finalidade	Valor do Repasse	Valor da Contra-Partida	TOTAL
72	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	10.281.755,28	1.508.911,13	11.862.666,41

6. Previdência Complementar Patrocinada

“Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ”

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

No exercício de 2008 não ocorreram projetos ou programas financiados com recursos externos.

8. Renúncia Tributária

No exercício de 2008 não ocorreram projetos ou programas financiados com instituições beneficiadas por renúncia de receita pública federal.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

No exercício de 2008 não ocorreram projetos ou programas financiados com instituições beneficiadas por renúncia de receita pública federal.

10. Operações de fundos

“Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ”

11. Despesas com cartão de crédito

	FATURA		SAQUE	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	05	1.334,85	05	1.765,39
2007	08	5.158,56	25	37.389,00
2008	17	4.145,16	50	4.975,00

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG

Limite de utilização total da UG: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Natureza dos gastos permitidos: 3390.30 e 3390.33

Limites concedidos a cada portador: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

Portador	Limite
----------	--------

Antonio Ferraz	400,00
Fernando Bueno de Avellar Pires	65,00
Flavio de Azevedo Levy	340,03
Helder Moreira Borges	1.126,56
Ricardo Pisani Cunali	1.122,51
Rita de Cassia Lourenço	710,43
Ronaldo Romano	2.197,91
Sonia Maria Maschio Pinho	1.100,00
Vera Braga	300,00
Wisler José Negrão Serigatto	1.757,72
TOTAL	9.120,16

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

No exercício de 2008 não houve recomendações da Controladoria-Geral da União.

13. Determinações e recomendações do TCU

13.1.

1. Natureza: Acórdão 0289/2000-Plenário

2. Determinação: ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária.

I – Com fulcros nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, todos da Lei nº. 443/92, em julgar regulares com ressalvas as presentes contas, dando-se quitação aos responsáveis arrolados no item 3 deste Acórdão:

II – Determinar à Delegacia Federal de Agricultura no Estado de São Paulo que:

- Proceda à adjudicação por itens ou promova licitações distintas, tendo em vista o disposto nos arts. 3º, § 1º, inciso I, 15, inciso IV, e 23, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93, bem como o atendimento firmado por este Tribunal por meio da Decisão nº. 393/94 – TCU – Plenário (Ata nº. 27/94, DOU de 29/06/94), quando da aquisição de bens ou serviços de natureza divisível;
- Observe as disposições contidas no Decreto nº. 1.070/94, quando da realização de licitação para a contratação de bens e serviços de informática.

3. Setor responsável pela implementação: Seção de Serviços Gerais-SAG/DAD/SFA/SP e Seção de Tecnologia da Informação-STI/DAD/SFA/SP.

4. Providências adotadas:

Reformulado os processos de licitação conforme determinação do TCU.

13.2.

1. Natureza: Acórdão 331/2008-TCU:

2. Determinação:

Envidar esforços juntos às agências do Banco do Brasil S/A para a geração de relatórios impressos, que permitirá a SFA/SP a efetivação das baixas dos pagamentos de taxas e multas geradas entre a implantação do SICAR e a designação de responsáveis pela baixa eletrônica – período de outubro/04 a outubro/05.

3. Setor responsável pela implementação: SEFAG/DT/SFA/SP.

4. Providências adotadas:

A operação do Sistema de Controle de Arrecadação – SICAR está normalizada, mediante baixa automática dos boletos de arrecadação com arquivos gerados no sistema de Auto Atendimento do setor público, do Banco do Brasil S/A.

Os recursos arrecadados no período de 2004 a outubro de 2005 estão contabilizados numa “vala comum” do Banco do Brasil, e na medida em que as informações são prestadas pelo Banco do Brasil os lançamentos de pagamentos de taxas e multas são feitos manualmente no SICAR.

13.3.

1. Natureza: Acórdão 365/2008-TCU:

2 Determinação:

Determinar ao órgão de origem que providencie o ressarcimento das quantias pagas a maior nos meses de janeiro a abril/2007, nos termos do art. 46 da Lei nº. 8.112/90.

Interessado: Maria da Penha de Franca.

3. Setor responsável pela implementação: SRH/DAD/SFA/SP.

4. Providências adotadas:

Maria da Penha Franca única beneficiária do ex-servidor João Joaquim de Franca, falecida em 22/12/2007, antes do acórdão em 26/02/2008.

13.4.

1. Natureza: Acórdão 631/2008-TCU Plenário

2. Determinação:

1 – Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Cooperativismo (SDC/MAPA):

1.1 Concluir a análise da prestação de contas do Convênio nº 552/1997 – MAA, celebrado entre o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA) e o Município de Cacoal (RO) no prazo de 30 (trinta) dias, informando a este Tribunal o resultado da análise;

2. Alertar o dirigentes de unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio de seu Secretário-Executivo, o qual deverá cientificar as unidades subordinadas, que o não atendimento às diligências do Tribunal de Contas no prazo fixado, sem causa justificada, sujeito o responsável multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº. 8.443/92; e

3. Encaminhar ao interessado, cópia do Acórdão proferido aos Srs. Promotores de Justiça Alexandre Jésus de Queiroz Santiago, Tânia Garcia, Daniella Beatriz Gohl e Conceição Forte Baena, e à Sra. Delegada de Polícia Marcela Cristina Ozório.

3. Setor responsável pela implementação: STC/SFA/SP.

4. Providências adotadas:

Todos os setores envolvidos foram cientificados das penalidades do não atendimento das diligências nos prazos fixados pelo Tribunal de Contas.

13.5.

1. Natureza: Acórdão 803/2008-TCU

2. Determinação:

Inclusão do valor proporcional referente à Gratificação de Desempenho Atividade Técnico Administrativo – GDATA.

Interessado - Neuza Terezinha Tolfo Oliveira

3. Setor responsável pela implementação: SRH/DAD/SFA/SP.

4. Providências adotadas:

Inclusão do valor proporcional referente à Gratificação de Desempenho Atividade Técnico Administrativo – GDATA, no pagamento do mês de maio de 2008 no Sistema SIAPE, cumprindo o que determina o Acórdão nº. 803/2008 – TCU – 1ª Câmara.

13.6.

1. Natureza: Acórdão 862/2008-Plenário:

2. Determinação:

1. À Caixa Econômica Federal, que altere as normas internas, de forma a não mais permitir repasses ou deliberações de recursos em período eleitoral, relativos a contratos de repasse, cujos objetos compreendam a aquisição de bens, a exemplo da aquisição de patrulhas mecanizadas, de interesse do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

2. Recomendar à Caixa Econômica Federal, que aprimore o processo de produção das normas internas relativas à sistemática de execução e de acompanhamento dos contratos de repasse, de modo a assegurar, dentre outros aspectos, a definição clara das responsabilidades pela elaboração e aprovação desses normativos e a sua aderência à legislação pertinente;

3. Dar ciência ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

4. Arquivar os autos.

3. Setor responsável pela implementação: STC/SFA/SP.

4. Providências adotadas:

Todos os setores envolvidos foram cientificados das recomendações feitas pelo Tribunal de Contas.

13.7.

1. Natureza: Acórdão 1593/2008-TCU Primeira Câmara

2. Determinação: considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Interessado: NAGIB SALOMÃO

3. Setor responsável pela implementação: SRH/DAD/SFA/SP.

4. Providências adotadas:

Com o falecimento do servidor em 25/10/2007, não houve tempo hábil para a respectiva correção. Na concessão da pensão verificou-se a falta de inclusão do Tempo de Serviço do período de 01/05/1977 a 29/03/1983, em que o servidor trabalhou na extinta COBAL, com a concessão da pensão foi acrescentado o tempo restante, o qual resultou aposentadoria compulsória integral, e concedida à beneficiária da pensão de acordo com a legislação vigente.

13.8.

1. Natureza: Acórdão 1598/2008-TCU-Primeira Câmara:

2. Determinação: considerar legais para fins de registros os atos de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos.

Interessados: Lenir Cardoso, Marcos Pires Arnaldo, Maria Elze Viera dos Santos, Paulo Diego Souza Duque, Wernner Santos Garcia.

3. Setor responsável pela implementação: SRH/DAD/SFA/SP.

4. Providências adotadas:

Todas as admissões oriundas de Contratos Temporários foram cadastradas no sistema SISAC e os processos retornaram à CGU/SP, com o parecer de legalidade.

13.9.

1. Natureza: Acórdão 3818/2008- TCU – 1ª Câmara

2. Determinação:

1. Julgar as contas do Srs. Francisco Ferreira Jardim, Luiz Chaguri Neto, José Valtemir Lyra regulares com ressalva; e

2. Julgar as contas dos demais responsáveis arrolados nos autos regulares, dando-lhes quitação plena.

3. Resolveu, ainda, determinar a essa Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em São Paulo que promova anualmente a atualização cadastral dos aposentados e pensionistas, suspendendo os pagamentos dos benefícios a partir do mês subsequente ao daquele fixado para o seu término, nos termos do art. 9º, caput e parágrafo 1º 2º da Lei nº 9.527/97, c/c os arts. 1º e 3º, caput e § 1º, do Decreto nº 2.251/97.

3. Setor responsável pela implementação: SRH/DAD/SFA/SP.

4. Providências adotadas:

A SRH/DAD/SFA/SP promove anualmente, no mês do aniversário, a atualização cadastral dos aposentados e pensionistas, sendo suspenso o pagamento dos que não comparecem para o recadastramento.

13.10.

1. Natureza: Diligência 00491/2008 – TCU/ Sefip

2 Determinação:

a) Seja justificado o parecer do controle interno pela ilegalidade nos atos constantes da lista anexa. Solicita seja esclarecida a forma de pagamento da **GDAFA** por esse órgão e os motivos pelo quais não estaria observada a legislação. Transcrevo o parecer dado pelo controle para todos os atos da lista:

“A legalidade foi baseada na MP 2.229-43, de 06/09/2001, art. 59, sobre a GDAFA- Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária, quanto à incorporação dos proventos de aposentadoria e pensões: I – somente serão devidas, se

percebidas há pelo menos cinco anos; II – serão calculadas pela média aritmética dos últimos cinco anos, contrariando a legislação acima mencionada”.

- a) Providenciar cópias das decisões judiciais pagas aos interessados, constantes da lista anexa, com a certidão de trânsito em julgado ou informação sobre a situação a mais atual das mesmas.
- b) Seja encaminhada cópia da certidão e outros documentos que embasaram a averbação de tempo de serviço como aluno-aprendiz para a inativa Anita de Oliveira (CPF 017.221.902-72);
- c) Providenciar cópia legível da decisão judicial que concedeu a vantagem de 12 referências ao inativo Selvino Abelha (CPF 213.345.448-91), com cópia da certidão de trânsito em julgado ou posição atual da ação. Seja encaminhada, inclusive a cópia da lista de beneficiários, a fim de que essa Secretaria possa arquivar a decisão e evitar diligências futuras;
- d) Esclarecer os motivos pelo qual as aposentadorias por invalidez de Aparecida de Fátima Lourenço (CPF 057.977.368-02) e Maria Donizeti da Luz Almeida (CPF 021.191.758-37) não estão adequadas à forma prevista na Lei nº. 10.887/2004 (cálculo pela média), se vigência é a partir de 12/06/2006 e 05/05/2006. Em consulta ao sistema SIAPE, as aposentadorias continuam tendo vinculação com as parcelas pagas em atividades. Sejam encaminhadas as cópias dos laudos médicos, bem como dos documentos que fundamentam a ação desse órgão.
- e) Seja encaminhada a planilha do cálculo da aposentadoria por invalidez de Antonio Orlando Barbosa Moretti (CPF 021.191.758-37). Além disso, seja esclarecido o motivo de constar no SIAPE uma parcela da Emenda 41/2003, calculada na forma da Lei nº. 10.887/2004 não possui paridade.
- f) Seja informado o fundamento legal da aposentadoria de Marcus de Toledo (CPF 077.670.998-49), visto que não informado no ato de aposentadoria encaminhado a este tribunal.
- g) Seja encaminhada a cópia do mapa de tempo de serviço de Renato Sales de Azevedo Melo (CPF 053.760.414-68), posto que o tempo de serviço para aposentadoria informado no ato Sisac está inconsciente com a discriminação dos tempos preenchida no Anexo de tempos.

3. Setor responsável pela implementação: SRH/DAD/SFA/SP

4. Providências adotadas: Todas as determinações foram atendidas e encaminhadas ao Diretor do SEPIF/TCU, através do Ofício SRH/DAD/SP Nº 140/2008, de 21/07/2008, e do Ofício SRH/DAD/SFA/SP 33/2009, de 19/03/2009.

13.11.

1. Natureza: Diligência 500/2008 – TCU/ Sefip

2. Determinação:

- a) cópia do mapa de tempo de serviço;
- b) em caso de tempo rural, seja providenciado a cópia da certidão do INSS, bem como seja informado se houver a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciária à época da realização da atividade rural ou, mesmo a posteriori de forma indenizada, nos termos do art. 96, inciso IV, da Lei nº 8.213/91, c/c o art. 45 §§ 3º e 4º, d Lei nº 8.212/91, consoante fixado pelo Tribunal de Contas da União, via Acórdão nº 740/2006- TCU – Plenário (item 9.4), com a redação dada pelo Acórdão nº 1.893/2006- TCU-Plenário. Em caso positivo, sejam enviadas cópia dos recolhimentos;
- c) para averbação de tempo pretado como aluno aprendiz, seja enviada cópia da certidão utilizada para averbação como aluno aprendiz; se houver, elementos que comprovem o atendimento às exigências previstas no Acórdão TCU nº 2024/2005 – Plenário, quais sejam: 1. a emissão de certidão de tempo de serviço de aluno- aprendiz deve estar baseada em documentos que comprovem o labor do então estudante na execução de encomendas recebidas pela escola e deve expressamente mencionar o período trabalhado, bem assim a remuneração percebida; 2. a simples percepção de auxílio financeiro ou em bens não é condição suficiente para caracterizar a condição de aluno-aprendiz, uma vez que pode resultar da concessão de bolsas de estudos ou subsídios diversos concedidos aos alunos; 3. as

certidões emitidas devem considerar apenas os períodos nos quais os alunos efetivamente laboraram, ou seja, indevido o cômputo do período de férias escolares; 4. não se admite a exigência de aluno-aprendiz para as séries iniciais anteriormente à edição da Lei nº 3.552, de 16 de janeiro de 1959, a teor de art. 4º do Decreto-lei nº 8.590, de 8 de janeiro de 1946.

d) para tempo prestado como justificativa judicial, seja enviada cópia da documentação que embasou a averbação;

e) em caso de contagem de tempo em que o servidor esteve aposentado, informar o período da inatividade, assim como os motivos para a contagem desse tempo.

Interessado: Anita de oliveira.

3. Setor responsável pela implementação: SRH/DAD/SFA/SP

4. Providências adotadas: Todas as determinações foram atendidas e encaminhadas ao Diretor do SEPIF/TCU, através do Ofício SRH/DAD/SP Nº 140/2008, de 21/07/2008, e do Ofício SRH/DAD/SFA/SP 33/2009, de 19/03/2009.

13.12.

1. Natureza: Acórdão nº 4586/2008 – TCU/ 1ª Câmara

Processo TC-024.421/2007-5 (REPRESENTAÇÃO) – Não reconhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-o e dando-se ciência ao interessado, com o envio de cópia da respectiva instrução.

1.2 Determinação: não há

3. Setor responsável pela implementação: SFA/SP

4. Providências adotadas: Arquivado junto ao processo.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
Admissão	129	129
Desligamento	40	MAPA/Brasília
Aposentadoria	20	20
Pensão	27	27

No exercício de 2008 a SRH/DAD/SFA/SP registrou no SISAC 90 cadastros de servidores temporários que estavam pendentes, aguardando a liberação da senha do sistema pela CGRH/MAPA.

A Seção de Recursos Humanos - SRH/DAD/SFA/SP controla, através da devolução dos processos para arquivo, os julgamentos do TCU sobre os atos de admissão, desligamento, aposentarias e pensões.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foram dispensados.

No exercício de 2008 não ocorreram dispensas de instauração de TCE.

16. Informações sobre a Composição dos Recursos Humanos

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	1.083	41.529.173,41	1.090	80.349.650,79	1.160	98.004.977,28
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	---	---	---	---	---	---
Total Pessoal Próprio	1.083	41.529.173,41	1.090	80.349.650,79	1.160	98.004.977,28

Descrição	2006	2007	2008
-----------	------	------	------

	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	2	25.985,11	1	27.166,86	1	33.620,91

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	34	738.248,66	32	556.240,36	Julho*	313.418,57

* o contrato encerrou-se em julho

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	112	1.555.158,23	112	1.625.068,40	96	1.784.288,83
Pessoal Terceirizado Apoio Adm.	---	---	---	---	---	---
Estagiários	36	155.809,23	36	192.726,35	65	436.488,00
Total Pessoal Terc+Estag	148	1.710.967,46	148	1.817.794,75	188	2.220.776,83

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	---	---	---	---	---	---
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	---	---	---	---	---	---
Total Pessoal Requisitado em exercício na Unidade	---	---	---	---	---	---

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	2	89.063,89	3	157.095,29	3	188.278,64
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	--	--	--	--	--	--
Pessoal Cedido pela Unidade	2	89.063,89	3	157.095,29	3	188.278,64

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	1066	91.057.977,70
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	219	7.519.706,55
Total Geral	1285	98.577.684,25

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

A Superintendência Federal da Agricultura no Estado de São Paulo, SFA/SP, desenvolveu em 2008, como focalizados neste Relatório de Gestão, os programas de sua competência estabelecidos em consonância com as macrodiretrizes do Mapa, do PPA, do seu Regimento Interno bem como com as necessidades e requisitos da cadeia agroprodutiva paulista.

O grande desafio nesse exercício – diante de instrumentos e dispositivos centralizadores ainda existentes na administração pública – foi modernizar o atendimento com foco na simplificação de processos, na otimização de recursos e na inovação em busca de resultados de excelência. Neste sentido, procurou-se manter a liderança organizacional alcançada – a SFA/SP é, desde o ano de 2000, a organização âncora do GESPÚBLICA no Estado de São Paulo, tendo conquistado em três ciclos sucessivos, nas faixas bronze e prata, o reconhecimento do Prêmio Nacional de Gestão Pública e o *Top Of Mind Brazil*, em 2006.

Outro desafio: a ampliação do uso da tecnologia da informação no âmbito de atuação da SFA/SP, conjugada a capacitação e reciclagem técnica de servidores, possibilitou um melhor cumprimento de prazos para registro de produtos e de estabelecimentos, inclusive com emprego de forças tarefas em áreas onde a demanda foi maior devido a variáveis não previamente gerenciáveis como aumento acentuado do fluxo de exportações no primeiro semestre do ano, ocorrências sanitárias emergenciais (mormo, na área animal e greening na vegetal) e a realização de auditorias não previstas na programação anual.

Para 2009, as prioridades da SFA/SP envolvem novas ações na área da gestão do conhecimento, na harmonização de procedimentos, na adequação aos marcos-regulatórios que atualmente estão sendo revistos e atualizados, como o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, RIISPOA, de modo a fortalecer o alinhamento da missão da Superintendência com a missão institucional do Mapa que é o de **promover o crescimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.**

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

“Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ”